Helena Carlota Ribeiro Vilaça

ASSOCIATIVISMO E MOVIMENTOS SOCIAIS
modalidades de participação

Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica

Orientador: Prof. Doutor António Teixeira Fernandes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto
1993

A meus Pais

Agradecimentos

Ao longo da realização deste trabalho recebi apoio, colaboração e solidariedade de várias pessoas, que não se esgotam nas que aqui são mencionadas, e a quem gostaria de exprimir a minha profunda gratidão e reconhecimento.

Ao Professor António Teixeira Fernandes pela sua orientação, pelo tempo que me concedeu para a sua execução, bem como pelo clima de liberdade proporcionado à expressão das minhas ideias. Agradeço ainda as suas considerações e opiniões, fundamentais para a melhoria qualitativa do mesmo.

Ao Professor Madureira Pinto e ao Sérgio Lopes pelas várias trocas de impressão em momentos desta encruzilhada, sempre manifestando a sua muita disponibilidade e amizade. De igual modo, ao Augusto Santos Silva pela experiência adquirida no trabalho que anteriormente realizámos em comum bem como pelos seus sempre oportunos comentários.

Aos colegas do Curso e do Instituto de Sociologia da FLUP pelo apoio e colaboração manifestados. À Dulce pela sua solidariedade em mais um momento de partilha de experiência profissional, facto que não é novo ao longo destes anos de amizade.

Aos alunos que tantas vezes acalentaram a discussão de alguns dos temas aqui versados.

Aos dirigentes das associações de moradores que prontamente me receberam e se prestaram a conceder-me as entrevistas, contributo esse fulcral para a exequibilidade da parte empírica da investigação. Também não poderia esquecer as conversas com o Dr. Mário Brochado Coelho e o Dr. Ricardo Lima que atenciosamente partilharam as suas vivências e cederam materiais de grande utilidade.

Aos colegas, e acima de tudo amigos, Helena Santos (Lena) e Carlos Gonçalves, que a par e passo acompanharam este trabalho e cujas críticas e palavras de incentivo foram determinantes para a sua realização.

Ao Fritz pelo seu apoio constante que, de longe e como sempre, extravasou as questões informáticas.

INTRODUÇÃO GERAL

As profundas transformações em curso nas sociedades modernas são concomitantes de um processo de desestruturação e reestruturação das relações sociais (1) onde o fenómeno de individualização se acentua cada vez mais. A atomização do indivíduo ou a sua dissociação relativamente à colectividade - o que é especialmente notório no meio urbano - tem suscitado a reflexão sobre a participação, cada vez mais fraca, dos actores na vida social, conduzindo a estudos nas mais diversas áreas como é o caso dos novos movimentos sociais, das novas formas de associativismo e, de uma forma mais abrangente, das relações do Estado com a sociedade civil - acerca deste último aspecto adiantamos que não tencionamos questionar para já a actual pertinência desta dicotomia (2).

Assim, e no sentido de facultar uma maior apreensão e visibilidade das mudanças em causa, procurámos aprofundar a questão da intervenção dos actores sociais na cidade através do associativismo urbano.

Em termos mais específicos, e com carácter de ilustração, foi considerado como objecto de estudo empírico um campo particular do associativismo urbano: as associações de moradores da cidade do Porto no contexto actual, isto é, quase duas décadas após o 25 de Abril e consequentemente depois de um percurso significativo já efectuado no quadro de consolidação do regime democrático.

---

(1) A. Teixeira Fernandes, "Individualismo, subjectividade e relação social", Porto, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, série de Filosofia, nº 7, 1990, p. 1.

(2) No ponto 3.1. do capítulo I abordaremos a questão do Estado e da sociedade civil.

Adoptando uma perspectiva diacrónica, procurámos tornar perceptíveis os vectores de transformação e as trajectórias institucionais destas associações delimitando, por outro lado, as suas fronteiras (territoriais e outras) e potencialidades enquanto pólos de integração social e enquanto virtuais agentes de mediação entre as populações e a autarquia, avaliando os seus níveis de legitimidade relativamente às populações que representam e a capacidade de diálogo que mantêm com os orgãos de poder.

Os estudos precedentes na área dos movimentos sociais populares, surgidos na época da crise revolucionária de 74-76, incidiram a sua análise na dimensão conjuntural inerente à própria crise e no conflito que definiu o movimento, ou seja, nas suas reivindicações pautadas por acções, ora em ruptura, ora enquadradas nos trâmites legais de um Estado em crise e em busca de reconstituição.

Parece-nos, pois, pertinente o estudo das associações de moradores fora do período de fundação, esperando que este trabalho constitua um pequeno contributo para o estudo e avaliação da experiência portuguesa ao nível do associativismo, embora este seja aqui considerado apenas numa das suas dimensões particulares, o das associações de moradores e no contexto específico da cidade do Porto.

No primeiro capítulo procederemos a uma breve revisão sobre as principais problemáticas teóricas em torno dos movimentos sociais, prestando especial atenção às teorias mais recentes acerca dos novos movimentos sociais, procurando ainda o cruzamento desta temática com a não menos polémica temática da sociedade "pós-moderna" e das novas representações da vida social, percurso que consideramos indispensável para o enquadramento teórico do nosso objecto de estudo, pelo menos no que diz respeito à emergência do fenómeno em causa.

Ainda no primeiro capítulo, tentaremos proceder em termos análogos, mas relativamente a uma outra problemática, a do associativismo, enquanto lugar de participação colectiva. Esta dimensão corresponde ao segundo eixo da nossa pesquisa teórica. Também aqui serão apenas feitas considerações gerais sobre as principais teorias, mormente as que se adequam à realidade em análise.

De seguida, no segundo capítulo, será esboçado o quadro do contexto histórico-social e político em que emergiram os movimentos populares urbanos, no Portugal do pós 25 de Abril, com relevo para as suas condições de desenvolvimento e de institucionalização, relacionando este processo com a consolidação do regime democrático. Será dado, também aqui, especial destaque às carências e às políticas habitacionais.

O terceiro capítulo centrar-se-á mais directamente nas comissões e associações de moradores, sua evolução e conexão com o processo Serviço de Apoio Ambulatório Local (SAAL).

O quarto e último capítulo dará primeiramente conta dos resultados da pesquisa empírica efectuada (3), sendo ainda proposta uma grelha tipológica para o estudo das actuais associações de moradores. Num segundo ponto deste capítulo tentaremos problematizar a questão do envolvimento dos actores sociais em projectos colectivos, respectivos níveis de intervenção e contributo para um processo de democratização.

Em conclusão, procuraremos demonstrar a importância do associativismo nos meios urbanos e na sociedade em geral, enquanto meio potenciador de participação colectiva por parte das populações e como órgão de mediação entre estas e o poder do Estado.

A metodologia utilizada ao longo da pesquisa empírica foi predominantemente qualitativa, tendo-se optado pelas técnicas da entrevista semi-directiva e em profundidade, para além de uma análise de tipo documental. Numa primeira fase e através do recurso a uma pluralidade de fontes (documentais e informantes privilegiados) foi feito um levantamento tanto das associações de moradores criadas no período 74-76 como daquelas que ainda estão hoje em funcionamento, as quais foram, num segundo momento, contactadas e os seus dirigentes submetidos a uma entrevista. Posteriormente, procedemos à realização de entrevistas às associações cuja trajectória e actuais características se afiguravam como mais adequadas aos objectivos do nosso trabalho.

Era nossa intenção proceder, de igual modo, ao levantamento e análise exaustivos das fontes documentais de cada uma destas associações, bem como à utilização da técnica de observação participante, o que lamentavelmente por condicionantes vários não foi feito. Foram ainda efectuadas duas entrevistas a agentes privilegiados ao nível desta temática, mas exteriores às associações de moradores. Desta forma, não podemos considerar tenham sido realizados "estudos de caso".

Por último, lembramos os limites precisos em que nos fixámos ao longo deste trabalho. Por este motivo não será de esperar, por exemplo, a exaustividade na análise das teorias sobre os novos movimentos sociais, ou a discussão do próprio conceito; ou então, a generalização das nossas conclusões a outras formas de associativismo aqui não contempladas - como é o caso das associações e colectividades culturais-recreativas e desportivas

---

(3) O trabalho de campo - e mais concretamente a admnistração das entrevistas - foi realiado entre Dezembro de 1990 e Fevereiro de 1991.

espalhadas pela cidade. São também estes, sem dúvida, campos de observação fundamentais para o questionar da relação entre associativismo, formas de participação da sociedade civil e níveis de democratização.

CAPÍTULO I

MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO: questões teóricas e metodológicas sobre a participação social

1. A CRISE DA MODERNIDADE E AS NOVAS REPRESENTAÇÕES DA VIDA SOCIAL

1.1. A questão do impasse do Estado Social

Ao longo do século XX e principalmente após a crise dos anos 30 reforça-se uma tendência - entretanto acentuada com a II Grande Guerra - que é a da crescente importância do Estado enquanto motor regulador da actividade económica ([1]). É a época de amadurecimento do capitalismo, ou do "capitalismo organizado" e sucessor do capitalismo liberal do século passado, este caracterizado pela proeminência do mercado. Na fase seguinte o Estado

---

([1]) Julgamos conveniente clarificar que nos estamos a referir concretamente ao modelo de Estado que se desenvolve em simultaneidade com o capitalismo liberal e acompanha a sua passagem à fase de capitalismo organizado, adquirindo a forma recente de Estado Providência - modelo este que adquire especial relevância a partir do século passado. Procedemos a este sublinhado no intuito de deixar bem claro que a nossa referência não diz respeito à génese do Estado moderno, fenómeno que terá de ser situado muito antes. A formação do Estado moderno e do Estado territorial - soberano, centralizador e sem controlo - é caracterizada por um processo de crescimento lento, que conhece um engrandecimento significativo já no século XV. Sobre este assunto ver, por exemplo, Fernand Braudel, *Gramática das civilizações*, Lisboa, Teorema, 1989, pp. 304 a 307.

assume um papel cada vez mais fulcral, passando a partilhar com o mercado um certo equilíbrio (2).

É a época em que se impõem as teorias Keynesianas do crescimento e onde o investimento estatal tem um papel essencial. As décadas de 50 e 60 assinalam a fase de maior crescimento do século, genericamente em consequência de factores como o aumento de produtividade do trabalho e do capital por um lado, e de fortes avanços tecnológicos por outro - como se sabe só a crise do petróleo de 73 despoletará abertamente a crise do Estado, no momento com grandes déficits resultantes dos avolumados encargos com a assistência social.

Entre o pós-guerra e o início de 70 imperaram no mundo industrializado as políticas de um *welfare state* democrático-liberal. A crença - incorporada no imaginário ocidental - num crescimento inesgotável e ambicionado domina o pensamento e enquadra o sistema de valores da época. Os mitos do progresso e a ideia de infinito projectam-se nos vários níveis da realidade, de que salientamos o conhecimento científico em geral, sempre ilimitado porque sempre inalcançável, e no domínio especificamente económico, o crescimento ilimitado da produção (3). A questão da distribuição, no sentido do aumento da riqueza e dos níveis de consumo, e a segurança (social e política) são outros dos temas fulcrais desses anos (4).

Estabilidade e segurança são de tal modo centrais que não resta lugar para o conflito e a marginalidade - tudo funcionava como se o trinómio família/trabalho/consumo esgotasse qualquer outro tipo de aspirações sociais (5). E a estabilização foi praticamente alcançada à custa dos compromissos sociais assumidos pelo Estado, que permanentemente se divide entre a produção de condições para o natural crescimento capitalista e a execução de medidas (como por exemplo, aumentos dos salários directos e indirectos, traduzidos estes nos diversos benefícios sociais promovidos pelo Estado ao

---

(2) Boaventura de Sousa Santos, "Subjectividade, cidadania e emancipação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº32, Coimbra, CES, 1991, p.138.

(3) Acerca da racionalidade e das crenças progressistas do pensamento ocidental, ver o artigo de Cornelius Castoriadis, "Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade", Revista *História e Ideias*, nº 2, Porto, Afrontamento, 1978.

(4) Claus Offe, "New social Movements: challenging the boundaries of Institutional Politics", *Social Change*, vol. 52, nº 4, 1985, p. 821. Mais adiante, este autor afirma que a partir de finais de 50 "os temas e propostas do socialismo, neutralismo, unidade nacional, cidadania e democracia económica, foram reduzidos a uma insignificância virtual", p. 824.

(5) *Idem*, p. 823. Claus Offe aponta como principais valores daquela época: a mobilidade social, a vida privada, o consumo, a racionalidade, a autoridade e a ordem.

nível das esferas da produção e do consumo, caso da redução do tempo de trabalho e da assistência médico-social) conducentes a suavizar os conflitos de classe ao nível do sistema social (6), e a progressivamente inserir as designadas "classes trabalhadoras" na sociedade de consumo.

Em tal contexto, as organizações com elevado grau de institucionalização, como os partidos políticos e os sindicatos, surgem como principais actores sociais procurando aglutinar, deste modo, os múltiplos conflitos e consequentes resoluções (7).

Só que o aparentemente eterno crescimento económico complexificou quer a estrutura do aparelho de Estado, quer o sistema económico, a ponto de essa complexificação produzir disfuncionalidades nos vários sistemas, carentes de elevados níveis de regulação e de que são exemplo, entre outros, a indústria do armamento, a exploração de recursos naturais não renováveis, a energia nuclear, a investigação genética (8). Outra contrapartida da segurança e dos novos direitos sociais preconizados pelo Fordismo consistiu num maior controlo dos indivíduos cada vez mais emaranhados nas redes de um quotidiano burocratizado e atomizado, regido pelas rotinas da produção e do consumo.

Face à impossibilidade de controlo dos efeitos perversos do Estado Social e da modernidade em geral - não esqueçamos que o Estado é precisamente um dos princípios em que assenta a modernidade e, concomitantemente, sua materialidade histórica - e ainda ao estrangulamento das várias dimensões da vida, sempre confinada a ritmos impostos, irão acumular-se frustrações sucessivas nos crentes das utopias clássicas da "felicidade socialmente organizada", utopias essas cada vez mais delapidadas e para alguns mesmo mortas. As críticas mais radicais apontam esta era das contigências e do "vazio" como um lugar sem retorno e por isso apresentam o projecto da modernidade com uma única saída: a da inviabilidade.

---

(6) Axel Honneth et al., "Entrevista com Jürgen Habermas: a dialéctica da racionalização", Rev. de *Comunicação e linguagens*, nº2, Porto, Afrontamento, 1985, p. 162. Acerca do papel do Estado Providência nas democracias ocidentais, J. Habermas declara que "... a democracia de massas do Estado Social e o intervencionismo estatal constroem um sistema que em certa medida, sustém a dinâmica do crescimento capitalista, ao mesmo tempo que com compensações conformes ao sistema (dinheiro, tempos livres, etc.), atenua os tradicionais conflitos de classe que daí advém sem abalar o montante de investimentos privados ou as estruturas do poder privado". Ver ainda Jügen Habermas, *Théorie de l'agir communicationnel*, vol. 2, Paris, Fayard, 1987, p. 424.

(7) Claus Offe, *o.c.*, p. 824.

(8) Jürgen Habermas, "Estado Providência e o esgotamento das energias utópicas", Revista de *Comunicação e linguagens*, nº2, Porto, Afrontamento, 1985, p. 116.

Habermas é um dos autores que reage contra esta escatologia das utopias da modernidade, alegando, em primeira instância, que a estrutura do espírito da época não se alterou, o que se extinguiu foi a *"utopia social do trabalho"* (9). O beco sem saída do Estado Social está assim relacionado com o fim da sua própria utopia: o trabalho. Esta posição tem sido todavia contrariada por autores que também na esteira de defesa da modernidade, consideram o trabalho como um valor ainda vigente - a apologia da fidelidade à empresa é disso facto elucidativo - e até mesmo em expansão pelos domínios do lazer e das outras esferas da reprodução social, isto em termos dos seus ritmos e restantes características (10).

O alargamento do fenómeno a toda a esfera pública e os consequentes abalos sofridos, fruto dos protestos da "sociedade", obrigaram a uma procura de novas alternativas a um modelo de Estado considerado esgotado, procura essa também efectuada a nível do próprio aparelho estatal que desse modo accionou os seus mecanismos de sobrevivência. Foi então este o contexto de emergência das reacções neoconservadoras, que retomaram as ideias liberais anteriores a 1930. A este propósito diz Teixeira Fernandes:

> *"Em face do crescente volume do Estado e da sua demasiada extensão, tem-se vindo a desenvolver, nos últimos tempos, uma corrente de índole liberal, defensora da iniciativa individual, da empresa privada e da economia de mercado. Na base deste neo-liberalismo está uma crítica radical do Estado contemporâneo considerado, no entender de Jean-François Revel, como 'incapaz de desempenhar a sua função, porque quer assumir as tarefas que pertencem à sociedade e aos indivíduos'. "* (11).

---

(9) *Idem*, p.118.

(10) Ver, por exemplo B. de Sousa Santos, *o. c.*, p. 158. Ainda a propósito da "utopia do trabalho" ver A. Teixeira Fernandes, "Formas e mecanismos de exclusão social", *Revista da Faculdade de Letras*, série de Sociologia, vol. I, Porto, 1991, p. 28. Nesse artigo, o autor afirma que contrariamente às expectativas de Marx - que acreditava que, com o desenvolvimento das forças produtivas, o trabalho se tornaria progressivamente mais livre - a "industrialização rompeu a unidade do trabalho e da vida, adquirindo aquele uma função meramente instrumental. A satisfação no consumo passou a compensar a perda de liberdade no trabalho".

(11) A. Teixeira Fernandes, *Os fenómenos políticos*, Porto, Afrontamento, 1988, p. 311. Para uma análise das alternativas ao Fordismo esboçadas ao longo dos anos 80 ver Robert Boyer, "Alternativas ao Fordismo, uma análise provisória", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº35, Coimbra, CES, 1992. Nesse texto, o autor procura evidenciar as actuais tendências e contradições do regime de acumulação, avaliando as experiências efectuadas nos últimos anos.

1.2. Os limites da sociedade civil

Com o acentuar da crise do Estado Providência é posta em causa a validade da dicotomia Estado/sociedade civil, em virtude de o Estado e respectivas políticas públicas não deixarem espaço para a esfera do privado - sendo aqui a sociedade civil identificada com cidadania, política ou social, e como tal agregadora e homogeneizante do colectivo sem lugar para as subjectividades individuais. As reacções conservadoras-liberais que adquirem peso nesta época, lutam pela restituição à sociedade civil de certas responsabilidades e práticas (até ao momento a cargo do Estado) expressas, por exemplo, por medidas de privatização parcial ou total dos sectores da saúde, da educação, da habitação e ainda do sector industrial.

Subjacente a estas medidas está a ideia de que a autoridade política só consegue estabilidade se tiver limites mais precisos. Isto significa que é necessária a procura de autonomia para áreas não políticas, aspecto que implicará necessariamente a privatização dos conflitos. Mas esta *atitude defensiva* - assim designada por J. Habermas em relação às "formas de vida ameaçadas por uma colonização interna" - não é exclusiva dos neoliberais ou neoconservadores, que dominados por um certo romantismo social, buscam um novo modelo de racionalização; esta visão é em parte curiosamente partilhada por aqueles que têm uma reacção do tipo "anti-crescimento" ou "paixão anti-modernista", muitos deles identificados com os novos movimentos sociais ([12]).

Apesar de já começar a ficar velha (porque prolongada) a discussão acerca da crise do Estado e necessariamente da sua capacidade de geri-la ou, por outro lado, das relações que este estabelece com a sociedade civil - entendida aqui no sentido lato de *"domínio da vida económica, das relações sociais espontâneas orientadas pelos interesses privados e particularísticos"* por oposição ao Estado, organizado, soberano, centralizador e detentor de um

---

([12]) Jürgen Habermas, *o. c.*, p.125; e Axel Honneth et al., *o. c.*, pp. 162 e seguintes. Neo-conservadores e críticos do crescimento, ambos adoptam uma "atitude defensiva"; só que os primeiros são adeptos de uma racionalização onde prima o económico, em detrimento do Estado, são organizados e estão do lado do poder instituído, enquanto os outros, além de difusos, interpretam de forma diferente a modernidade e a actual situação das sociedades ocidentais. Ver ainda, Claus Offe, *o.c.*, p. 819.Também detectando esta faceta comum, o autor descreve os pontos de divergência entre o projecto neoconservador e os novos movimentos sociais: os primeiros pretendem a restauração das instituições tradicionais da sociedade civil (isto é, da esfera do não político), mas os novos movimentos sociais podem ser considerados como "paradigma político", facto que é apreendido pela análise de algumas das suas dimensões, como a base social, os temas, os valores, etc.

sistema jurídico que estabelece a sua mediação com a sociedade ([13]) -, o facto é que ainda se carece de uma nova reflexão sobre o Estado à luz de novas problemáticas; os trabalhos sobre a sua "autonomia relativa" baseados no pressuposto da *difusão* e nos *entrecruzamentos* do poder remontam aos anos 60 e 70 ([14]). Todavia, falta avançar no sentido de apresentar uma resposta menos *defensiva* à malograda crise. A proposta de Habermas ([15]) aponta-nos um outro sentido. Para ele haveria uma resposta *ofensiva* se:

> *"... o projecto do Estado Social não fosse simplesmente estabilizado ou abandonado, mas prosseguido a um grau superior de reflexão. No projecto do Estado Social tornado reflexivo e dirigido não só para o refrear da economia capitalista mas para o controlo do próprio Estado, o trabalho deixa de ser o seu ponto de referência central".*

Será indispensável lembrar que a polarização corrente (ou já em desuso) Estado-sociedade civil ou a distinção entre aquilo que é Estado e o que é não-Estado se vislumbram cada vez mais polémicas e com fraco grau de operacionalidade. Essa dicotomia tem sido inerente à própria lógica da teoria liberal, concretamente presente no seu esforço de conciliação entre Estado (centralizador da subjectividade colectiva) e cidadãos (autónomos e portadores de subjectividade individual) ([16]). E desta forma o conceito de "sociedade civil", afigura-se como construção útil à legitimação do poder do Estado. É que a sociedade civil associada, como já referimos, a cidadania e, como tal, sustentáculo da democracia representativa, pauta-se pela defesa dos interesses geral e colectivo; mas por esse mesmo motivo veicula a agregação de diferenças e assimetrias - manifestas por exemplo no domínio familiar, espaço onde as desigualdades são escamotedas porque "privadas", ou os focos de pobreza, fenómeno este em perfeita contradição com as características da sociedade moderna democrática que se pretende portadora de riqueza e de felicidade ([17]). A sociedade civil, quando enviada e confinada ao privado, longe de figurar como conceito operatório, provoca enviesamentos que

---

([13]) B. de Sousa Santos, "O Estado e o direito na transição pós-moderna", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº30, Coimbra, CES, 1990, p. 20.

([14]) Isabel Guerra, "Poder local ou - reprodução ou inovação", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº9, Lisboa, CIES, 1991, pp. 56 e 57.

([15]) Jürgen Habermas, *o. c.*, pp. 125 e 126.

([16]) B. de Sousa Santos, "Subjectividade, cidadania e emancipação", *o. c.*, p.138.

([17]) A. Teixeira Fernandes, "Formas e mecanismos de exclusão social", *o. c.*, p. 57: "As sociedades ricas continuam a produzir áreas de pobreza, porque a liberdade é contrariada pela dependência e a democracia pela falta de participação".

tornam a realidade mais opaca. A sociedade civil e a cidadania, ao universalizarem as diferenças, resolvem essa permanente tensão entre a "subjectividade do indivíduo" e a "subjectividade do Estado" ([18]).

Apesar das reacções da sociedade, iniciadas em finais de 60, relativamente à tutela e às interferências do poder estatal poderem sugerir, simplistamente, uma nova polarização, desta vez na sociedade civil, o facto é que análises recentes têm vindo a colocar uma nova problemática centrada não na hipótese de uma retracção do Estado, mas partindo do facto que Estado e sociedade civil, tal como o afirma Habermas, não são outra coisa senão *"duas faces da mesma moeda"*, - ou então nas palavras de Sousa Santos se transformam mais e mais *"no duplo um do outro"* ([19]) -, se observa a progressiva ubiquidade do Estado nas diferentes esferas do social, hipótese esta que é validada pela importância hoje assumida pelos novos acordos de concertação social e pela actual política de rendimentos e preços. O Estado mantém-se, assim, presente nas situações de regulação social que privatiza ou restitui à sociedade, assistindo-se actualmente a uma expansão do Estado *"sob a forma de sociedade civil"*, criando ele próprio *"espaços de sociedade civil"* - tendência esta que contraria a tradicional concepção de que é a sociedade que dá origem ao Estado:

> *"As novas funções atribuídas a entidades privadas, sejam elas companhias de seguros, empresas de segurança, escolas, hospitais e prisões privadas, associações de agricultores ou quaisquer outras organizações corporativas, fazem com que estas exerçam, por delegação, autênticos poderes de Estado, transformando-as em entidades para-estatais, ou micro--Estados"* ([20]).

Não tanto acerca das respostas que o Estado procura dar à sua crise, mas principalmente sobre os efeitos sociais dessas supostas resoluções, gostaríamos de citar a análise de Sousa Santos ([21]). Este autor aponta o recurso, por parte do Estado, a uma solução dimensionada em duas vertentes fundamentais: a "difusão social da produção", processo que significa descentralização e transnacionalização, fenómenos concretizados, entre outros aspectos, no parcelamento da produção e na expansão de multinacionais; e o

---

([18]) B. de Sousa Santos, *o. c.*, p.138.

([19]) Respectivamente, Axel Honneth, *o. c.*, p.162 e B. de Sousa Santos, "O Estado e o direito na transição pós-moderna", *o. c.*, p.23; ver ainda do mesmo artigo pp. 20-25.

([20]) B. de Sousa Santos, *o. c.*, pp. 23,24 e 25.

([21]) B. de Sousa Santos, "Subjectividade, cidadania e emancipação", *o. c.*, pp. 158 a 161.

"isolamento político do trabalho", onde é de relevar a precarização do trabalho e a desintegração política da classe operária.

Ora as consequências imediatas de tal estratégia para a sociedade civil traduzem-se assim no recuo da cidadania em favor da afirmação da subjectividade, conciliada esta com o fortalecimento do princípio de mercado. Processa-se, deste modo, uma nítida subversão onde valores como os de "autonomia", "criatividade" e "reflexividade" são reconvertidos em "privatismo", "dessocialização" e "narcisismo". Esta fase mais recente do capitalismo, designada generalizadamente de *capitalismo desorganizado*, corresponde a um novo liberalismo onde o Estado continua a desempenhar um papel indiscutível - só que agora na área económica - e onde a cidadania vai perdendo terreno a favor da subjectividade, tudo isto contribuindo, segundo o autor, para o adiamento das possibilidades de emancipação da sociedade.

Perante tal panorama, será de encarar como pistas de trabalho as propostas que remetem para a análise das virtualidades de a sociedade, protagonizada nos seus cidadãos ou nos *novos sujeitos sociais*, poder tirar contrapartida dessa situação de interferência do Estado na sociedade civil ([22]). O que certamente poderá operar-se por vias múltiplas e controversas como, por exemplo, através de um esforço de inversão procurar contrapartidas dessas interferências, ganhando *"um controlo mais imediato e mais compreensivo sobre as elites políticas"* ([23]). Esta será uma das perspectivas que ao longo do presente trabalho iremos adoptar, procurando enriquecê-la através do estudo de situações elucidativas.

1.3. "Pós-modernidade" e emergência de novos valores

Nos pontos anteriores centrámos as transformações ocorridas nas duas últimas décadas, essencialmente no "colapso" económico e social do Estado Providência, enfatizando as vicissitudes e contradições do regime fordista de acumulação que lhe é subjacente. Este será, indubitavelmente, um dos vectores, senão o mais significativo, da crise da modernidade.

([22]) Axel Honneth et al., *o. c.*, p. 162. A propósito das suas preocupações na análise da modernidade diz nesse texto J. Habermas "Procurava então compreender o de modernidade que estava implicado nesta reflexão, neste afastamento da modernidade, neste afastamento da democracia radical" e foi precisamente nessa altura que se apercebeu do surgimento de novos movimentos e de novas potencialidades de protesto.

([23]) Claus Offe, *o. c.*, p. 817. Ver também Juan Mozzicafredo, "A questão do Estado no processo político português, 1974-76", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, 1984, p.43.

Todavia não é nossa intenção, na presente análise, subavaliar a importância que um outro fenómeno - cujos efeitos, foram aliás já parcialmente mencionados -, o movimento estudantil e juvenil dos anos 60, produziu sobre a crise. Movimento que não pode ser tomado como facto paralelo e isolado, uma vez que representa a dimensão cultural dessa crise económica ([24]), e numa luta que rivaliza com o movimento operário, assinala as primeiras manifestações da subjectividade contra a cidadania, apreensível na sua recusa da lógica produtivista e consumista e no alerta para as situações opressoras quase sempre esquecidas num campo mal definido entre o quotidiano e o não quotidiano.

A crise do Estado é também a crise da modernidade, pautada pela indiferença perante o conceito de cidadania e perante os modos de acção colectiva tradicionais com ênfases políticas e ideológicas. Todas estas transformações recentes operadas principalmente no mundo dos valores e na esfera cultural em termos globais, deram origem, segundo alguns autores, à emergência da *pós-modernidade*. Juan Mozzicafredo ([25]), por exemplo, procura estabelecer um paralelismo entre Estado Providência (que parece sobreviver e capaz de gerir todas as crises) e pós-modernidade, enquanto fenómenos paralelos e interactivos - interacção que o autor constata a três dimensões, resumidamente: a relação entre as "formas culturais" e os "mecanismos de regulação institucional e social", a "relação de continuidade entre as temáticas do modernismo e do pós-modernismo" inerente ao processo de democratização, a relação entre o "funcionamento do quadro institucional do Estado Providência e os comportamentos e atitudes que consubstanciam as formas culturais da modernidade".

Parece-nos necessário efectuarmos aqui um breve parêntesis sobre a questão da pós-modernidade. Ao utilizarmos o termo pós-moderno e respectivos derivados ([26]), fazêmo-lo com algumas precauções. Não pretendemos discutir neste lugar todas as suas implicações. Este conceito é aqui usado num sentido amplo, isto é, associado às grandes mudanças na

---

([24]) B. de Sousa Santos, *o. c.*, pp. 152 e 153.

([25]) Juan Mozzicafredo, "Pós-modernismo e Estado Providência", *Sociologia Problemas e Práticas*,nº3, 1986, p. 11. Pela sua parte B. de Sousa Santos, estabelece a correlação entre capitalismo e modernismo, sendo aquele a expressão económica da modernidade e este a sua expressão estética e cultural. Cf. B. de Sousa Santos, "Quatro questões sobre a mudança de clima", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº24, 1988, pp. 9 a 17.

([26]) Mike Featherstone, "Moderno e Pós-moderno: definições e interpretações sociológicas", *Sociologia-Problemas e Práticas*, CIES, nº 8, 1990. Neste artigo o autor procura analisar o termo *pós-modernismo*, fazendo preliminarmente uma distinção entre os vários termos da família de *moderno e pós-moderno*, como é o caso de *(pós-)modernidade, (pós-)modernizar, (pós-)modernização* e, por último, o já referido *(pós-)modernismo.*

sociedade ocidental contemporânea ([27]) e para dar conta dos novos processos sociais e culturais em curso. Tal como refere Mike Featherstone ([28]), o termo pós-modernismo (uma das expressões que tem origem no pós-moderno) pode ser entendido ao nível:

> *"...das mudanças na esfera cultural mais ampla envolvendo os modos de produção, consumo e circulação dos bens simbólicos os quais podem relacionar-se com transformações mais amplas nos equilíbrios de poder e nas interdependências entre os grupos e as fracções de classe em ambos os níveis, intra e inter-societais;"*

ou ainda em termos:

> *"...das mudanças nas práticas quotidianas e experiência dos vários grupos que como resultado de alguns dos processos mencionados acima podem estar a utilizar diferentes formas de sistemas de significação e a desenvolver novos meios de orientação e estruturas de identidade."*

Julgamos que esta terminologia, ainda que dotada duma certa utilidade instrumental analítica, não deverá ser entendida como designação que assinala o fim da modernidade, pois as mudanças ocorridas têm-se operado sempre dentro dos dois "pilares de transformação" que caracterizam o projecto da modernidade, isto é o da "regulação" e o da "emancipação", com o senão de a articulação entre ambos, se ter processado de forma desequilibrada ([29]).

Esta atitude reservada em relação ao conceito de "pós-modernidade" aproxima-nos da expressão "modernidade radicalizada" de Anthony Giddens. Diz este autor:

> *"Mais do que entrar num período de pós-modernidade, estamos a mover-nos num período em que as consequências da*

([27]) B. de Sousa Santos, *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*, Porto, Afrontamento, 1989. Há um certo paralelismo entre o uso dado aqui a pós-moderno e a opção que este autor faz a propósito da crise da ciência moderna, "que à falta de melhor designação" utiliza a expressão "ciência pós-moderna", *o. c.*, p. 9. Gostaríamos de citar também neste âmbito e do mesmo autor *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Afrontamento, 1988.

([28]) Mike Featherstone, *o. c.*, p. 104.

([29]) B. de Sousa Santos, "Subjectividade, cidadania e emancipação", *o. c.*, p. 136.

modernidade estão a tornar-se mais radicalizadas e universalizadas do que anteriormente." ([30]).

A. Giddens considera que ainda não vivemos numa época verdadeiramente pós-moderna; o que acontece é podermos ir detectando aqui e ali alguns indicadores de "emergência de novos modos de vida e formas de organização" ([31]).

Algumas das actuais mudanças são perceptíveis ao nível da emergência de novos valores e da relativização dos mesmos. Os novos actores desvinculam-se assim de conotações revolucionárias. Segundo Alain Touraine ([32]), as actuais tendências estão relacionadas com o desenvolvimento de culturas diferentes: "cultura da juventude", "cultura comunitária" ou "marginal", "cultura homossexual", etc. A sua proposta orienta-se no sentido de nos virarmos mais para a cultura, os hábitos e costumes, as mudanças científicas e éticas.

A ausência de um conjunto de valores comummente aceite e o aparecimento, em seu lugar, de uma cultura pluralista com sistemas de valores concorrentes - o que em parte se deve à existência de múltiplos agentes de socialização também em concorrência - conduziu à dissolução das comunidades tradicionais de carácter abrangente e totalizante e à crise das relações sociais.

Esta relativização dos valores ou, mais propriamente, o "desaparecimento de uma ordem objectiva de valores" tem sido concomitante de um processo de individualização - com raízes no renascimento e afirmação no racionalismo progressista e no romantismo - que conjugado com a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo desembocou num individualismo acentuado ([33]). É que este "voltar-se para dentro de si próprio" que é, em suma, o fenómeno da *reflexividade*, embora inerente a toda a acção humana, toma um sentido diferente com a modernidade,

---

([30]) Anthony Giddens, *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press, 1991, p. 3. Ver ainda a comparação que o autor faz entre as características da *"pós-modernidade"* e da *"modernidade radicalizada"*. *o. c.*, p. 150.

([31]) *Idem*, p.52.

([32]) Alain Touraine, *Le Retour de l'acteur*, Paris, Fayard, 1984, p. 79.

([33]) A. Teixeira Fernandes, "Individualismo, subjectividade e relação social", Porto, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, série de Filosofia, nº7, 1990, pp. 3,4 e 5. Confira-se ainda: "Modernidade e eutanásia", *Revista da Faculdade de Letras*, série de Sociologia, vol. I, Porto, 1991, pp. 68, 69 e 70.

introduzindo-se nas bases do seu sistema de reprodução ([34]). A proliferação do individualismo (associada em termos culturais a um certo narcisismo) tem sido de tal modo significativa a ponto de suscitar múltiplas reflexões e estudos em vários ramos das ciências humanas - em Psicologia manifesta-se, por exemplo, através dos trabalhos sobre o "self" ([35]).

A perda de uma "ordem objectiva de valores", a par do isolamento e da distanciação do meio social, originaram um estado de incerteza e insegurança que conduziu ao questionar das crenças da própria modernidade: crescimento, progresso e razão são postos em causa. Só que esta atitude de desencanto não se fez acompanhar do retorno aos mitos e crenças da sociedade pré-moderna. Pelo contrário, passou a verificar-se uma atracção pela ideia de crise permanente - o que é a negação do sentido transitório de crise -, de "vazio" ([36]) e de decadência. É a ideia de que nada vale a pena, pelo menos no que concerne aos grandes ideais.

Este cenário aparentemente "negro" não é, no entanto, sinónimo de um total pessimismo. A crise da modernidade iniciada no século XX e, segundo alguns autores associada ao advento da pós-modernidade, não é vista (pela maior parte desses mesmos autores) com um sentido propriamente negativo e dramático, antes como um caminho para a felicidade e a realização dos indivíduos ([37]) - uma vez que o seu campo de movimentação se inscreve num quadro de maior liberdade e desse modo com virtualidades para o alargamento do leque de opções.

([34]) Anthony Giddens , o. *c.*, p. 38.

([35]) A este propósito ver, por exemplo, José Azevedo, *Perspectivas integradoras do desenvolvimento da identidade na adolescência*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Porto, Faculdade de Letras, 1989. "Por sua vez, na Psicologia tem vindo a registar-se um crescente interesse pelo estudo do 'self', multiplicando-se as investigações sobre temas como o auto-conceito, a auto-estima, o auto-conhecimento e a identidade". *o. c.*, p. 1.

([36]) Esta ideia de vazio é particularmente desenvolvida por Gilles Lipovetsy, *A era do vazio. Ensaios sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água, 1988.

([37]) No âmbito de uma análise de alguns autores "conotados com as correntes pós-modernas" e concretamente sobre esta faceta "optimista" do pós-modernismo, ver Helena Santos in *Pensar o cultural: itinerário para uma reflexão*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Porto, Faculdade de Economia, 1991, p. 71: "Este 'vazio' (na terminologia de G. Lipovetsky) das sociedades pós-modernistas não terá que ser, no entanto, um drama social, designadamente para o sistema democrático. Se Bell se preocupa com a possibilidade de a cultura não reencontrar uma coerência interna, outros autores (Lipovetsky e Yonnet) vêem naquele vazio a oportunidade para a concretização da verdadeira democracia".

Mas, retomando o fio das anteriores questões, e desta vez no que refere ao Estado, assiste-se, por parte deste, ao abandono progressivo da sua função de elemento unificador da vida social e ao seu distanciamento da mesma. Um exemplo que evidencia bem este fenómeno é o dos indivíduos se desvincularem dos partidos - com uma representatividade cada vez mais fraca nas nossas sociedades - e optarem por outro tipo de instituições como as associações que tratam assuntos da vida quotidiana. Hoje, a recriação do espaço público passa pelas possibilidades de liberdade e de *invenção* de formas de associação como via a uma maior participação dos cidadãos ([38]). As procuras sociais têm lugar, por regra, extra-partidos. É o fim das "paixões políticas" e dos "mitos neoromânticos" da velha esquerda ([39]).

Para Claus Offe ([40]) os valores tradicionais da modernidade como a "liberdade e segurança do consumo privado e do progresso material" vão sendo secundarizados face ao aparecimento de novos valores, como os de *autonomia* e de *identidade* , em sinal de oposição ao controlo centralizado. Trata-se, enfim, de reacções ou contra-tendências muitas vezes baseadas na reabilitação de valores tradicionais: a defesa do local, a valorização das sociabilidades, as pequenas associações, o fundamentalismo religioso, o nacionalismo.

De acordo com os novos valores, é recusado o culto do Estado ou da sociedade (frequentemente traduzido no 'amor à Pátria') e defendidas as liberdades individuais em detrimento das colectivas ([41]). Segundo A. Touraine os movimentos dos anos 60 geraram uma nova crise na sociologia. Do pós-guerra até àquela data tinha sido dominante a sociologia estruturo-funcionalista parsoniana que, como se sabe, atribuía um lugar fundamental no plano teórico ao conceito de sistema social. Acontece porém que o actor se revoltou contra o sistema e consequentemente o paradigma teve de ser posto em causa. Perante a crise da modernidade, o desafio passa a ser o de descobrir as novas representações da vida social e necessariamente uma nova Sociologia. A sociologia clássica, com excepção da teorização weberiana, estudou sempre em simultâneo Estado e sociedade - o político e o social - em

---

([38]) A. Teixeira Fernandes, *Os fenómenos políticos*, p. 310. Ver, também do mesmo autor, "Formas e mecanismos de exclusão social", *o. c.*, p. 52, onde é indicado o Estado Providência como o principal entrave à "afirmação de solidariedades locais" e à "reconstituição do tecido social", em função do processo de segmentação das relações sociais que instaurou.

([39]) Alain Touraine, *Le Retour de l'acteur*, pp. 82-87, e Jean Cohen, *o. c.*, pp. 669 e 670.

([40]) Cfr. quadro elaborado por este autor com a sistematização das "Principais características dos 'velhos' e 'novos' paradigmas da Política". Claus Offe, *o. c.*, p.832.

([41]) Alain Touraine, *Le retour de l'acteur*, pp. 51 e 52.

detrimento dos actores e da acção social. Todavia são precisamente estes dois aspectos que deverão ser colocados no âmago da nova sociologia , cujos contornos A. Touraine procura esboçar ([42]).

Admite-se, deste modo, a possibilidade de surgirem actores sociais - certamente conotados com os novos movimentos sociais e com as novas temáticas - em busca duma reconstiuição da sociedade civil.

2. MOVIMENTOS SOCIAIS

Apesar das características atribuídas à actual sociedade e das indefinições várias com que nos deparamos, têm ocorrido novas formas de contestação pela parte de determinados grupos que, numa sociedade massificada, aparentam buscar uma identidade própria.

A problemática dos movimentos sociais e principalmente a dos novos movimentos sociais - bem contemporânea da crise do Estado e da modernidade - tem-se revelado, desde meados de 70, como terreno fértil de investigação, originando, por isso mesmo, variados e extensos trabalhos quer ao nível da produção teórica, quer em termos de pesquisas empíricas. Podemos mesmo dizer que a temática dos novos actores sociais e dos novos movimentos sociais tem obtido especial destaque na produção sociológica da última década.

Não obstante, no presente trabalho não nos propomos aprofundar ou mesmo dar conta, num esforço exaustivo, do conjunto de abordagens e teorias sobre os movimentos sociais, sejam eles os tradicionais ou os chamados "novos". A nossa pretensão é antes a de traçar, em termos breves - que todavia esperamos não superficiais -, os principais eixos teóricos que presidem à caracterização dos novos movimentos sociais e que, simultaneamente, se afigurem pertinentes à elaboração do nosso quadro de análise e clarificadores de algumas questões que se colocam em torno do objecto de estudo.

([42]) *Idem*, pp. 10 e 23. Alain Touraine propõe que a noção de sociedade seja retirada da vida social e como alternativa apresenta a ideia de acção social: acção e sistema devem ser analisados em interdependência e não separadamente. A Sociologia da Acção, por ele proposta, irá assim explicar as relações entre os actores definidas pelas suas orientações culturais. *O. c.*, pp. 31, 35 e 36.

Em primeiro lugar, e ainda a título de nota introdutória, esclareçamos que a nossa opção em considerarmos a problemática dos novos movimentos sociais como um dos elementos do eixo de pesquisa teórica assenta nos seguintes pressupostos:

a) os novos movimentos sociais e os movimentos sociais em geral têm constituído, para além de uma das dimensões possíveis de participação social, importantes agentes de transformação;

b) a fase de maturação e institucionalização dos movimentos sociais tem coincidido, não raras vezes, com a sua adesão a um modelo tipo associativo; ou inversamente,

c) a acção encetada por associações no alcance dos seus objectivos em certos momentos da história e em circunstâncias conjunturais específicas tem criado a dinâmica e adquirido as características de movimento social;

d) quanto à temática dos novos movimentos sociais, propriamente dita, ela constitui um dos enquadramentos fundamentais dos fenómenos que pretendemos analisar.

Estes pressupostos servirão também de enquadramento do objecto empírico que será utilizado como ilustração neste trabalho.

2.1. O conceito de movimento social na análise sociológica

O termo movimento social faz parte de um campo que nem sempre foi bem delimitado na análise sociológica. Frequentemente fez parte do estudo das associações voluntárias, podendo enquadrar-se na linha de trabalhos que analisavam o ciclo de vida dos movimentos sociais através do percurso de uma ou mais associações ([43]). Mas principalmente, e porque sujeito a ambiguidades de vária ordem, foi considerado como a conjugação de forças

---

([43]) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, vol. 13 e 14, New York, The Macmillan Company and the Free Press, 1972, p. 445: "*A maior parte dos estudos sobre os movimentos sociais têm incidido na investigação do percurso das associações, desde as fases de entusiasmo colectivo até às actividades de grupos formalmente organizados. Em tais estudos o movimento é identificado com os objectivos e acções das organizações.*"

individuais e área do comportamento colectivo (44). Facto que se deve em boa parte à tradição etnográfica e psico-social da Escola de Chicago, cujos estudos comportaram diferentes variantes em torno do comportamento colectivo (45).

Segundo aquela perspectiva, partia-se do pressuposto de que as movimentações colectivas eram comportamentos não institucionais - por oposição às acções institucionais e convencionais - que escapavam ao controlo social e entravam em ruptura com os orgãos responsáveis por esse mesmo controlo. Tratava-se assim de um tipo de comportamento que não é guiado por normas sociais, não racional, cuja origem encontrava explicação em situações individuais. Tanto as ilusões como os recalcamentos dos indivíduos poderiam impulsioná-los à sua participação em acções colectivas.

Todavia, esta identificação psicologizante de movimento social com massa ou multidão perde rapidamente fundamentação teórica uma vez que lhe deverá ser implícita uma acção concertada onde é importante a pertença e a solidariedade e onde os actores actuam racionalmente. Aquele paradigma entrou, assim, em declínio em finais dos anos 60.

Passando em revista algumas definições formuladas em enciclopédias ou dicionários de ciências sociais - que por questões cronológicas não se referem aos novos movimentos sociais - apercebemo-nos que movimentos sociais podem aparecer definidos como:

> *"...procuras, socialmente partilhadas, de mudança em alguns aspectos da vida social."* (46)

> *"Processo de intervenção e de acção de um conjunto de pessoas mais ou menos organizadas e agrupadas com vista a garantir o êxito de um programa de reforma ou de transformação social."* (47)

Por sua vez, Raymond Boudon e François Bourricaud, no *Dictionnaire Critique de la Sociologie,* afirmam que numa das suas acepções, podemos

---

(44) *Idem*, p. 445.

(45) Jean Cohen, "Strategy or identity: new theoretical paradigmas and contemporary social movements", *Social Change*, vol. 52, nº 4, 1985, pp. 671 e 672.

(46) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, p. 445.

(47) Alain Birou, *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, D.Quixote, 4ª edição, 1978, p. 267.

relacionar o termo movimento social com os aspectos *dinâmicos da vida social*, aspectos esses *originais* e *criativos* associados à capacidade de *mobilizar* e de *inovar* ([48]).

Finalmente, e noutro âmbito, recordaremos a definição de um autor cuja obra ao longo dos anos tem tido bem presente esta problemática. Alain Touraine - para quem movimento social é antes de mais um conceito central em Sociologia - afirma que a expressão, definida pelo conflito com o adversário, deve ser empregue sempre que as acções conflituais transformem as relações de dominação social *"que se exercem sobre os principais recursos culturais - produção, consumo, regras éticas"* ([49]).

Todas estas acepções associam a expressão de movimento social a uma ideia de intervenção, acção colectiva, mobilização. O termo apresenta, deste modo, um sentido dinâmico sendo-lhe atribuída uma responsabilidade fulcral nos processos de mudança.

Outra ideia também presente em várias definições é a da existência de um grupo de pessoas relativamente organizado, que estabelece objectivos no sentido de produzir transformações. Mesmo que o grau de organização seja incipiente haverá, à partida, um conjunto de aspirações sociais comuns aos diferentes indivíduos que compõem o movimento ([50]) que os impele ao estabelecimento de um programa de acção.

Um movimento social pode intervir de formas múltiplas de acordo com os seus recursos e finalidades. Concretamente, os objectivos podem ter um carácter relativamente restrito no caso de se procurarem operar mudanças parciais através de reformas ao nível de certas instituições; ou, pelo contrário, pode ambicionar uma mudança completa da ordem social e da sociedade em geral assumindo assim um carácter eminentemente revolucionário ([51]).

([48]) Raymond Boudon e François Bourricaud, *Dictionnaire Critique de Sociologie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1982, pp. 374 e 375.

([49]) Alain Touraine, *Le Retour de l'acteur*, p. 142.

([50]) Na *International Encyclopedia of the Social Sciences* é ainda feita a distinção entre "segmentos directos" e "segmentos indirectos" de um movimento social. Designando a primeira expressão a pertença dos indivíduos ao grupo enquanto membros, ideia de envolvimento e de militância; e a outra correspondendo à difusão de valores, ideias e normas do movimento pela sociedade, o que pode conduzir à acção, indivíduos que não estão filiados em nenhuma associação ou movimento. *O. c.*, p.445.

([51]) Os movimentos sociais mais radicais (revolucionários e contra-revolucionários) não actuam, a maior parte das vezes, dentro das regras de legalidade - como é o caso dos grupos

Quanto aos meios eles poderão ser variados, desde o recurso à imprensa no sentido de influenciar e captar simpatias da opinião pública, até uma actuação directa nos órgãos do poder político e económico ou então sair dos trâmites legais e mover-se num contexto de clandestinidade ([52]).

Também de acordo com os objectivos e com o contexto de actuação, cada movimento delineia uma determinada estratégia e um conjunto de tácticas que acompanham o desenrolar do conflito - é o caso das greves, manifestações, boicotes ou acções mais "brandas", como a realização de exposições ou artigos na imprensa.

As acções estratégicas do movimento social dependem ainda da fase em que este se encontra. R. Boudon e F. Bourricaud ([53]) consideram a mobilização como a primeira fase de qualquer movimento social.

Assim, no início de um processo de mobilização - e usando as expressões daqueles autores - assistimos a um conjunto de "acções descoordenadas" ou "iniciativas descentralizadas". Por outras palavras, parece tratar-se de uma fase de fraca ou praticamente nula organização, que poderá estar na origem de um movimento social, ou então não passar de um simples movimento de protesto com acções e objectivos limitados.

O movimento social pressupõe uma actuação de tipo estratégico - que poderá corresponder à segunda fase de um conjunto de "iniciativas descentralizadas" ou, na linguagem de Touraine, ao ponto de convergência de várias lutas ([54]); o próprio movimento operário começou por caracterizar-se por protestos e lutas mais ou menos dispersos - em virtude de lhe estar subjacente um grupo relativamente organizado, reunido por um conjunto de interesses comuns e com a pretensão de alterar o sistema, constituindo-se como "agente de historicidade" e portador de um "projecto de gestão societal" ([55]), agindo para isso sobre os órgãos de poder e de decisão, podendo actuar de forma perfeitamente organizada e dentro das regras do

---

terroristas - uma vez que não consideram outros como fazendo parte da comunidade política.

([52]) Alain Birou, *o. c.*, p. 267.

([53]) Raymond Boudon e François Bourricaud, *o. c.*, pp. 375 e 376.

([54]) Alain Touraine, "Théorie et pratique d'une Sociologie de l'action", *Sociologie et Société*, vol. X, nº 2, 1978, p. 169, e *Le Retour de l'acteur*, p. 148.

([55]) Alain Touraine, *Le Retour de l'acteur*, pp. 148 e 152.

jogo instituídas pelo quadro legal, procurando a eficácia dos seus recursos materiais e simbólicos.

Este conjunto de características tem por base a noção de conflito. Aliás, para Teixeira Fernandes ([56]) o conflito ou, mais correctamente, as condutas de conflito - geralmente provocadas por situações de marginalidade - quando obtido um certo nível de organização e institucionalização, constituem factores potenciais de formação de movimentos sociais.

Convirá esclarecer que temos estado a usar o termo movimento social numa acepção ampla e englobante não o distinguindo de movimentos políticos, religiosos ou concernentes a grupos específicos como os de feministas, ecologistas ou estudantis; pelo contrário, considerámos que todos estes estão contidos no termo movimento social. Primeiramente, porque todos estão ligados à sociedade e afectam directa ou indirectamente o seu funcionamento; e depois, porque se assim não procedêssemos poderíamos estar a sugerir explicações meta-sociais para fenómenos que são no fundo sociais ([57]).

([56]) A. Teixeira Fernandes, "Formas e mecanismos de exclusão social", *o. c.*, pp. 48 e 53. A mobilização está, deste modo, dependente de mecanismos de solidariedade e da formação de uma "consciência de conflitualidade", para além de um certo grau organizacional.

([57]) A. Teixeira Fernandes, *Sociologia e Socio-lógica - sobre o fim do meta-social*, Porto, Brasília editora, 1985, p. 21.

2.2. A acepção clássica de movimento social

As grandes mudanças operadas no mundo moderno (principalmente nos últimos dois séculos) estão relacionadas com a acção dos movimentos sociais. Basta citar o movimento operário e os movimentos de independência nacional.

Mesmo quando estes não atingiram a realização plena de todos os seus objectivos, as suas esferas de influência foram-se alargando a ponto de a sua acção contribuir para a formação da opinião pública. Para além de que os movimentos sociais têm constituido muitas vezes ponto de passagem para dirigentes de partidos políticos, é sabido que muitas das figuras da cena política tiveram um papel importante em lutas estudantis, movimentos de libertação nacional ou sindicatos.

Mas, voltando à questão da origem do termo movimento social, constatámos que o termo surgiu, ou foi utilizado pela primeira vez, no princípio do século passado para designar o movimento operário ou a classe trabalhadora, conotação que durou até à segunda década do nosso século. Esta é a concepção clássica de movimento social, correlativa à instauração de uma nova ordem social e política, alterando por completo as instituições de sede de controlo e de distribuição de poder ([58]). E de facto, a classe operária foi adquirindo ao longo do século passado poder político, objectivo esse alcançado através de conquistas que promoveram e emanciparam o proletariado, subordinando a "autonomia individual" - entendida como burguesa - à "autonomia de associação" ([59]) e na sequência à acção colectiva e ao princípio de emancipação. As reivindicações do movimento operário cada vez mais se transformaram em negociações institucionalizadas - isto ao nível dos países centrais - ao longo do período do capitalismo organizado e, nessa sequência, a "emancipação" foi cedendo lugar à "regulação"([60]), anunciando assim o fim da sua própria utopia.

Entretanto, o termo ganhou um sentido mais amplo; basta recordarmos os camponeses e agricultores que apoiaram o nazismo, os já mencionados

---

([58]) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, p. 439.

([59]) Cfr. A. Teixeira Fernandes, "Formas e mecanismos de exclusão social", *o. c.*, p. 51. Relativamente ao exercício da "autonomia colectiva" o problema põe-se, segundo o autor, quando este não tem lugar num contexto democrático, pois nesse caso em que o domínio pessoal é submetido ao colectivo podem emergir "formas extremas de servidão".

([60]) B. de Sousa Santos, "Subjectividade, cidadania e emancipação", *o. c.*, p. 164.

movimentos de independência nos territórios colonizados (61) e mais recentemente os movimentos feministas, ecologistas e pacifistas. Isto quer dizer, na interpretação de J. Habermas, que muito embora o conflito de carácter classista nas democracias do Estado Social se tenha institucionalizado, ou mesmo extinguido, as possibilidades de protesto permanecem (62); podem-se ter deslocado para outras áreas de conflito, mas não desapareceram. Mas uma coisa é certa, os principais protagonistas não são mais os partidos e os sindicatos - tradicionais interlocutores, nas democracias representativas, da classe operária -, da mesma forma que os conflitos deixam de ter lugar na esfera de reprodução material e deixam de se confinar aos problemas de redistribuição (63).

Os movimentos sociais mais recentes - que todavia já têm mais de vinte anos - demarcam-se ao nível dos objectivos, actores, modalidades de acção e estratégias (entre outros aspectos) dos movimentos sociais tradicionais.

Mas vários foram os factores que levaram, por um lado, ao surgimento dos novos movimentos sociais e, por outro, à inadequação dos paradigmas clássicos ao seu estudo, aspectos esses que procuraremos de seguida analisar.

2.3. Os movimentos sociais contemporâneos

No primeiro ponto deste capítulo fizémos o esforço de, resumidamente, apontarmos o quadro contextual bem como alguns dos factores relacionados com o surgimento dos "novos movimentos sociais", se não enquanto realidade, pelo menos como nova designação. Vimos, por um lado, a velha questão da sociedade contra o Estado e, por outro, o agravamento (ou os efeitos perversos) de certas tendências e características da modernidade e manifestação de contra-tendências pautadas por novos valores ou pela recuperação de antigos.

---

(61) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, p. 439.

(62) Jürgen Habermas, *Théorie de l'agir communicationnel*, vol. 2, pp. 431e 432.

(63) *Idem*, p. 432. J. Habermas conclui "Em suma, os novos conflitos não nascem de problemas de redistribuição mas de questões que tocam a 'gramática das formas de vida'", referindo-se em concreto às questões da "reprodução cultural, integração social e socialização".

Sujeito a designações diversas ([64]), o termo novos movimentos sociais data de meados da década de 70, genericamente associado a movimentos pacifistas e anti-nuclear, feministas, ecológicos, de autonomia local e descentralização, entre outros. Regra geral, os novos movimentos sociais criticam os excessos de regulação da sociedade moderna e respectivo ideal de riqueza, apontando, por outro lado, as várias opressões existentes. Esta expressão tem levantado vários problemas de definição, em virtude de não existir um acordo em termos teóricos e de, consequentemente, poderem ser colocadas questões tão pertinentes como aquelas formuladas por Jean Cohen:

> *"Em que tipos de sociedade ocorrem os movimentos? Que continuidades ou descontinuidades existem em relação ao passado? Que instituições estão em causa? Quais são as apostas políticas gerais das contestações? E quais são as possibilidades a desenvolver permitidas culturalmente aos actores colectivos?"* ([65])

Seja maior ou menor o nível de aprofundamento e de clarificação das questões acima transcritas, o facto é que estes novos movimentos têm despertado o interesse e o trabalho de investigação em numerosos autores, os quais têm adoptado paradigmas, ora centrados nas questões de *estratégia*, ora valorizando os princípios de *identidade* e *solidariedade*.

Jean Cohen ([66]) compara esses dois grandes paradigmas teóricos com o objectivo de estabelecer parâmetros de conciliação e complementaridade entre essas duas abordagens. Assim, temos a teoria do "*recurso-mobilização*", da escola norte americana - em termos de autores Charles Tilly surge como principal referência -, inserida na corrente empirico-analítica das ciências sociais e regida por uma lógica neo-utilitária, ou seja, o actor racional é colocado no centro do estudo da acção colectiva, e surgem como principais variáveis: a organização, os interesses, os recursos, as estratégias e as oportunidades. A "*identidade orientada*", paradigma europeu que recusa as teses neoutilitárias do actor racional, definindo como novas todas as dimensões da sociedade pós-industrial (valores, instituições e actores são

---

([64]) Tal como refere Claus Offe, várias são as expressões utilizadas para designar estes movimentos nos diversos textos que abordam o assunto, quase todas elas sugerindo ruptura e descontinuidade: "novos movimentos de protesto", "nova política", "novo populismo", "neoromantismo", "comportamento político não ortodoxo", etc. *O. c.*, p.825.

([65]) Jean Cohen, *o. c.*, p. 671.

([66]) *Idem*, p. 665. Jean Cohen faz uma importante referência a J. Habermas que na sua obra *Théorie de l'agir communicationnel*, mostra as potencialidades de complementaridade entre os paradigmas da acção colectiva, muito embora não se referindo directamente aos movimentos sociais, propriamente ditos, mas à teoria social no seu todo.

alguns desses aspectos) valoriza essencialmente as questões de identidade em detrimento das acções estratégicas e de negociação.

O autor analisa estes dois paradigmas e demonstra que ambos partem das características da sociedade civil para, a partir daí, traçarem as especificidades dos actuais movimentos sociais, os quais desenvolvem uma luta por uma sociedade civil democrática defendendo-a, correlativamente, de uma exagerada tutela estatal, objectivo que, porém, não toma por base a ideia de revolução, antes a de "reforma estrutural", em virtude de não estar hoje em causa a extinção do funcionamento autónomo dos sistemas político e económico ([67]).

Ambas as perspectivas acentuam a organização dos actores e a racionalidade das suas contestações, geralmente integradas em organizações e associações, pese embora o facto de J. Cohen sugerir que o estudo na perspectiva analítica da identidade acabe por ser menos totalizante conciliando, por isso mesmo, mais a teoria com a prática. Adoptando este argumento como base de fundamentação, continuaremos esta abordagem dos novos movimentos sociais, com maior incidência no paradigma da "identidade-orientada", concretamente destacando a obra de Alain Touraine.

Para esse autor, e conforme já tivemos oportunidade de referir, os movimentos sociais são uma noção central da sociologia e não apenas de uma sociologia da acção. O papel do sociólogo terá de ser, de acordo com esta perspectiva, o de prever o nascimento de novos movimentos e de novos actores ([68]).

Inicialmente desenvolvendo estudos sobre o movimento operário e as questões laborais - podemos citar aqui o exemplo da sua obra de 1966, *La conscience ouvrière* - Touraine foi progressivamente deslocando a sua problemática para o conceito de "historicidade", ou seja, o modo como a sociedade se produz a si própria ([69]), para acabar por voltar novamente à questão dos movimentos e dos actores sociais,por excelência "os agentes"

([67]) Jean Cohen, *o. c.*, pp. 663 e 664.

([68]) Alain Touraine, "Théorie et pratique d'une sociologie de l'action", *Sociologie et Société*, p. 177 e *Le retour de l'acteur*, p. 31.

([69]) Alain Touraine, *Production de la société*, Paris, Seuil, 1973. "... a sociedade produz-se a si mesma, impõe um sentido às práticas, volta-se sobre si mesma; (...) ela possui a historicidade, a capacidade de produzir o seu próprio campo social e cultural, o seu próprio meio histórico", *o. c.*, p. 26.

dessa "historicidade" e responsáveis por um projecto de gestão societal, fase esta assinalada por trabalhos como *Le retour de l'acteur* ([70]).

Este autor conduz, assim, progressivamente as suas preocupações para os movimentos sociais correspondentes à sociedade "programada" (pós sociedade industrial), procurando aperceber-se das virtualidades que estes reunem para o desempenho de um papel semelhante ao do movimento operário, "última forma de movimento social que corresponde um personagem histórico, classe social real" ([71]). O movimento operário conseguiu impôr-se como agente de transformação, no sentido em que não ficou confinado a meras reivindicações, antes se afirmando como "produtor da sua situação social", situação para a qual contribuiu o facto de o seu opositor se encontrar dentro do mesmo campo cultural ([72]) - patrões e operários partilhavam a mesma atitude optimista relativamente à industrialização e ao progresso.

Não obstante admitir uma certa nostalgia em relação ao movimento operário do passado ([73]), ele busca os actores sociais do presente e respectiva afirmação, tomando como referência o facto de a "sociedade programada" continuar a ser palco de conflitos e lutas diversas. Muito embora com características diferentes dos conflitos de outrora, mais centrados na esfera do consumo do que na produção, mais de carácter cultural - família, educação, emancipação da mulher - que propriamente social (em sentido estrito), os conflitos de hoje são manifestações de dificuldades conjunturais e de uma crise societal generalizada ([74]). Ainda no âmbito da sua investigação sobre os movimentos sociais específicos da sociedade contemporânea, A. Touraine dá especial relevância à luta anti-nuclear que, como diz A. Teixeira Fernandes ([75]), ele apresenta como:

([70]) A. Teixeira Fernandes, *Sociologia e sócio-lógica - sobre o fim do meta-social*, p. 110. Acerca da evolução do trabalho científico de Alain Touraine, ver todo o ponto 3 do capítulo II.

([71]) Alain Touraine, "Théorie et pratique d'une sociologie de l'action", *Sociologie et Société*, p. 169.

([72]) Alain Touraine, *Le retour de l'acteur*, pp. 38 e 33.

([73]) *Idem*, p. 43 e A. Teixeira Fernandes, *Sociologia e sócio-lógica - sobre o fim do meta-social*. "A experiência laboral assume repetidas vezes o papel arquetipal, aparecendo por isso como ponto de referência", *o. c.*, p. 117.

([74]) Alain Touraine, "Théorie et pratique d'une sociologie de l'action", *Sociologie et Société*, pp. 175 e 176.

([75]) A. Teixeira Fernandes, *Sociologia e sócio-lógica - sobre o fim do meta-social*, p. 117.

"«a nova figura da luta de classes», dado que nela não são mais os objectivos económicos, mas a escolha do futuro e a gestão da mudança que se tornam os «enjeux» principais".

Em suma, este autor atribui uma responsabilidade quase exclusiva aos movimentos sociais no que respeita às mudanças que se operam na sociedade, pois considera-os como os principais actores em jogo. Todavia ele reconhece que na época actual, essencialmente "moralista" e fracamente alicerçada na razão, os actores sociais ainda não alcançaram uma expressão política ou ideológica (76). Pelo menos há uma expressão cultural que já foi adquirida. E muito embora os valores dominantes remetam para a defesa das liberdades individuais e dos direitos do domínio privado, isso não constitui factor impeditivo à emergência de acções colectivas. O movimento de emancipação da mulher poderá ser apresentado como o exemplo mais elucidativo. Aliás, este é, para A. Touraine, o movimento cultural mais importante, com semelhanças em relação ao movimento operário e aos movimentos de libertação nacional (77).

Apesar de uma diferente formulação teórica, os novos movimentos sociais, analisados por Claus Offe, não diferem significativamente dos referidos por A. Touraine. Com base nos critérios de "sucesso qualitativo de mobilização" e de "impacto político" C. Offe estuda no âmbito dos novos movimentos sociais: os movimentos ecológicos ou do ambiente, os movimentos em defesa dos direitos humanos - considerando este campo de tal modo lato a ponto de incluir aqui movimentos desde o feminismo ao anti--racismo passando pelas autonomias regionais -, o pacifismo e, por último, os "modos de produção e distribuição de bens e serviços alternativos ou comunais" (78).

Em Claus Offe, os temas - a maior parte deles relacionados com "território" e "espaço de acção", "corpo" e "saúde", "ambiente físico",

---

(76) Alain Touraine, *Le retour de l'acteur*, pp. 50 e 51. Mais adiante, o autor afirma que a falta de reconhecimento a que são votados os actores sociais se deve ao facto de "as formas de organização política e as ideologias" estarem "largamente atrasadas em relação às práticas, às ideias e às sensibilidades realmente contemporâneas". *O. c.*, p. 52. Será interessante comparar a perspectiva de Claus Offe com a de A. Touraine no que concerne ao espaço de actuação (privado ou público, no domínio do político ou do não político) dos novos movimentos sociais.

(77) *Idem*, pp. 155 e 156. Esta opinião relativamente ao movimento feminista é partilhada por Habermas que o vê como único movimento ofensivo e de emancipação na sociedade actual. Cf. J. Habermas, *Théorie de l'agir communicationnel*, p.433.

(78) Claus Offe, *o. c.*, p. 828.

"relações de vizinhança", "identidades culturais" ou "étnicas" - (79) dos novos movimentos sociais não são adequados a uma distinção entre "público" e "privado": "o espaço dos novos movimentos é um espaço de *políticas não institucionais*". Isto significa que contrariamente a A. Touraine - que considera os novos movimentos sociais destituídos de expressão política e não clarificando, assim, muito bem esta questão -, este autor defende o carácter político destes movimentos, em virtude de os actores tornarem explícitos os seus protestos, utilizarem meios de acção que são tidos como legítimos (pela comunidade política) e visarem alcançar fins extensíveis à comunidade (80). Extensíveis mas não impositivos, isto é, quando não aceites, os novos movimentos sociais procuram apenas a liberdade de um espaço privado onde os seus valores - fundamentalmente os de autonomia, identidade e de recusa da burocratização - possam ter lugar:

> *" O novo paradigma divide o universo de acção em três esferas (privada vs política não institucional vs política institucional) e defende a esfera da acção política dentro da sociedade civil, como o seu espaço, a partir do qual desafia tanto as práticas e instituições privadas como as politicamente institucionalizadas"*(81).

Para além da sua acção política se operar nos limites da sociedade civil, os novos movimentos sociais não adoptam os modos de organização política dos movimentos tradicionais. Por um lado, existe internamente uma fusão de papéis públicos e privados e uma fraca diferenciação que leva ao estabelecimento de fronteiras ténues tanto entre membros e não membros, como entre dirigentes e restantes associados. Por outro, as suas acções pautam-se pela adopção de tácticas que envolvam grande número de pessoas (como é o caso das longas marchas pacifistas) e sensibilizem a opinião pública. Também segundo o ponto de vista deste autor, os novos movimentos sociais não assumem uma postura negociadora em relação aos seus opositores uma vez que tudo se faz em termos de "ou tudo ou nada", "ou sim ou não" pois estes movimentos (desarmamento, direitos das mulheres, anti-racismo)

---

(79) *Idem*, pp. 828 e 829. Para além dos temas, Claus Offe recorre ainda a mais três variáveis na sua análise dos novos movimentos sociais: valores, modos de acção e actores.

(80) Por oposição a outras formas de acção não institucional como o "crime privado", que não é considerado legítimo nem extensível à comunidade; o terrorismo, também sem legitimidade mas com objectivos abrangentes da comunidade mais vasta; e os movimentos socio-culturais de carácter fechado - com uma atitude de *retiro* em relação ao meio social envolvente -, como tal sem pretensões de alcançar a comunidade mas auferindo de legitimidade. Cfr. Claus Offe, *o. c.*, p. 827 - ver especialmente o quadro onde aparecem sistematizadas estas formas não institucionais de acção.

(81) *Idem*, p. 832.

não dispõem de uma contrapartida para oferecer aos seus opositores, diferentemente do que acontece por exemplo com os sindicatos ([82]).

A heterogeneidade que caracteriza a base social destes movimentos é provavelmente o traço mais específico destes movimentos sociais: um mesmo movimento pode reunir um grupo de indivíduos bastante heterogéneo. Hoje não é dada relevância aos códigos sócio-económicos ou políticos. A identidade do movimento social não é encontrada em divisões políticas de "esquerda" ou de "direita", ou sociais de "operário" e "classe média". A sua identidade é apreendida noutras categorias como: "tema, género, idade, localidade, etc., ou no caso dos movimentos pacifista e do ambiente, a raça humana no seu todo" ([83]).

Numa linha um pouco diferente, A. Giddens não operacionaliza o conceito de novos movimentos sociais nos termos em que o fazem os autores anteriores, principalmente Alain Touraine. Em primeiro lugar, porque questiona o carácter "novo" dos novos movimentos sociais e depois, porque não lhes atribui um papel tão determinante e quase unilateral na condução das principais mudanças da história humana.

Relativamente a este segundo aspecto, podemos dizer que A. Giddens admite que os movimentos sociais - enquanto "modos de empenhamento radical" - assumam um papel bastante significativo ao nível das transformações que se operam na sociedade, simplesmente não deverão ser entendidos como os únicos. O problema coloca-se com maior acuidade quando se pretende associar um determinado período histórico a um movimento social particular - como aconteceu relativamente ao movimento operário. É neste sentido que A. Giddens afirma:

> *"Para aqueles que associaram modernidade (...) tanto com o capitalismo como o industrialismo, o movimento operário é o movimento social por excelência"* ([84]).

([82]) C. Offe estabelece uma distinção entre modos de acção interno e externo. O primeiro diz respeito às acções que conduzem à constituição de uma colectividade; o modo externo de acção consiste no modo como concebem o outro (opositores políticos) ou o mundo envolvente. Claus Offe, *o. c.*, pp. 829 e 830.

([83]) *Idem*, p. 831. Para C. Offe a base social dos novos movimentos sociais é constituida por três segmentos: a nova classe média (profissões ligadas a serviços sociais e sector público); a velha classe média e uma população "periférica" ou "externa" ao mercado de trabalho (desempregados, domésticas, reformados e estudantes). *O. c.*, p. 831.

([84]) Anthony Giddens, *o. c.*, p. 158.

A questão que se coloca é a de se estar a enfatizar demasiado apenas um dos aspectos da modernidade. Ora, se a modernidade é multidimensional deverão existir, de igual modo, outros movimentos que lhe são específicos e na linha deste raciocínio o autor indica o *movimento operário*, a defesa da *liberdade de expressão* e os *movimentos democráticos*, o *movimento pacifista* e os *movimentos ecológicos* (ou de "contra-cultura") ([85]).

Não obstante A. Giddens reconhecer que os dois primeiros, estabelecidos há cerca de um século, possam ser designados como os "velhos" movimentos, ele não deixa de os inserir no mesmo paradigma dos outros dois mais recentes, que é (ou continua a ser) o paradigma da modernidade.

O autor faz mesmo uma advertência no que concerne à "idade" (relativa) dos novos movimentos: apesar de terem adquirido impacto há alguns anos apenas, verifica-se um certo exagero na afirmação da sua originalidade. Urge relativizar essa faceta de novidade. O pacifismo, por exemplo, remonta ao início da industrialização da guerra. Se esse movimento adquire maiores proporções actualmente, isso é devido à ameaça de um conflito nuclear que possa pôr em causa a vida do planeta ([86]).

Semelhantemente, os "verdes" remontam, em certa medida, ao século passado, surgindo no contexto de uma atitude romântica face ao modo de produção fabril e à transformação da paisagem pela industrialização. Todavia, só quando se torna eminente uma situação de risco em termos da sobrevivência da espécie humana e da natureza em geral, eles assumem um grau de importância tão significativo ([87]).

Também J. Habermas ([88]) encontra um certo paralelismo entre os novos movimentos sociais e os "movimentos sociais românticos da época industrial", no sentido em que não se assemelham às formas de protesto dos movimentos burgueses e operários. Mas esse paralelismo parece confirmar-se, essencialmente ao nível das temáticas.

([85]) *Idem*, p. 159.

([86]) *Idem*, pp. 160 e 161.

([87]) *Idem*, pp. 160 e 161.

([88]) J. Harbemas, *Théorie de l'agir communicationnel*, p. 432. B. de Sousa Santos afirma que a novidade dos novos movimentos sociais é constatada principalmente em termos de ideologias e formas organizativas. Cfr. "Sujectividade, cidadania e emancipação", p. 174.

Por último, queríamos voltar a expressar a ideia proferida por A. Giddens de que para lá dos movimentos sociais há outros factores que influenciam a mudança e o "rumo dos acontecimentos", como é o caso, entre outros, da opinião pública e das políticas governamentais ([89]). Esta atitude parece ter implícita a procura de não hiperbolizar o papel dos movimentos sociais quer no estudo da mudança social quer no da própria sociologia, assinalando, assim, a importância que outros actores sociais podem ter no processo de produção da sociedade. Concretamente, este autor vê os movimentos sociais como um fenómeno que permite a apreensão de "pistas de futuros possíveis" podendo ser simultaneamente "veículo para a sua realização", para além de fazer à sociologia duas interpelações importantes: a reflexão sobre a diversidade de movimentos de oposição na sociedade moderna e os desafios conceptuais encetados pelas suas temáticas ([90]).

Um dos contributos mais significativos nesta matéria é a de J. Habermas - facto aliás já anteriormente mencionado - no sentido em que os concebe como reacções defensivas relativamente à penetração do Estado e do mercado na vida social, situação que ele descreve recorrendo à expressão "colonização do mundo da vida". Simplesmente, estas formas de resistência e conflito não são vistas como um regresso ao passado do tradicional mundo sócio-cultural, antes correspondem a uma vida modernizada que busca ser diferente - o que passa por exemplo pela adesão a diversas formas de associativismo e o empenhamento orientado pela busca de um lugar para a diferença ([91]). Os novos movimentos sociais esboçaram uma "nova política" protagonizada por novas fracções da classe média, escolarmente qualificadas e distanciadas dos agentes envolvidos nos "velhos" movimentos sociais, isto é, os empresários, os operários e a classe média tradicional ligada ao comércio e ao artesanato.

([89]) A. Giddens, *o. c.*, p. 162.

([90]) *Idem*, p. 161 e Anthony Giddens, "Dimensões da modernidade", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº4, 1988, pp. 250 e 251.

([91]) J. Cohen, *o. c.*, pp. 705 e 710. J. Habermas, *Théorie de l'agir communicationnel*, p. 432. Este autor afirma que se assiste a uma "mudança de problemática"e a uma "mudança política"; deixam de ser centrais os "problemas de segurança económica e social, interior e militar", passando a falar-se de "qualidade de vida, de igualdade de direitos, de realização individual, de participação e de direitos do homem".

3. ASSOCIATIVISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

Foi afirmado no ponto anterior que os movimentos sociais constituiram frequentemente parte do estudo das associações voluntárias. Considerá-los segundo esse prisma significaria destituir esse campo de investigação de autonomia e enquadrá-lo em limites deveras redutores. Mas, por outro lado, admitimos que se impõem pontos de intersecção entre estas duas noções, na sequência dos quais elas se tornam correlativas. Tal como os movimentos sociais, as associações voluntárias pressupõem a existência de um grupo de indivíduos que congregam esforços com vista à prossecução de um ou mais objectivos, relacionados com a satisfação de interesses e aspirações comuns.

A principal diferença estabelece-se em termos organizacionais: enquanto o movimento social, embora pressuponha condutas racionalmente orientadas, não implica necessariamente - pelo menos numa primeira fase - institucionalização e formalização rígidas; uma associação é uma instituição legalmente constituída, um grupo formalmente organizado (92). E precisamente porque submetida a um ciclo de vida organizacional, a associação à medida que vai obtendo resposta às suas contestações e alcançando a realização dos seus objectivos, perde também o seu carácter reivindicativo, permanecendo como grupo organizado que uma vez atingida a sua maturidade adquire uma forma burocratizada (93). Neste sentido, uma associação pode manter-se nessa qualidade mesmo quando desprovida do dinamismo inicial e destinada unicamente a assegurar, segundo Albert Meister (94), "o controlo da aplicação de leis" que dão resposta às suas reivindicações. O mesmo não se poderá dizer sobre movimento social, noção que só faz sentido se enquadrada no campo das dinâmicas sociais e na temática dos actores protagonistas de mudança. Não valerá a pena alongarmo-nos com o desenvolvimento de estas e outras afinidades e níveis de divergência entre estas noções, pois isso terá mais pertinência à medida que delimitarmos o conceito de associação.

A nossa opção teórica de articulação destas duas problemáticas, movimentos sociais e associativismo, encontra o seu principal fundamento no facto de ambas constituirem campos férteis para a análise das novas

---

(92) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, p. 362.

(93) Embora nem sempre isso se verifique, há o caso de associações que mesmo fortemente burocratizadas retomam o seu carácter reivindicativo em diferentes momentos da sua vida associativa.

(94) Albert Meister, *Vers une sociologie des associations*, Paris, Éditions Ouvrières, 1972.

reivindicações e lutas sociais ([95]) ou, num sentido mais lato, as novas modalidades de participação social.

3.1. Delimitação e algumas questões teóricas em torno do objecto.

Nas considerações dos parágrafos anteriores não definimos, explicitamente, associativismo e associação. Cabe fazê-lo agora, com a advertência prévia de que não pretendemos proceder à análise da diversidade das abordagens sobre esta matéria, mas muito simplesmente clarificar ou dar relevo a alguns aspectos com significância para a nossa linha preferencial de análise, que é a do associativismo enquanto meio de participação social.

A sociedade industrial produziu uma multiplicidade de grupos - geradores de pertenças e de papéis também eles múltiplos - aos quais o indivíduo é livre de aderir ou de abandonar, em virtude de o poder exercido pelo grupo nunca ser total mas segmentário e contratual. A liberdade de adesão constitui o traço fundamental dos agrupamentos emergentes com a modernidade e cuja designação genérica é a de associação voluntária. Não esqueçamos porém, e quase que paradoxalmente, os processos sociais propiciadores da adesão e as razões (nível de significado) para o indivíduo desta adesão. Com este reparo pretendemos chamar a atenção para o excesso de individualismo, por vezes adoptado, no plano de análise.

A independência em relação ao Estado é um outro dos traços fundamentais das associações voluntárias. Trata-se de algo contemplado pelo sistema jurídico e, por isso de um direito legal, daí que o fenómeno associativismo se confine ao contexto das sociedades democráticas. Tal como diz David Sills ([96]), há dois aspectos fundamentais nas sociedades democráticas: a) a vontade do Estado em tolerar no sentido de aceitar as associações, o que é fulcral para a manutenção das liberdades civis; b) o direito dos indivíduos livremente se associarem.

As associações são, de acordo com esta acepção, organizações não estatais que poderão englobar desde as igrejas, os sindicatos e partidos políticos, às empresas e todo um vasto conjunto de instituições privadas.

([95]) No caso particular do associativismo, José Manuel Viegas refere que têm sido privilegiadas no seu estudo as linhas de orientação que que o situam nos "novos campos das lutas sociais" e o articulam com democracia. Cfr. "Associativismo e dinâmica cultural", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº1, 1986, pp. 107 e 108.

([96]) *International Encyclopedia of the Social Sciences*, p. 363.

Todavia esta visão deveras abrangente, adoptada pela sociologia americana ([97]), nem sempre encontra aceitação. Georges Gurvitch ([98]), por exemplo, classifica-a de abusiva face aos usos diversos e imprecisos que tantas vezes deu ao termo associação. Uma vez que o termo associação foi utilizado tanto para designar grupos económicos - caso das sociedades de acções e dos *trustes* - como para referir os "agrupamentos fraternais", (uniões de estudantes, sindicatos, cooperativas, clubes) e os grupos voluntariamente constituídos, estes últimos em oposição aos grupos "impostos" e aos grupos "espontâneos" - o termo é ainda usado a propósito dos grupos "'explícita e completamente organizados'". Segundo Gurvitch, ao definirmos um grupo como associação aderimos, "conscientemente ou não", às doutrinas contratualistas e individualistas:

> *"o único sentido preciso que possamos atribuir ao termo associação é o de agrupamento voluntário, cuja base é por vezes contratual e que se opõe aos agrupamentos-fundações, por um lado, aos agrupamentos espontâneos, por outro lado."*([99]).

Também Albert Meister opõe associações a pequenos grupos informais sem papéis codificados ([100]) e considera-as "agrupamentos voluntários", sublinhando esse carácter voluntário de significações múltiplas: desde a adesão e recrutamento até à "rescisão" passando pela própria participação. Este tipo de participação social que é própria aos agrupamentos voluntários distingue-se, segundo Meister, da que existe nos "grupos de facto" (anteriores ao indivíduo, como é o caso da família) e da "participação suscitada", ou imposta exteriormente por determinados grupos ([101]).

([97]) O associativismo continuou a ter sempre um lugar fulcral na sociedade americana e tornou-se também objecto de numerosas análises relacionadas com a criação de tipologias diversas que procuravam dar conta da correlação entre tipos de participação e pertenças a determinados grupos sociais. As tipologias mais susceptíveis de críticas são as que assentam na prossecução de fins. A título exemplificativo dessas críticas referimos a seguinte citação de J. Manuel Viegas, *o. c.*, p. 113: "De facto, trabalhar com tipos de associações como, religiosas, desportivas, musicais, culturais, etc., desinseridas dos contextos sociais específicos, é cingirmo-nos a distinções, em muitos casos meramente formais."

([98]) Georges Gurvitch, *A vocação actual da sociologia*, vol. I, Lisboa, Cosmos, 1979, p. 344.

([99]) *Idem*, p. 344.

([100]) Cfr. Albert Meister, *o. c.*, p. 15 e do mesmo autor *La participation dans les associations*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1974, p. 14.

([101]) Albert Meister, *La participation dans les associations*, pp. 17 a 19.

Independentemente do carácter mais ou menos globalizante das associações voluntárias, importa realçar o facto de as sociedades democráticas surgirem historicamente conjugadas com o princípio de liberdade de associação. Trata-se de uma situação completamente nova, pois o associativismo está correlacionado com um direito alcançado e não com um privilégio adquirido por concessão do Estado - o que acontecia com as corporações do antigo regime.

As associações voluntárias só obtêm condições reais de existência num Estado democrático - em contrapartida, e voltando à questão das intersecções e diferenças, os movimentos sociais podem adquirir visibilidade em regimes não democráticos desde que surja um mínimo de abertura política, como é o caso dos movimentos sociais que dão origem às revoluções ([102]) - e, da mesma forma que os movimentos sociais, elas são apanágio da modernidade e com forte ligação - apesar de não exclusiva - ao movimento operário ([103]). O associativismo, ou com maior precisão o movimento associativo - seja ele burguês ou operário - que se desenvolve ao longo do século passado e que entra no século XX, cria e conquista modalidades de os cidadãos participarem na sociedade e aumentarem a expressão da sua cidadania.

Não é, assim, acidental que o assunto do associativismo se constitua como objecto de estudo dos clássicos da Sociologia, como acontece particularmente em Tocqueville e em Durkheim ([104]).

([102]) Uma vez mais recordamos que as associações voluntárias podem estabelecer-se "enquanto expressão institucional dos movimentos sociais" ; ou, inversamente, as associações voluntárias podem, pela sua acção, originar a formação de movimentos sociais - aquilo que R. Boudon chama de "movimentos organizados" de "estilo estratégico", por oposição a iniciativas descentralizadas e descoordenadas de muitos movimentos sociais, usando como ilustração o movimento dos livre cambistas na América, caso esse descrito por A. Tocqueville na sua obra *A democracia na América*.Cfr. Raymond Boudon e François Bourricaud, *o. c.*, pp. 376 e 377. Julgamos ser também exemplificativo do que acabámos de expôr o estudo de Manuel Castells sobre o movimento de vizinhos em Madrid nos anos 70, movimento que com a instauração do regime democrático se institucionalizou em associações da vizinhança - cfr. Manuel Castells, *Crisis urbana y cambio sociale*, Madrid, Siglo XXI, 1981, cap. IV.

([103]) Será, no entanto, redutor restringir o associativismo a uma das formas de expressão da cultura popular e operária. J. Manuel Viegas, *o. c.*, pp. 113 e 114, refere um conjunto de trabalhos de investigação que surgiram dentro desta perspectiva de correlação entre cultura operária e práticas associativas, e de que são exemplo, os trabalhos de Richard Hoggart nos anos 50 em Inglaterra e os de Chombart de Lauwe em França.

([104]) José Manuel Viegas, *o. c.*, pp. 108 a 115. O autor, sem pretensões de exaustividade mas num admirável esforço de síntese, dá conta, em algumas páginas, da diversidade de tratamentos e desenvolvimentos de que é alvo a temática do associativismo - particularmente as associações culturais - começando, precisamente, por fazer referência a Durkheim e Tocqueville.

Para o primeiro, associativismo, administração local e administração regional são elementos fulcrais na organização das sociedades democráticas - sociedades que, recordamos, procuram conciliar liberdade e igualdade. O regime democrático acarreta, segundo Tocqueville, novos valores diferentes daqueles vigentes nas sociedades do antigo regime: igualdade perante a lei e o Estado, afirmação da cidadania e dos direitos individuais. Só que este novo contexto levanta também um outro problema: o da perda de identidade causada pelo desejo de igualdade. Além disso, o cumprimento da vontade da maioria pode tornar-se ditador sobre a minoria, facto que preocupa sobremaneira Tocqueville. E face a estes efeitos perversos da democracia representativa, as associações voluntárias serão um mecanismo de correcção e de resistência ao poder centralizador e uniformizador do Estado.As associações são, em suma, apresentadas como via de participação a vários níveis no governo do país, de que a América serve de exemplo - país onde existem múltiplas associações com objectivos múltiplos e nas mais diversas áreas: educativos, religiosos, sociais, reivindicativos, recreativos, etc.

No que concerne a Durkheim, o problema é colocado na sequência da análise de uma sociedade em desagregação, onde urge reforçar ou criar novas redes de solidariedade que não serão estabelecidas nem pela família ou religião, mas pelas corporações ou associações de natureza profissional. O associativismo de Durkheim aparece sob a forma de corporações, instituições virtualmente capazes de produzir uma nova consciência moral e uma nova ordem social.

Esta temática conheceu um novo fôlego há cerca de 20 anos quando analisada à luz de novas problemáticas. Albert Meister ([105]), autor que se enquadra nessa onda, adopta uma perspectiva diacrónica na sua análise do associativismo. Ele vê a participação das massas populares ao longo da história, começando pela sociedade tradicional da Idade Média, como algo conducente à mudança social. Mudança essa plenamente efectivada na Idade Moderna, porque encontra aí melhores condições em termos de legislação, aspecto que se reflecte institucionalmente nas associações voluntárias e nas possibilidades de mobilidade social e geográfica. Baseado em Max Weber, Meister ([106]) vê a necessidade de uma sociologia das associações que assuma a tarefa de estudar essas "instituições intermédias", analisando a sua origem, os seus objectivos e caracterizando os seus membros de acordo com uma diversidade de variáveis pré-estabelecidas.

([105]) Albert Meister, *Vers une sociologie des associations*, cap. II. J. Manuel Viegas, *o. c.*, pp. 110 e 111.

([106]) Albert Meister, *Vers une sociologie des associations*, pp. 8 e 9.

Embora Meister veja a participação associativa ao longo da história como uma forma das camadas populares se envolverem nas transformações, este autor acaba por explicar a participação e a adesão às associações na sociedade moderna contemporânea - altamente burocratizada e controladora - como uma forma dos indivíduos se adaptarem ao curso da mudança social. Esta ideia de associação como ponto de confluência de comportamentos adaptativos não nos parece muito operatória para a análise da participação social e do associativismo contemporâneo que, dentro da perspectiva por nós adoptada, tanto pode pautar-se por condutas defensivas, como protagonizar mudanças num processo que só poderá ser virtualmente apreendido pela análise de tendências e contra-tendências.

3.2. O associativismo enquanto via de participação social

A participação social foi uma questão que "esteve na moda", principalmente em França nos anos 60 e 70, participação tanto no trabalho como no lazer; nos domínios tradicionais da política e do social ou em novos domínios de intervenção e participação colectiva. Todo esse fenómeno "explosivo" encontrou, na maior parte dos casos, materialidade em associações diversas. Essa proliferação do movimento associativo começou a ser então considerada como indicador de democratização e maior participação da sociedade civil ([107]).

Os trabalhos mais recentes na área do associativismo sustentam a hipótese de que a nova dinâmica associativa se manifesta não tanto nas camadas operárias e meios populares, mas em grupos e classes sociais de maiores rendimentos e mais elevados níveis de instrução. Richard Balme ([108]) vê este envolvimento por parte da classe média assalariada nas associações como uma busca de novas identidades e solidariedades.

Semelhantemente ao que sucedeu relativamente aos novos movimentos sociais que eclodiram em meados da década de 70, também o associativismo conheceu um novo impulso nessa mesma data, pautando-se por formas de

---

([107]) Têm-se destacado em França, nos últimos anos, diversos trabalhos de pesquisa empírica com o objectivo de caracterizar o novo associativismo e respectiva base social. Encontram-se nesta linha, entre muitos outros os estudos de Dominique Mehl, "Culture et action associatives", *Sociologie du Travail*, nº1, 1982, e de Richard Balme, "La participation aux associations et le pouvoir municipal", *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, 1987.

([108]) Richard Balme, *o. c.*, p. 602.

agir muito próximas e mesmo coincidentes com as dos novos movimentos sociais; quer isto dizer que esse novo associativismo teve como traços dominantes: a complexidade, a heterogeneidade (da base social) e o centramento em questões que escapavam aos tradicionais conflitos sociais e políticos, revestindo-se aparentemente de um certo apolitismo e abarcando, assim, novos sectores da vida social.

Apesar de toda essa diversidade que aparentemente existe, D. Mehl propõe-se procurar apreender a unidade do movimento associativo, tomando como ponto de partida a tarefa de esboçar os "contornos de uma cultura política específica" ([109]). Ao afastar, deste modo, a intenção de criar tipologias, o seu foco de interesse orienta-se para três dimensões do campo das associações e do movimento associativo, as quais constituem, no âmbito da nossa pesquisa, vertentes importantes: a) a cultura associativa; b) os papéis e as funções das associações; c) os actores do movimento social.

É aqui entendido por cultura associativa o conjunto de valores comuns e de temas que servem de linha de orientação, isto é, o conjunto de representações que é partilhado pelas diferentes associações. E dentro da cultura associativa considera como linhas analíticas: a *qualidade de vida* (tema importante tanto para as associações ligadas ao consumo e à defesa do consumidor, como para as associações de lazer) ligada à ideia de que a realização individual passa pela melhoria de vida material e extra-trabalho; as *relações sociais*, sendo consideradas as associações como prolongamento das redes familiares, redes essas que são "revivificadas por relações interindividuais que as associações tendem a humanizar"; o *Estado* enquanto principal adversário e interlocutor das associações, as quais em contrapartida se assumem como porta-vozes da sociedade civil; o *jogo político*, aspecto que levanta o problema do "apolitismo"e consequente crítica aos partidos, pela sua incapacidade e falta de pragmatismo na resolução dos problemas do quotidiano; o *local*, elemento valorizado e alternativo ao mundo político tradicional; a *democracia local*, dimensão a ser analisada também dentro da perspectiva da crítica do Estado.

Em suma, para D. Mehl há, assim, uma valorização do indivíduo, da família e dos grupos de afinidade em detrimento das classes sociais e dos grupos profissionais. De igual modo, evidente será a discussão da autonomia da sociedade civil - correlativa de noções como as de cidadania, descentralização, democratização e participação - e o paradoxo manifesto na defesa da autonomia da sociedade civil, por um lado, mas, por outro, a evidência de reivindicações que obviam uma interferência do Estado na

---

([109]) Dominique Mehl, *o. c.*, p. 25. Diz a autora, "Apesar da variedade das intervenções que ela suscita, a 'mouvance' associativa joga um papel particular na gestão dos conflitos sociais, ocupa um lugar que lhe é próprio no campo político e social".

sociedade ([110]). Quanto aos partidos políticos, eles vêem ameaçada, ou no mínimo questionada, a sua função de mediadores políticos face às reivindicações de um novo modo de gestão onde prepondere o local e as diversas instituições que dele fazem parte. Nesse modelo, o associativismo contribuirá para uma nova dinâmica política nas colectividades locais ([111]).

É ao nível deste novo contexto, que as associações devem ser situadas, uma vez que lutam por ter uma palavra a dizer ao nível da gestão política local e do quotidiano em geral. Através delas, os indivíduos, exercendo um direito de cidadania - outras vezes as associações são uma das vias possíveis para alcançar essa cidadania, como acontece em certas situações de marginalidade social - , conseguem organizar as populações locais que se vêm assim representadas por orgãos que lhes são mais próximos porque têm aí uma intervenção directa ([112]). A dinâmica associativa traduz uma "procura generalizada de participação", procura essa que constitui, segundo Mehl, um dos pontos comuns do actual movimento associativo.

Outro facto relevante diz respeito ao papel assumido pelas associações em termos da reestruturação das redes de sociabilidade local, paralelamente ou em alternativa às instituições tradicionais como a família, a igreja, ou a comunidade local. Essa reestruturação não se confina à recriação ou reprodução das sociabilidades antigas, ela passa principalmente pela criação de novas formas de sociabilidade, de que são exemplo os restaurantes e mercearias vegetarianas e macrobióticas, tipos diferentes de livrarias, ou as cooperativas de artesanato urbano. É também ligado ao movimento associativo e aos novos movimentos sociais que surge "a defesa do consumidor, a defesa urbana, a contestação feminista e ecologista. As associações são o seu instrumento organizacional específico" ([113]).

([110]) Richard Balme, na sua análise das capacidades de acção das associações nas colectividades locais, constata que apesar do associativismo se apresentar como portador de uma nova dinâmica política, a sua intervenção acaba por se tornar bastante limitada face a um poder autárquico que negoceia sempre estabelecendo uma relação desigual. *O. c.*, pp. 603, 624, 625 e 629.

([111]) Dominique Mehl, *o. c.*, p. 30. A este propósito, diz a autora: "O movimento associativo tem um papel específico na regulação social, responde a funções sociais particulares, ocupa um lugar original no sistema político-social", p. 30. Todavia, e curiosamente D. Mehl afirma, que em França esta cultura política tem raízes em fracções dos partidos políticos tradicionais, ligados à esquerda, e mais propriamente no Maio de 68, pois nessa época surgiram discursos que combateram o centralismo em defesa da iniciativa local. Cfr., de igual modo, R. Balme, *o. c.*, p. 602.

([112]) Luís Capucha, "Associativismo e modos de vida", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº8, 1990, p.33.

([113]) Dominique Mehl, *o. c.*, p. 33.

Equacionando o problema nestes termos, ficamos perante o cruzamento e a conciliação das duas problemáticas que temos procurado tratar ao longo deste capítulo: os movimentos sociais - com especial incidência nos novos movimentos sociais - e o associativismo - particularmente as formas de associativismo mais recentes. Tal como conclui D. Mehl ([114]):

> *"o movimento associativo representa também o recipiente no qual são formados, identificados, desdobrados dos contra-sistemas ideológicos, portadores de novos movimentos sociais, pondo em causa, pelas suas ideias e os seus combates, os valores centrais, das nossas sociedades contemporâneas: valores da sociedade industrial para o movimento ecológico, valores da sociedade patriarcal para o movimento feminista."*

4. SISTEMATIZAÇÃO DAS PROPOSTAS TEÓRICO-METODO-LÓGICAS

Esta pesquisa desenvolve-se em dois eixos fundamentais e que a todo o momento procuraremos articular: o eixo da pesquisa teórica e o eixo da pesquisa empírica. Através da pesquisa teórica pretendemos aprofundar, como quadros de referência, duas vertentes essenciais. A primeira diz respeito aos novos movimentos sociais e às novas representações da vida social nesta fase da modernidade; a outra circunscreve-se ao associativismo, propriamente dito, como lugar de participação colectiva e agente de mediação entre o poder do Estado e a sociedade civil.

Uma vez traçado o enquadramento teórico da nossa pesquisa, procuraremos sintetizar alguns aspectos que, simultaneamente, servirão de clarificação das nossas hipóteses de trabalho.

Em primeiro lugar, sublinhemos que não temos como objectivo discutir a continuidade ou ruptura entre os "velhos" movimentos sociais e os novos movimentos sociais. O que não obsta que, a este propósito, adoptemos a orientação de B. de Sousa Santos, segundo a qual os países onde os velhos movimentos sociais foram ou são fortes, os novos movimentos sociais também o são ([115]). Mas como esta problemática terá como lugar de reflexão

---

([114]) *Idem*, p. 34.

([115]) B. de Sousa Santos, "Subjectividade, cidadania e emancipação", *o. c.*, p. 174.

a sociedade portuguesa, teremos de levar em conta a sua condição de país semi-periférico ([116]).

Na sequência deste pressuposto, lembramos que os velhos movimentos sociais em Portugal não tiveram um percurso fácil devido a todos os condicionalismos impostos pela ditadura salazarista, logo a começar pelas dificuldades suportadas pelo movimento operário ao nível da liberdade de expressão e de reunião ([117]). Assim, só com o 25 de Abril de 1974 se abrem as portas a um conjunto de possibilidades até então impraticáveis: a completa liberdade de expressão para os velhos movimentos sociais, actores de destaque na democracia representativa a par de uma explosão simultânea de novos movimentos sociais "pós-materialistas" e "culturais", preocupados não com as utopias do futuro mas com o quotidiano do momento presente e actuando, por isso, nos parâmetros da democracia participativa ([118]). O resultado desta simultaneidade foi o de uma relação conflituosa entre os dois tipos de movimento, acabando os velhos movimentos sociais por se imporem em relação aos outros.

A hegemonia dos velhos movimentos sociais em Portugal, que por razões histórico-conjunturais se afirmaram como novos, e a escassez e quase "insignificância" dos novos movimentos sociais, bem como os efeitos que tal fenómeno tem produzido no campo do associativismo português nos últimos vinte anos, presidirá o conjunto das preocupações localizadas no âmago da nossa pesquisa. Pese embora o carácter muito limitado deste trabalho, esperamos dar um pequeno contributo no âmbito desta reflexão, aceitando como hipóteses de trabalho algumas das pistas ([119]) sugeridas por B. de Sousa Santos para o estudo dos movimentos sociais em Portugal, que resumidamente constam dos seguintes pressupostos:

([116]) Usamos aqui o conceito de semi-periferia ao referirmo-nos à sociedade portuguesa na mesma acepção que Sousa Santos - e mesmo I. Wallerstein - o faz, isto é, para designar um país inserido numa categoria intermédia entre os países desenvolvidos e os do Terceiro Mundo. Apesar de vago e ambíguo - uma vez que antes de mais se define pela negativa - e de necessitar, por isso mesmo, de teorização, o autor procura aplicar este conceito a Portugal, pois trata-se de um país ainda numa fase de transição e de renegociação da sua posição no sistema mundial. Cfr. B. de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal*, capítulo V, especialmente pp. 105 a 113.

([117]) Sobre a temática do associativismo popular na sociedade portuguesa, ver J. Manuel Viegas, *o. c.*, pp. 103 a 107.

([118]) B. de Sousa Santos, "Subjectividade, cidadania e emancipação", *o. c.*, p. 174 e 175.

([119]) *Idem*, p. 175 e 176.

a) suficiência dos velhos movimentos sociais face a uma democracia representativa nova;

b) institucionalização rápida dos "germens" dos novos movimentos sociais na esfera do político antes da sua formação como movimento;

c) ausência de agentes externos que invistam nos novos movimentos sociais, uma vez que são aliciados pelas redes dos clientelismos partidários.

Pela nossa parte, julgamos que seria ainda de analisar as seguintes hipóteses:

d) apesar de temporalmente contemporâneos da fase de afirmação dos novos movimentos sociais nas sociedades ocidentais, os movimentos sociais em Portugal foram e ainda são conjunturalmente condicionados por factores de ordem político-institucional da sociedade portuguesa, concretamente pela consolidação da democracia representativa, pelo que esses movimentos surgiram em alguns casos como um fenómeno híbrido com traços quer dos tradicionais quer dos novos movimentos sociais.

e) há um *certo paralelismo entre* o processo de institucionalização dos movimentos sociais - que temporariamente se manifestaram em Abril de 74 -, traduzido na sua reconversão em associações e a assimilação de novos valores e produção de novas representações da vida social, com consequências ao nível das práticas culturais, das formas de estar, de agir e de participar socialmente.

Tomando como guia estas pistas de trabalho, procuraremos testar as hipóteses formuladas ao nível do eixo da pesquisa empírica. E como já o referimos na introdução do presente texto, esta tem como objecto de estudo as actuais associações de moradores da cidade do Porto cuja origem se encontra nos movimentos populares do pós 74. No que concerne às linhas analíticas que orientaram a pesquisa, bem como aos procedimentos metodológicos adoptados, deles daremos conta no capítulo IV deste trabalho.

CAPÍTULO II

O 25 DE ABRIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Uma reconsideração profunda sobre o 25 de Abril e o seu consequente contexto revolucionário só será plausível dentro de uma lógica de longa duração onde, simultaneamente e com o devido distanciamento, sejam avaliados os elementos de ruptura e de continuidade em relação ao antigo regime (1) e, por outro lado, os gérmens criativos e inovadores de uma sociedade que a determinado momento da sua história encontra uma conjuntura favorável à sua descompressão.

Muito tem sido dito sobre a revolução de Abril, o fim do salazarismo e do marcelismo, as heranças transmitidas ou, contrariamente, as experiências inovadoras aos mais diversos níveis da sociedade portuguesa. Para além da multiplicidade das dimensões analisadas, as perspectivas analíticas são, também elas, plurifacetadas e o produto final de tudo isto, se considerarmos no plano analítico factores como a proximidade temporal e a inesgotabilidade do conhecimento no estudo e apreensão da realidade social, é o de uma caracterização e reflexão que se nos afiguram de certo modo saturadas. Pela nossa parte não pretendemos, no presente capítulo, acrescentar a esse objecto mais uma abordagem inovadora, tão só num esforço de síntese - sempre parcial - remontaremos a esse período (1974-76) no intuito de procedermos ao enquadramento necessário das questões que, no caso particular do nosso trabalho, pretendemos analisar.

---

(1) Ao utilizarmos aqui o termo "antigo regime" estamos a referirmo-nos ao período do regime salazarista, anterior ao actual regime democrático instaurado com o 25 de Abril de 74, e não à nomenclatura francesa (Ancien Régime) de uso corrente em História para designar a civilização tradicional da cristandade latina ocidental que se estendeu, aproximadamente, do século XIV ao século XVIII.

Trata-se, assim, de um capítulo de contextualização que permitirá uma aproximação da realidade e delimitação de uma das dimensões temporais do campo do real em questão. Anteriormente sujeitos a considerações de carácter teórico, associativismo (ou determinado tipo de associativismo) e movimentos sociais, serão aqui revistos dentro do período revolucionário português do 25 de Abril de 1974.

1. A REVOLUÇÃO E AS INDEFINIÇÕES DO NOVO REGIME

O Estado Novo, enquanto regime que correspondeu a um Estado centralizador e autoritário, pautou-se por uma repressão generalizada das reivindicações, pela inviabilidade da afirmação manifesta de conflitos, pela ausência de espaços sociais mínimos para autonomias e esforços emancipatórios. Num país com tais características, o 25 de Abril significou uma explosão de lutas bem presentes num movimento de libertação generalizada de toda a sociedade, enfim, num "fenómeno de descompressão colectiva" (2), fenómeno esse assinalado pelo fim dos "instrumentos repressivos" do Estado Novo, como a polícia política, a censura, a proibição do direito de associação e, consequentemente a proclamação dos princípios de liberdade de associação, liberdade de expressão e de reunião.

O fim da guerra colonial e a descolonização em África traduzem, por sua parte, o fim do império e respectivo comércio colonial, processos estes acompanhados do regresso de fortes contingentes militares e de portugueses lá radicados. Talvez seja esta a ruptura mais significativa operada pela revolução, pois veio alterar e redimensionar a situação geopolítica do país, obrigando-o a repensar-se, a voltar-se para dentro - ou novamente para fora mas sem sair do seu próprio continente e sem as pretensões de uma vocação imperialista.

Na primavera de 1974 surgiram de forma espontânea (3) e radical lutas e contestações sociais a todos os níveis e intervindo nos mais diversos

---

(2) A. Teixeira Fernandes, "Descentralização e teoria do Estado", Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, nº 5 e 6, 2ª série, 1988-1989, p. 3.

(3) Este carácter espontâneo terá que ser necessariamente relativizado uma vez que não podemos ignorar a existência de movimentos de natureza e cariz diferenciados. Por outras palavras, a actuação 'espontânea' refere-se eminentemente aos movimentos sociais populares de carácter inorganizado, que no 25 de Abril surgiram em simultâneo com as forças políticas organizadas (partidárias e outras). Sobre este assunto cfr. B. de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, pp. 31 e 32. Relativamente ao carácter inorganizado de certos agrupamentos sociais ver a "classificação pluralista dos

sectores da realidade, nomeadamente no contexto urbano. Além de terem proliferado, também se diversificaram as possibilidades de intervenção, facto manifesto na emergência de movimentos sociais populares ao nível das empresas, da administração pública, do exército, habitação, saúde, ensino, cultura, agricultura, modos de vida, etc.. Isto levou também ao aparecimento de novas formas institucionais como as comissões de moradores e as comissões de trabalhadores - entre muitas outras - que são, no fundo, novas práticas, inovadoras em termos de participação social e política.

A par de todo este leque de iniciativas e em consonância com elas surge a "animação cultural", fenómeno que adquire várias dimensões e se manifesta em diferentes áreas de intervenção. Aliás, todo o período do 25 de Abril, riquíssimo em termos de comunicação, é marcado pela animação (4). As organizações de base territorial, como é o caso das comissões de moradores, passam a constituir os principais pólos de atracção - excluindo, é óbvio, as formações político-partidárias emergentes - para antigos dirigentes de colectividades populares de bairro as quais são, por sua vez, "esvaziadas" ou integradas em projectos e movimentos mais alargados. Se, por um lado, a animação abarcou o campo lúdico e do lazer da vida quotidiana, por outro, interveio na área da satisfação das necessidades básicas. Progressivamente - e isto acontece sensivelmente a partir de 1975 - a animação institucionaliza-se e passa a fazer parte de determinados organismos oficiais. Nas palavras de Orlando Garcia:

> *"Pode considerar-se que a animação foi uma componente subjacente a todos os movimentos populares, e foi gradualmente surgindo como componente inovadora na re-actualização das respostas da administração pública"* (5).

---

agrupamentos" de Georges Gurvitch in *A vocação actual da Sociologia*, vol. I, pp. 352 a 356, particularmente o critério de "grau de exteriorização". Este autor refere a existência e a importância de agrupamentos inorganizados que podem ser de grande intensidade e assumir um papel relevante. *O. c.*, pp. 377 a 379.

(4) Cfr. Orlando Garcia, "Animação cultural - do ousar exprimir-se ao modo de ser cultural-local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Coimbra, CES, 1986, p. 584. Para além de apontar a origem da animação nas diversas modalidades de associativismo das sociedades modernas - com especial relevância na educação popular -, o autor declara que a animação se radica "na capacidade de afirmação e enunciação dos movimentos populares", enquanto lugares estratégicos para a criação de novos valores: "Animação das vontades e alargamento da consciência social por via da diversificação das formas de solidariedade já não circunscrita à vizinhança e ao parentesco". *Idem*, p. 583.

(5) *Idem*, p. 585.

Mas relativamente a estes aspectos de dinamização e de mobilização, por ora fiquemo-nos por aqui, pois merecerão especial destaque mais adiante.

No âmbito desta breve sistematização (6) dos factos mais relevantes, relacionados com a queda do regime e principais vectores de transformação, a questão do Estado e do poder local é, sem dúvida, dos mais significativos - apesar de no plano legislativo se começar a contemplar os princípios de autonomia e de descentralização apenas com a nova Constituição de 1976.

Até ao momento da sua derrocada, o Estado Novo tinha atrofiado os municípios e, por esse motivo, é com um aspecto debilitado, completamente dependentes do poder central e do seu aparelho burocrático-administrativo - com a agravante de se verem destituídos da atribuição de receitas próprias - que eles surgem à época da revolução. E como diz Ana Veneza (7) a propósito daquela situação, especialmente da ausência de critérios definidos no que concerne à atribuição de verbas:

> *"A maior ou menor eficácia da sua acção* [dos presidentes das câmaras] *dependia da capacidade em romper, por intermédio de influências pessoais, a paralisia da burocracia estatal".*

O Estado pouco preocupado com o investimento em bens de consumo colectivo, que deixava pelos limiares mínimos, apostou, a partir de finais da Segunda Guerra Mundial, na criação de infra-estruturas vocacionadas para o desenvolvimento industrial. Este desenvolvimento deu, por sua vez, origem ao agravamento das já existentes assimetrias regionais (8): de um lado, os principais pólos de crescimento localizados no litoral, conjugando a concentração do capital e das forças produtivas (mas também atingindo níveis de congestionamento elevados); do outro, as zonas do interior estagnadas e ligadas a uma agricultura de subsistência.

Com o 25 de Abril é assim questionado este centralismo do Estado, a quem é exigida uma maior intervenção ao nível das necessidades básicas,

---

(6) Sobre os fenómenos e os factores mais significativos relacionados com a queda do regime recordamos aqui a síntese de Carlos Manuel Gonçalves in *Construção social dos quadros: uma proposta para a sua análise*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1990, pp. 241 e 242.

(7) Ana Veneza, "O poder local 1976-1984: da indefinição à (des)centralização estatal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Coimbra, CES, 1986, p. 695.

(8) *Idem*, pp. 696 e 697.

designadamente infra-estruturas e equipamentos colectivos das populações. Pese embora essa exigência, são as câmaras municipais os principais órgãos de poder a aceitar e a procurar dar resposta aos múltiplos desafios assumindo, para isso, um conjunto de competências que anteriormente não lhe eram imputadas: água, electricidade, sistema de esgotos, arruamentos, equipamentos sociais, como os infantários e os lares de idosos. Estas iniciativas nem sempre se operaram de modo pacífico, pois se em alguns casos elas foram convergentes com a acção dos movimentos populares, noutras situações não foram alheias a conflitos e interesses divergentes. Também se deu o caso de em algumas situações (e numa fase inicial) os municípios se restringirem a meras comissões administrativas e confinados a um papel apagado perante as reivindicações dos movimentos populares e as lutas político-partidárias.

São deveras significativas algumas das mudanças ocorridas na estrutura económica - ainda que não irreversíveis, facto aliás provado pelas transformações ocorridas nestes últimos anos - como o caso das nacionalizações da banca, dos seguros e de importantes empresas industriais, a reforma agrária no Alentejo e maior intervenção do Estado no mercado de trabalho.

Durante largos anos as classes populares tinham sido afectadas por baixos salários, más condições de trabalho e de vida em geral. Deste modo, o conjunto das transformações irá passar, necessariamente, por uma "nova configuração da relação salarial" - fenómeno que implica, entre outros aspectos, o direito à greve e protecção jurídica quanto aos despedimentos - e pela constituição de um movimento sindical organizado e comissões de trabalhadores actuantes ao nível do controlo e gestão de empresas.

Ainda no âmbito do trabalho, e de acordo com Carlos Gonçalves (9), assistiu-se à "fixação de um salário mínimo e máximo nacional" e de "mecanismos de actualização regular dos salários, extensão do subsídio de Natal e alargamento do âmbito do salário indirecto", à redução média do tempo de trabalho, à diminuição das discriminações sexuais em termos de salários e de carreira profissional.

Por último, podemos referir o "alargamento dos tipos de protecção e dos grupos populacionais cobertos pelo sistema público de segurança social e de saúde" e a extensão do período de escolaridade obrigatória.

---

(9) Carlos M. Gonçalves, *o. c.*, p. 242.

O autor desenvolve ainda diversas considerações sobre as implicações do "esgotamento do regime de acumulação extensiva do capital" ([10]) e subsequentes transformações técnico-organizativas, concretamente refere o aumento dos rendimentos familiares em consequência das "prestações da segurança social" e da expansão do mercado interno e o aumento do período de escolaridade obrigatória, concomitante de condições favoráveis para a integração da mulher no mercado de trabalho. Os comportamentos de consumo são assim modificados em função de uma maior capacidade aquisitiva.

Tudo isto se efectiva num quadro de alterações súbitas, caracterizado pela ausência - e mesmo carência - de uma tradição de lutas anteriores, que paulatinamente tivessem consolidado os diversos níveis de transformação. Mas o anterior regime, apesar de moribundo e com fracas resistências, porque incapaz de apresentar alternativas viáveis adequadas ao desenvolvimento global da sociedade, conteve até ao último momento as virtualidades das diversas lutas.

1.1. Bloqueios estruturais do antigo regime

A análise que sugerimos de situar a revolução de Abril numa perspectiva de longa duração remete-nos, logicamente, para o problema das resistências estruturais do anterior regime. Diz nesse sentido, Joaquim de Aguiar ([11]):

> *"Um regime com meio século de duração e com uma direcção política personalizada cria estruturas, relações, modos de comportamento e expectativas normalizadas que não se transformam por um processo súbito".*

Muito embora as mudanças significativas na estrutura da acção política e do sistema político, de que são exemplos mais significativos a liberdade

---

([10]) *Idem*, p. 242.

([11]) Joaquim Aguiar, "Partidos, estruturas patrimonialistas e poder funcional: a crise da legitimidade", *Análise Social*, vol. XXI, Lisboa, 1985, p. 762. Também sobre a mudança política operada refere A. Teixeira Fernandes in "Sistema político e sociedade global em Portugal", Separata de *Arquipélago*, Revista da Universidade dos Açores, Série de Ciências Sociais, nº 5, 1990, p. 14: "A passagem de um regime autocrático a um regime democrático faz-se, de facto, no meio não só de convulsões, como ainda de profundas contradições, sociais e políticas, resultantes da estrutura social então vigente e da diversidade dos projectos de sociedade em confronto".

para um cenário pluripartidário e as eleições livres de sufrágio universal, muita coisa há que não muda passando discretamente para o novo regime que se instala:

> *"Os bloqueamentos e problemas não resolvidos que se acumularam na fase terminal do anterior regime implicavam consequências imediatas. Qualquer que fosse a intenção estratégica do novo poder, qualquer que fosse a consistência dos seus programas políticos, a mera inércia dessas questões anteriores seria suficiente para induzir uma transformação das condições da acção no sistema político"*([12]).

Afigura-se-nos, assim, a manutenção dos aspectos essenciais da anterior estrutura burocrático-administrativa do Estado que apesar de todas as lutas efectuadas no plano político, acabou por não ser grandemente abalada. Aliás, o aparelho burocrático do Estado acabou por se complexificar mesmo nos últimos anos do regime (pretenciosamente reformistas) através da permanência de instituições fulcrais. Lawrence Graham ([13]), ao analisar o papel e a evolução da administração pública em Portugal, afirma que se trata de um aparelho fortemente relacionado com o extremo centralismo que caracterizou o Estado português, em boa medida resultante da sua experiência imperialista, exigente de uma organização burocrática virada para o exterior. Este centralismo tem sido uma prática de tal modo enraizada, que mesmo nas conjunturas democráticas vividas nestes últimos dois séculos as instituições burocráticas têm predominado sobre as representativas (Constituição de 1976 inclusivé).

Não nos escusando de referências pontuais, porque inevitáveis, a todo o período do Estado Novo, procuraremos relacionar as suas heranças com a fase mais recente, ou seja, com a época coincidente com a sua própria crise, a qual, como se sabe começa a agudizar-se e a tornar-se mais clara a partir de finais de 60. A guerra colonial - em virtude de todo o conjunto de exigências inerentes - impede a intervenção do Estado de forma a apoiar e incrementar o desenvolvimento interno, nomeadamente as empresas privadas; por outro lado, esta "falta de disponibilidade" obriga a que o Estado se defronte com

---

([12]) Joaquim Aguiar, *o. c.*, p. 762.

([13]) Lawrence S. Graham, "Administração pública central e local: continuidade e mudança", *Análise Social*, vol. XXI, Lisboa, 1985, pp. 910-911 e 905-906. O autor refere que a burocracia e o aparelho administrativo acabam por se afigurar fundamentais para a própria manutenção da legitimidade do Estado; e no que respeita à realidade portuguesa, L. Graham diz: "Precedendo o ascenso centralista do Estado Novo e fundindo-se com ele, existe uma mais antiga tradição unitarista e centralista que continua a influenciar toda a política pública do País". *Idem*, p. 906.

problemas múltiplos em termos de reprodução (em sentido estrito e alargado) da sua força de trabalho - carências que vão desde a habitação às infraestruturas e aos equipamentos colectivos (principalmente escolares e de saúde). Na sequência da análise dos problemas e contradições, Marielle Gros refere também a industrialização e a emigração (14):

> *"O desenvolvimento industrial defronta-se, assim, com um certo número de factores de estrangulamento: o mercado interior estagna no momento em que a concorrência é mais forte sobre os mercados exteriores; a estagnação da agricultura desequilibra a produção nacional; a inflação, que atinge taxas cada vez mais elevadas, limita o poder de compra e a procura interna.*
>
> *A emigração (...) começa a trazer problemas sobre o mercado interno, tanto mais que ela atinge já, não só a população rural, mas também uma parte da mão de obra qualificada".*

As contradições manifestam-se, também, no interior das camadas burguesas. A burguesia industrial e financeira procura conquistar a hegemonia até então detida pela burguesia agrária. Essa tendência que se esboça em plena "crise de legitimação e de hegemonia" (15) é interrompida em 1974 pelo 25 de Abril e respectivo movimento social desencadeado com a revolução. A conjuntura revolucionária irá desmantelar os grupos ligados aos grandes monopólios de então, como a CUF (Companhia União Fabril) e o grupo Champallimaud.

De acordo com Sousa Santos, a burguesia agrária apoiada por uma burguesia comercial foi a classe hegemónica, principal detentora do poder, no período do antigo regime (16), poder que, se por um lado, se foi desmoronando no plano económico na sequência de factores múltiplos ocorridos nos inícios de sessenta, como as guerras coloniais (prenúncio do

---

(14) Marielle C. Gros, *O alojamento social sob o fascismo*, Porto, Afrontamento, 1982, p. 47. Na análise que faz do fascismo em Portugal e das respectivas contradições que este regime vai gerando, a autora considera três etapas fundamentais: dos anos 30 aos anos 50 (fase de consolidação do regime); de finais de 50 a meados de 60 (fase de crescimento) e, por último, os anos derradeiros da década de 60 até à revolução de 74. *O. c.*, pp. 42 a 49.

(15) B. de Sousa Santos, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990, p. 17.

(16) Sempre que for feita referência a "antigo regime" trata-se (obviamente neste contexto) de evidenciar o período que antecede o 25 de Abril e, como tal, as décadas de regime não democrático coincidentes com o Estado Novo.

fim desse mesmo colonialismo), a abertura da economia portuguesa a capitais exteriores, principalmente europeus, e a concentração de capital nos grandes grupos económicos; por outro - e referimo-nos desta vez ao nível ideológico - aquela burguesia foi conseguindo manter a sua preponderância, aspecto que se revelou ainda eficaz para a perpetuação e "legitimação" do regime do Estado Novo.

Para melhor explicitação deste período, convirá também recordar algumas das principais características da governação de Marcello Caetano. O marcelismo veio trazer uma "lufada de ar fresco" mas sem grandes novidades, uma vez que permanecia a preocupação de fundo em assegurar a continuidade. Os pontos de renovação localizam-se, por exemplo, ao nível do corporativismo, que, todavia, Marcello Caetano estava longe de abandonar (17). O Estado permanece, assim, forte e detentor do direito de arbitrariedade, mas começa a buscar-se um modelo de corporativismo - liberto das formulações utópicas da década de 30 que advogavam a ideia de que os organismos de coordenação económica iriam dissolver-se nas corporações (18) - ou, mais correctamente, de neocorporativismo adequado aos modelos de *welfare state* europeus, onde se ia verificando uma colaboração orgânica entre as classes, estabelecidos mais por processos consensuais enquadrados em contextos democráticos. Era isto que se pretendia: a passagem a um corporativismo sem conotações fascistas. No entanto, este novo modelo não deixou de reunir equívocos graves, circulando à volta das opções entre Estado Social e liberalização (estratégia necessária para uma aproximação à Europa) e apesar das iniciativas no sentido de uma maior abertura e tolerância o regime acabou por voltar a endurecer-se, ao invés de expandir as reformas a que inicialmente se tinha proposto (19).

O Estado Novo não conseguiu, assim, controlar as contradições existentes no bloco do poder e a sua crise rebenta definitivamente em

---

(17) Sobre este assunto diz-nos Manuel de Lucena in "Transformações do Estado Português nas suas relações com a sociedade civil", *Análise Social*, vol. XVIII, nº 72/73/74, Lisboa, ICS, 1982, p. 901: "... a ideia de uma colaboração orgânica e permanente, a vários níveis, de todas as classes e grupos sociais continuava a ser fundamento da sociedade e do próprio Estado". Os conflitos permanecem, assim, contidos dentro de um quadro instiucional que os limita e continua também a ser defendida a necessidade de subordinação dos interesses particulares ao interesse geral. *Idem*, p. 901.

(18) Manuel de Lucena, *o. c.*, pp. 901 e 902.

(19) *Idem*, p. 903. Manuel de Lucena exemplifica essas medidas de regressão ao "imobilismo" através da lei sindical de 1969, da lei de imprensa e da revisão constitucional de 1971.

1969 ([20]). As reformas levadas a cabo durante o marcelismo são sintomáticas do esforço feito no plano ideológico no sentido de dar voz às exigências apresentadas pela burguesia industrial financeira - sempre confrontadas com a "rigidez da matriz organizativa do Estado" ([21]). E esta "crise de hegemonia" vai dar origem a uma "crise de legitimação", uma vez que o Estado se mostrou incapaz de institucionalizar as relações capital/trabalho de acordo com as alterações sofridas. Nos finais dos anos sessenta dá-se uma concentração do capital - paralelamente ao "canto do cisne" do colonialismo - que atemoriza o Estado no que concerne à ameaça que tal facto representa para as pequenas e médias empresas (base da estrutura económica do país). Esses grupos económicos representados pela burguesia financeira pretendiam - como já referimos - o voltar-se para a Europa e não para as colónias, advogando a auto-determinação das mesmas.

Precisamente esta situação de impasse, que se vive em relação às colónias e à guerra colonial ([22]), torna-se a tal ponto insustentável que são os próprios capitães no âmbito das Forças Armadas os motores que fazem despoletar a derrocada de regime. Golpe de Estado que acontece, assim, no seio de múltiplas contradições e por isso de algum modo equivocado: é extinta a PIDE (Polícia de Investigação e Defesa do Estado) , são libertos os presos políticos, são concedidas ou, mais correctamente, conquistadas as várias liberdades (de manifestação, de expressão, de reunião, de associação) próprias de uma condição democrática; mas, em contrapartida, estas transformações repentinas produzem um efeito de ocultação sobre as estruturas que são "transferidas" para o novo período, primeiramente revolucionário, depois democrático.

O modo de actuação do Movimento das Forças Armadas (MFA) ao longo do processo revolucionário é exemplificativo de muitas das indefinições. Sousa Santos ([23]) sublinha que o MFA não actuou contra a "dominação política capitalista" mas sim contra "a forma fascista de dominação capitalista" e, como exemplo disso, cita o caso do General Spínola, defensor da burguesia industrial-financeira, que se apresentou como

---

([20]) B. de Sousa Santos, *o. c.*, p. 21.

([21]) *Idem*, p. 21.

([22]) *Idem*, p. 26. O Estado continuava a encontrar o seu sustentáculo no colonialismo e na própria guerra colonial, daí que apesar de mal sucedido nessa guerra tenha continuado a mantê-la: é que não podia abdicar dela. Sobre esta indefinição da estratégia a adoptar em relação a África ver também, Marielle C. Gros, *o. c.*, p. 48.

([23]) *Idem*, pp. 33 e 34. Por outras palavras, houve por parte do MFA aquilo que Sousa Santos chama de "desvinculação orgânica do golpe de Estado de 25 de abril de 1974". *O. c.*, p. 34.

uma das figuras de proa no momento da revolução - apesar de rapidamente desaparecer no processo em função dessa mesma ligação. As muitas ambiguidades assentam, então, no facto de que o MFA não foi o "agente orgânico da burguesia". Mas também não o foi da classe operária. Por um lado, é neutralizado o poder capitalista mas, no entanto, não se afirma um poder operário. Esta questão deverá ser recolocada e discutida numa outra fase deste trabalho, à luz das hipóteses formuladas na parte final do anterior capítulo, pois tal procedimento é, em nosso entender, indispensável para a intelegibilidade das principais características que revestem os movimentos sociais emergentes.

Ainda segundo aquele autor, este impasse, que prima pela ausência de uma "dualidade de poderes" (24) (mesmo que por um período transitório) e pela afirmação de uma "dualidade de impotências", conduz à paralisia do Estado. Ao invés de uma dualidade de poderes surgiu, de acordo com Sousa Santos, um "Estado dual" caracterizado pela vivência paralela de uma Burocracia estatal (traduzida em estruturas e práticas administrativas rígidas e inalteráveis) com transformações institucionais significativas - de relevar aqui a intervenção mais activa do Estado na esfera económica.

A burocracia estatal e a paralisia dos aparelhos do poder operaram também reflexos ao nível das relações entre os poderes central e local. Perante a diversidade de desafios, as autarquias locais adoptaram aquilo que Ana Veneza (25) chama de "perspectiva imediatista" face à ausência de um quadro legal que permitisse clarificar funções e competências. Muitas câmaras lançaram-se em empreendimentos, como a construção habitacional, sem os meios jurídicos e logísticos que obviassem o acompanhamento das várias fases dos processos em causa.

Deste modo, sem alterações nas funções burocráticas, os municípios no pós 25 de Abril não passaram a funcionar rapidamente de uma forma

---

(24) Sousa Santos, para a análise da crise revolucionária portuguesa de Abril de 74, recorre ao conceito de "dualidade de poderes" utilizado por Lenine e Trotsky na "caracterização teórica da forma política das situações revolucionárias modernas" de que a revolução russa é caso paradigmático. Dualidade de poderes é assim entendida como a situação (transitória) em que se verifica a coexistência de duas ditaduras, a da burguesia e a do proletariado. Trata-se, segundo Lenine, do paralelismo entre "governo provisório" (da burguesia) e "governo embrionário" (sovietes de deputados - operários e soldados). Sobre toda esta questão ver *o. c.*, pp. 29 a 31 e ainda p. 35, onde é desenvolvido o conceito de Estado dual.

(25) Ana Veneza, *o. c.*, p. 698. Ver também a p. 699, onde a autora refere o seguinte: "Raros foram os executivos que, desde logo, tenham perspectivado a gestão municipal de um modo integrado, conscientes de que além de fornecer bens e serviços seria necessário coordenar e disciplinar os vários agentes intervenientes no território municipal (desde os serviços do Estado à iniciativa privada)...".

muito diferente daquela que antes existia ([26]). Apesar da Constituição de 76 contemplar a existência das autarquias locais (regiões administrativas, municípios e freguesias) como pessoas colectivas de base territorial com órgãos representativos das suas populações e para defender os interesses das mesmas; e não obstante tenha surgido a "Lei das autarquias" em 1977 com o objectivo de definir atribuições e competências, tudo isso se afigura com um carácter insuficiente e bastante limitativo. Pode-se, assim, considerar que só dois anos mais tarde, com a "Lei das finanças locais", se avança um pouco mais nesta matéria dotando a autarquia de autonomia financeira ([27]).

A evolução das relações entre estruturas locais e poder central não tem decorrido de uma forma clara e linear desde o 25 de Abril até ao momento actual. Muito pelo contrário, tem-se pautado por não poucas ambiguidades, manifestando ora avanços, ora retrocessos e, como tal, mais um fenómeno que poderá evidenciar um dos importantes bloqueios estruturais presente na mudança de regime. A este propósito diz-nos Juan Mozzicafredo no texto em que é co-autor ([28]):

> *"E se é verdade que hoje estão instituídas, do ponto de vista legal, as regras para o funcionamento dum poder autárquico também é um facto que a história recente do país reflecte importantes contradições no processo de descentralização do Estado (...)* [Constata-se morosidade] *na descentralização de competências e contradição entre as intenções e a aplicação prática resultante da falta de regulação".*

([26]) *Idem*, p. 699 e cfr. também Fernando Ruivo e Ana Veneza, "Seis questões pelo poder local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, Coimbra, CES, 1988, p.11.

([27]) Ana Veneza, *o. c.*, p. 699.

([28]) Juan Mozzicafredo et al., *Gestão e legitimidade no sistema político local*, Lisboa, Escher, 1991, p. 52. De relevar que todo este trabalho se nos afigura deveras elucidativo das relações complexas estabelecidas entre a Administração Central e o Poder Local no pós 74. Ver também a abordagem de A. Teixeira Fernandes sobre a questão da descentralização e do poder local in "Descentralização e teoria do Estado", Separata da *Revista da Faculdade Letras*, Série de Filosofia, nº 5-6, 2ª Série, Porto, 1988-1989, principalmente as pp. 3-4 e 14-22.

2. MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL

2.1. Características gerais do movimento popular e respectivas áreas de reivindicação

Nos pontos anteriores procurámos deixar sublinhado que a "revolução dos cravos" produziu um efeito de "expansão" sobre toda a sociedade portuguesa impulsionando a formação de movimentos populares. Ora, é sobre esses movimentos que incide o nosso trabalho.

Eles constituiram um fenómeno bastante complexo patente, desde logo, na sua composição de classe, que se assumia heterogénea, englobando desde o operariado urbano à pequena burguesia assalariada, passando pelo operariado rural alentejano ([29]) tendo a sua acção afectado, como se sabe, diversos níveis da vida social: administração local, habitação urbana, gestão de empresas, educação, cultura, modos de vida, reforma agrária, etc.. Além disso, este movimento acabou por legitimar uma determinada posição política do MFA, que se libertou de qualquer identificação com os monopólios industriais e financeiros:

> *"Foi este movimento social que impediu que a crise de hegemonia iniciada em 1969 se resolvesse definitivamente a favor da burguesia industrial-financeira"* ([30]).

([29]) B. de Sousa Santos, *o. c.*,p. 28. Cfr. igualmente Vítor Matias Ferreira, "A cidade e o campo - uma leitura comparada do movimento social 74-75", Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, 1986, pp. 553 a 555. Este autor procura estabelecer uma comparação entre o movimento rural no alentejo e o movimento urbano em Lisboa. Analisando o paralelismo que existe ao nível da origem social dos movimentos, ele conclui que tanto o proletariado rural alentejano como o *lumpen* proletariado de Lisboa têm a mesma origem rural - baseando essa homologia em "componentes de estruturação sócio--cultural". Constitui, deste modo, faceta comum dos actores envolvidos, o facto de ambos se encontrarem sujeitos a um "*isolamento cultural*" relativamente a formas culturalmente dominantes, e de apresentarem ainda "práticas *socialmente errantes*", (caso dos trabalhadores livres e sem emprego), indissociáveis da sua condição de classe, o que "constitui a própria condição do proletariado". *Idem*, p. 554. Com um certo paralelismo, António Firmino da Costa no seu estudo sobre a Alfama constata o predomínio de uma origem rural dos seus habitantes, colocando como hipótese a existência de uma "homologia estrutural" entre as culturas camponesas e as culturas populares urbanas gerada pelo mesmo "habitus" em contextos sociais diferentes. Cfr. "Alfama: entreposto de mobilidade social", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº2, Porto, Afrontamento, 1984, p. 22.

([30]) B. de Sousa Santos, *o. c.*, p. 28.

As nacionalizações da Banca e dos Seguros, bem como de determinadas empresas, são factos comprovativos deste fenómeno. E dentro de todo este contexto, o Estado - cuja crise se identifica com a crise revolucionária - torna-se, por excelência, o palco das várias lutas sociais e políticas.

A relação entre os movimentos sociais e o Estado caracterizou-se sempre por um elevado grau de complexidade. As reivindicações destes movimentos nunca se efectuaram nos "parâmetros institucionais e normativos do Estado" com vista a "apropriarem-se da legalidade oficial" (31). Foi um período conflitual e de debate entre a "legalidade democrática", que gradualmente se ia consolidando, e a "legalidade revolucionária", a qual actuava mais de forma radical e na apologia de uma mudança profunda do aparelho do Estado. Em termos concretos, acontecia que, muito embora numa atitude de ruptura, os movimentos populares recorressem ao Estado no intuito de "legalizarem" os resultados das suas lutas em termos imediatos - por exemplo certas ocupações de casas acabavam por se tornar formas novas de legalização que partiam da sua própria iniciativa -, os seus objectivos iam mais longe, pois pretendiam inovações legislativas (por exemplo, lei de ocupação de casas, lei da reforma agrária, lei do saneamento da função pública, etc.), com o intuito de que as formas jurídicas oficiais fossem adaptadas a novos conteúdos (32). Quer as inovações legislativas e as legalizações *ad-hoc* por um lado, quer a marginalização da legalidade de continuidade, por outro, conduziram a uma "prática de paralisia do Estado".

Numa perspectiva com alguns pontos de intersecção com a anterior, Vítor Matias Ferreira utiliza as expressões "ilegalidade" e "legitimidade"(33) no intuito de explicar a tentativa de institucionalização por parte dos movimentos sociais. É que os movimentos surgiram e actuaram na fronteira entre a ilegalidade e a legitimidade. Eles procuraram encontrar referentes ideológicos que pudessem legitimar as acções levadas a cabo. A "legitimidade" constituiu, assim, o garante das suas acções - a interpretação popular de certos diplomas legais é exemplificativo disso (34).

---

(31) *Idem*, p. 32.

(32) *Idem*, p. 32 e 33. Neste último caso a iniciativa foi de "forças políticas organizadas com o objectivo de controlar os movimentos populares".

(33) V. Matias Ferreira, *o. c.*, pp. 568 e 569.

(34) V. Matias Ferreira dá o exemplo do Dec.-Lei 445/74 que (para além da legislação sobre o "arrendamento urbano" que dele constava) exigia a menção das casas devolutas e que conduziu à legitimação da ocupação das casas pelos movimentos populares. *O.c.*, pp. 557 e 569.

De todos as movimentações e ondas de protesto surgidas à época, evidenciaremos, logicamente, as que têm lugar em contexto urbano e centradas em questões relacionadas com a reprodução alargada, deslocando-nos, deste modo, para um plano diferente das controvérsias laborais e das lutas sindicais. A questão de fundo daqueles movimentos foi o alojamento, vindo em segundo lugar os transportes e equipamentos colectivos diversos, sejam eles escolares, de apoio à infância, desportivos, postos de saúde, equipamentos culturais, etc.

As lutas urbanas, caracterizadas por uma base social inter-classista e intra-classista, porque portadoras de situações sociais contraditórias e sujeitas a um processo constante de recomposição social, despoletaram em sítios com populações carenciadas ou socialmente marginalizadas em matéria de alojamento: os bairros de lata, os fogos superlotados e em regime de sub-locação - a maior parte das vezes associados a estados de degradação extrema -, os bairros camarários. Estes fenómenos, no que concerne à sua inserção na malha urbana, não estavam necessariamente relacionados com suburbanidade, antes retratavam, na sua maioria, situações de segregação em núcleos centrais.

Todo o movimento social urbano pode ser considerado como uma bola de neve tanto em termos das áreas de intervenção como da constituição da base social. O alargamento desta última e particularmente no caso de Lisboa, conduziu ao envolvimento do proletariado extra-bairros de lata e da pequena burguesia urbana. Também progressivamente, a luta passou a ser sustentada por uma base política ideológica: o inimigo deixou de ser determinado senhorio ou "subaluga" (35) para passar a ser a propriedade privada. A este propósito Matias Ferreira (baseado em Alain Touraine) distingue duas fases (36) nas lutas dos movimentos: o processo de naturalização (apropriar o que é seu) e a ruptura com essa naturalização, que tanto pode ser uma situação intermédia de protesto político-institucional como o alicerçar dos fundamentos de um real movimento social.

A perda do impacto destas lutas - posteriormente verificado - está, em parte, relacionado com uma excessiva territorialização dos movimentos, isto é, o acento demasiado na dimensão local. Não podemos deixar de referir outros factores explicativos, de suma importância, que são o da ausência de referências históricas no movimento urbano e no próprio movimento operário e a evolução do quadro político do país. Tudo contribuindo para a reversibilidade do processo de apropriação urbana.

---

(35) A expressão "abaixo o/a 'subaluga'" foi muito utilizada, no período revolucionário, para designar o intermediário envolvido nos processos de subocação.

(36) V. Matias Ferreira, *o. c.*, p. 557.

Ainda no âmbito da intelegibilidade do processo de avanços e recuos dos movimentos populares, lembramos o estudo de Sousa Santos sobre o caso "Skylab" (37). A ocupação de um terreno privado na cidade brasileira do Recife, por uma população carenciada, produziu uma dinâmica conflituosa que envolveu diversos agentes (proprietários, Estado e Igreja, para além dos ocupantes) acabando por conduzir a uma acção colectiva em que os ocupantes - apoiados pelos serviços jurídicos da Comissão de Justiça e Paz da Igreja Católica Romana - conseguiram não ser expulsos e ficar a pagar uma renda ao proprietário. No entanto, isto não significa que todos os objectivos formulados pelo movimento popular tenham sido alcançados:

> "[...] *como todos os demais processos sociais, também este ficou sujeito a desgastes e retrocessos* [...] *Aliás, as lutas e os movimentos sociais urbanos são particularmente vulneráveis a este tipo de ocorrências*" (38).

Corroborando com o que atrás foi dito, este caso é, também ele, ilustrativo da dificuldade que existe de reproduzir e alargar as reivindicações urbanas. Uma vez satisfeitas essas reivindicações - "momento de culminância do movimento social" - começa também o enfraquecimento e retrocesso do movimento, na sequência de um conjunto de medidas conducentes a um processo de individualização progressiva dos moradores - perceptível no pagamento individual da renda - e correlativamente à despolitização dos conflitos (39).

Será interessante comparar ainda o fenómeno ocorrido em Portugal com o dos movimentos madrilenos das associações de vizinhos analisado por Manuel Castells. Segundo este autor, a cidade é produto de um processo de interacção onde constam *interesses dominantes*, *intervenção administrativa* e,

---

(37) B. de Sousa Santos, "Os conflitos urbanos no Recife: o caso do 'Skylab", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 11, Coimbra, CES, 1983. Ficou conhecido como o caso "Skylab", a ocupação de um terreno privado, abandonado há algumas dezenas de anos, por cerca de trezentas famílias pobres na cidade do Recife em 1979. Segundo o autor, tal facto serve para ilustrar como "a colectivização e a politização do conflito urbano interclassista condicionou as estratégias jurídicas da burguesia, neste caso a 'burguesia imobiliária' e a actuação do Estado". *Idem*, p. 21.

(38) *Idem*, p. 37.

(39) *Idem*, p. 37. Ainda na mesma página, pode ler-se :"Se é verdade que a negociação do acordo impôs os moradores como grupo social, a solução acordada criou, por sua própria natureza, as condições para a pulverização deste grupo social numa série de locatários atomizados".

por último, *mobilização e projectos dos grupos sociais* (40). É precisamente a capacidade de acção deste terceiro elemento que M. Castells procura avaliar. Transpondo esta questão para o plano empírico, Castells estuda o movimento urbano madrileno emergente nos inícios dos anos 70 - mais propriamente entre 1969 e 1974, a partir das referidas associações de vizinhos e das associações familiares - e vai associá-lo a dois elementos causais: a crise do sistema urbano e a conjuntura política - concretamente o regime franquista. Ele procura ver até que ponto o movimento urbano se transforma em tecido associativo, força política e movimento social. Por outras palavras, pretende analisar a capacidade que os movimentos urbanos possuem de se transformarem em agentes de mudança, isto é, de produzirem também eles a cidade.

Relativamente aos principais tipos de reivindicação (habitação, transportes, segurança na circulação, equipamentos colectivos) podemos dizer que são semelhantes aos dos movimentos urbanos em Portugal no período 74-75. O clima de insatisfação e contestação vai animar a vida social dos bairros e da cidade em geral, por exemplo, através de reuniões e conversas informais entre vizinhos.

O movimento urbano surge também como uma forma de luta pelas liberdades políticas. Segundo M. Castells, a partir de 1969 avolumam-se as contradições do sistema urbano em função de um "política imobiliária e urbana centrada na acumulação do capital monopolista" (41). Este factor associado ao desgaste do regime franquista foi profícuo a uma forte mobilização dos movimentos populares. Mais tarde, em 1977, com a instauração da democracia, dá-se a legalização dos partidos e, de certo modo, também um esvaziamento das associações ao nível dos principais quadros e dirigentes que transferem a sua militância para os partidos políticos (42). Esta situação acaba por se tornar transitória uma vez que em finais de 70 se assiste a um novo fôlego do movimento associativo em várias frentes.

---

(40) Manuel Castells, *Crisis urbana y cambio sociale*, Madrid, Siglo XXI, 1981, p. 189. Não pretendemos discutir aqui o modelo teórico que M. Castells utiliza, o qual parte do pressuposto básico de que para o estudo da evolução do sistema urbano há que considerar as características das correlações de forças entre as classes sociais. Trata-se de uma análise eminentemente marxista, onde o espaço surge como resultado de uma produção social e, como tal, o autor preocupa-se em procurar as relações de produção que se encontram na sua origem. Dentro desta perspectiva - também apelidada de política - são ainda analisadas as contradições inerentes à produção do espaço e a capacidade dos actores, constituídos em movimentos, de produzirem mudanças. Constatamos, assim, influências tanto de L. Althusser como de A. Touraine.

(41) Idem, p. 208.

(42) *Idem*, p. 237.

O contexto e as condições de emergência dos movimentos populares urbanos em Portugal fazem, em contrapartida, com que o fenómeno se afigure bastante diferente e talvez detentor de um mais elevado grau de complexidade - face à velocidade das ocorrências e à simultaneidade de certos processos. Por cá, só depois do 25 de Abril é possível vislumbrar as possibilidades de mobilização social e de contestação. E se partilharmos a opinião de certos autores para quem a nossa falhada ou sempre adiada industrialização é uma das causas da ausência de um operariado forte e organizado, talvez possamos encontrar aqui uma das possíveis explicações para a incapacidade organizativa e para a esporádica situação de luta na fase da ditadura que, caso tivesse existido de modo mais efectivo, provavelmente teria antecipado algumas das contestações efectuadas.

Não quer isto dizer que os movimentos sociais urbanos possuam um carácter classista. Bem pelo contrário, tanto em Portugal no pós 25 de Abril como em Espanha, os movimentos são claramente de cariz interclassista - embora a sua origem seja proletária - facto que é sugerido, no caso de Madrid, pela própria evolução dos temas de reivindicação: habitação, reabilitação do centro histórico e mais recentemente as questões ambientais.

Mas voltando a concentrar-nos sobre o caso português, as movimentações sociais, sempre oscilando entre a "legalidade democrática" e a "legalidade revolucionária", acabaram por ser desmobilizadas a partir do 25 de Novembro, o que acontece como uma tentativa de sair do impasse e dentro de uma procura de reconstruir a autoridade ([43]), obrigando necessariamente à neutralização das forças políticas mais radicais e dos movimentos populares.

([43]) B. de Sousa Santos, *o. c.*, p. 32.

2.2. A mobilização em torno da habitação: breves traços sobre a evolução do sector

A situação, que em termos habitacionais antecedeu o 25 de Abril, teve como pano de fundo um conjunto de carências que os esforços do fim do antigo regime mal conseguiram atenuar. Segundo refere António Fonseca Ferreira, estima-se à data um déficit de 600 000 alojamentos ([44]). Para além de insuficiente, o parque habitacional encontrava-se muito degradado, acabando por viver cerca de um quarto da população em "ilhas", barracas (formando os comuns bairros de lata), casas degradadas superlotadas ou em regime de sublocação, enfim, sem condições de habitabilidade mínimas.

A produção habitacional, como veremos de seguida, não respondia de forma alguma às necessidades, e a situação, para além de crítica, afigurava-se caótica. Posto isto, não será de estranhar que o cerne dos movimentos sociais urbanos que surgiram no período da revolução se localize em torno da questão habitacional.

Reflectindo, antes de mais, sobre o conceito de crise habitacional, podemos dizer que ele aparece sempre associado a uma situação carencial em termos de alojamento (fenómeno que o senso comum pode traduzir muito simplesmente como "haver falta de casas"). Mas a crise de habitação nem sempre é susceptível de leituras muito simples, uma vez que envolve aspectos de ordem económica, política - de rendimentos, monetária - e social ([45]), para além de pressupor a ideia de intervenção do Estado.

Uma crise de habitação surge quando um conjunto de necessidades correspondentes a uma determinada população não são satisfeitas. E não nos podemos esquecer que essas necessidades longe de serem meramente biológicas - necessidade de abrigo em sentido estrito - são criadas por e indissociáveis de factores histórico-sociais. É a inadequação de resposta às necessidades que irá produzir a crise e face a uma conjuntura favorável as necessidades e aspirações comuns vão fazer com que pessoas na mesma situação se juntem e estabeleçam reivindicações, conflitualidades e quiçá movimentos sociais.

O problema habitacional não é mais do que uma das componentes - e de longe a mais importante - do problema social designado por questão

---

([44]) A. Fonseca Ferreira, *Por uma nova política de habitação*, Porto, Afrontamento, 1987, p. 6

([45]) Abílio Cardoso, "Sobre o conceito de crise de habitação", Revista *Sociedade e Território*, nº 2, 1985, p. 102.

urbana, a qual engloba também a questão dos transportes, do ambiente, dos equipamentos, do saneamento e infra-estruturas, etc. A questão urbana apresenta-se, assim, como um produto do crescimento desordenado e caótico das cidades que se desenvolveram sob a égide da lógica capitalista. No entanto, como é constituída por problemas extrínsecos ao mundo laboral e à esfera da produção, o capital demite-se da sua resolução, remetendo-o para a sociedade e para o Estado, o agente responsável pela política urbana.

Sousa Santos ([46]) contraria e desmonta tal concepção com o argumento de que em primeiro lugar a questão urbana é inseparável da questão fundiária (terra e funcionamento da renda fundiária); e, por outro lado, apesar de directamente ligada às relações de reprodução da força de trabalho, este aspecto não pode ser desligado das relações de produção "em que essa força de trabalho é apropriada e valorizada":

> "[...] *a política urbana (por exemplo, a política habitacional), desgarrada, quer da política fundiária, quer da política de emprego, não pode deixar de fracassar*".

No mesmo sentido, Abílio Cardoso adverte que frequentemente os problemas (ou parte deles) ficam por se resolver porque se encaram as reivindicações como questões sociais e políticas e não como problemas económicos. Melhor explicitando, o que geralmente acontece é que as Teorias da Procura, preconizadas pelo capitalismo liberal, apesar de inadequadas à resolução das situações carenciais correspondentes às camadas de rendimentos mais baixos não deixam de ser hostis à intervenção do Estado na economia, remetendo deste modo, os problemas insolúveis pelos seus modelos para as esferas do social e do político ([47]).

Com base nestes pressupostos, colocamos a hipótese de que a exacerbada conotação político ideológica, atribuída aos movimentos urbanos em Portugal para o período 74-75, serviu de ocultação de situações carenciais sócio-económicas cuja solução acabou por ser, no mínimo protelada.

([46]) B. de Sousa Santos, "Estado, Direito e Questão Urbana", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº9, Coimbra, CES, 1982, p. 67.

([47]) Abílio Cardoso, *o. c.*, pp. 102, 104 e 105. Que não fique aqui equivocada a ideia de que este autor atribui exclusiva responsabilidade ao Estado pela solução da crise habitacional. Muito pelo contrário, ele faz a apologia de uma grelha de análise bem mais alargada. Segundo ele, não se pode conceptualizar o "problema da habitação" como simples produto de intervenções do Estado. Tal ideia implica responsabilizar unicamente o Estado (e não os agentes privados) pela provisão de alojamento. Melhor explicitando: "O conceito de crise de habitação é antes baseado no funcionamento geral do sistema e formas de produção, acesso e consumo de habitação, que não se esgota nem no mecanismo de mercado, nem na intervenção do Estado, antes os incluindo como partes". *O. c.*, p. 107.

Como já o referimos anteriormente, quando surge o 25 de Abril existiam graves problemas nos sectores da habitação, urbanismo e construção civil. Diz-nos, sobre isto, A. Fonseca Ferreira ([48]):

> *"Estes sectores reflectiam de forma paradigmática, as carências, as injustiças sociais, as debilidades produtivas e o caos territorial a que um velho regime, ditatorial e conservador, havia conduzido o país".*

Verificava-se, à época, uma fraquíssima produção de alojamentos. Portugal produzia anualmente cerca de um terço da média de construção de fogos por habitante. Estava estipulado, a nível europeu, 8 fogos por 1 000 habitantes e cá produzia-se, em média pouco mais de três. Para além deste aspecto, o ritmo de construção sofria de uma evolução deveras irregular (conferir Gráfico I ([49])) - facto que está relacionado com as crises cíclicas no sector da construção civil, quase sempre caracterizadas por falências e concentração empresarial - fizeram-se sempre sentir fortes problemas em termos organizacionais e ao nível dos equipamentos, os quais eram obsoletos e insuficientes. A assinalar a quebra de 41 000 fogos em 1967 para 27 580 em 1970 e o pico máximo de construção em 1974 com 42 580 fogos.

Depois do 25 de Abril verifica-se uma recessão na produção habitacional que começa a recuperar lentamente depois de 1977. Ainda sobre o período anterior, de relevar a fraca participação do sector público em matéria de construção, que rondava os 8%. A partir de 74 opera-se uma certa mudança, aumentando a participação do sector público para 17% em 1977 e estabilizando a partir daí para uma média de 14%. De referir ainda as Cooperativas de Habitação Económica - figurando também aqui os bairros das Associações de Moradores do processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) - que entre 1976 e 1985 constituiram 4% da produção habitacional ([50]).

Não tem cabimento aqui uma reflexão sobre a produção de alojamento em períodos mais remotos, nomeadamente ao longo das décadas do Estado Novo. No entanto, não podemos ignorar alguns aspectos cujas consequências se projectaram em tempos muito mais recentes. Primeiro, até finais de 50 e face o imobilismo de toda a sociedade portuguesa, agrícola e rural, as

---

([48]) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 59.

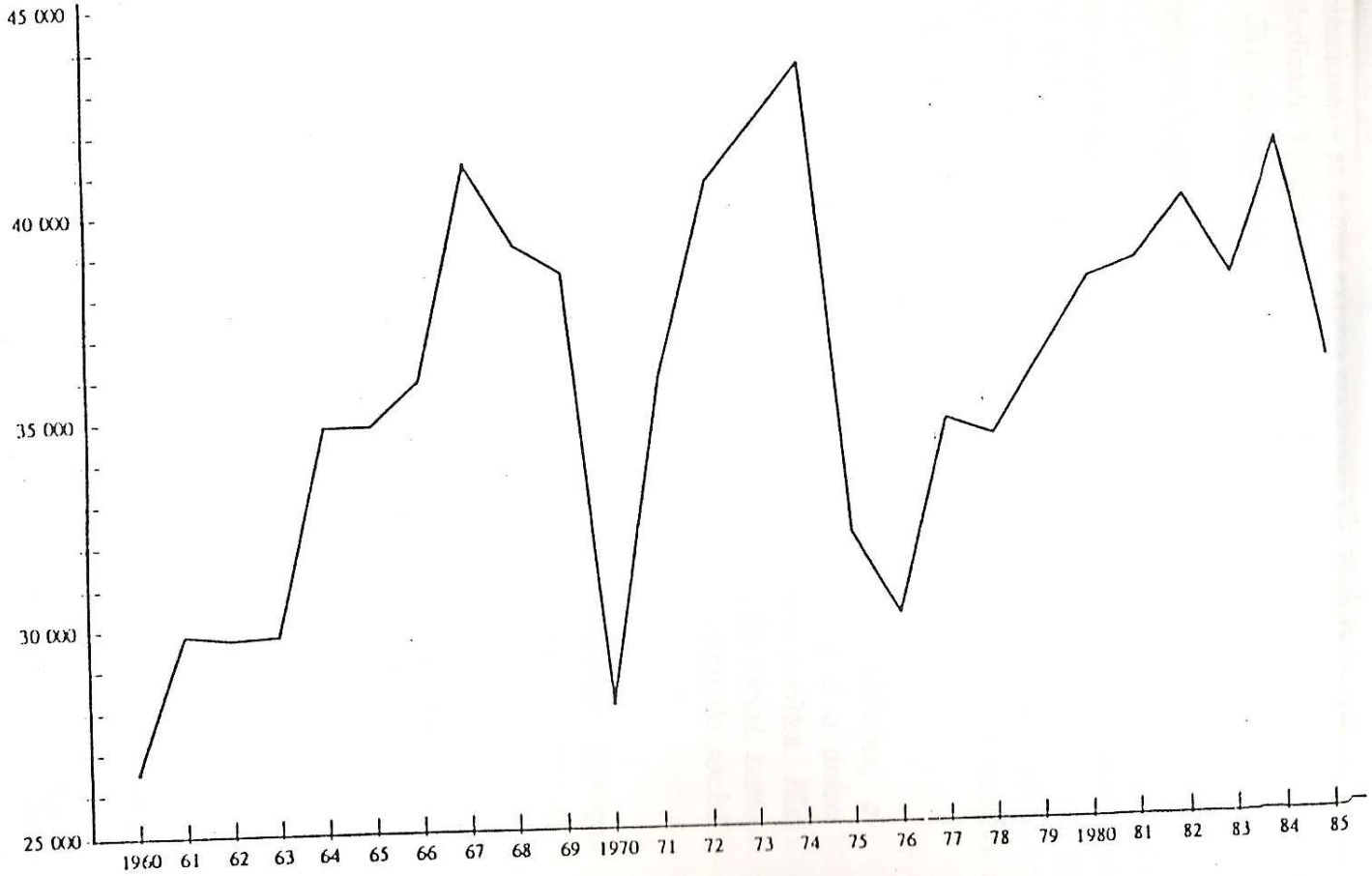
([49]) Trata-se do gráfico apresentado por A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 240, que para uma facilidade de análise reproduzimos aqui. Para uma interpretação mais detalhada desse gráfico, ver nessa mesma obra p. 59.

([50]) *Idem*, p. 60.

carências mais evidenciadas eram eminentemente qualitativas, perceptíveis nas más condições de habitabilidade, falta de infra-estruturas e equipamentos. Com este quadro geral de uma sociedade semi-paralisada, sem o impacto da industrialização e do consumismo, as necessidades também elas evoluem de forma lenta - para além de encontrarem fortes limites à sua expressão.

Gráfico 1

Total de Fogos Construídos (Promoção Licenciada)



Fonte: António Fonseca Ferreira, *Por uma Nova Política de Habitação*, Porto, Afrontamento, 1987, p. 59

Houve um claro esforço por parte de Salazar em conter a industrialização e a urbanização (51) defendendo o ruralismo associado a um tipo de mentalidade onde são valores dominantes a casa ("moradia isolada"), o lar e a família. Enquanto que na I República se tinha efectuado um esforço de criar alojamento para o novo operariado urbano, a partir do 28 de Maio a política habitacional - se é que existiu enquanto tal; lembre-se que só aparece um sector dedicado à habitação no Plano Intercalar de Fomento para 1965--1967 - era dirigida para a classe média.

A intervenção pontual do Estado surgia sempre de forma emblemática da sua política corporativista e, como tal, imbuída de forte simbolismo: "casas para famílias pobres", "casas para pescadores", "casas para funcionários públicos". Trata-se de um regime de casas económicas que tem subjacente a ideologia "cada português um proprietário" (52) mas, como bem faz notar Marielle Gros, a carga simbólica aqui presente não se confina ao trinómio "casa/ lar/ família":

> *"Todavia, se bem que represente uma constante, a vontade de reforçar a instituição da família não é o único objectivo da habitação concebida como uma arma política. Ela insere-se numa perspectiva mais vasta de repressão social, tanto a nível de selecção dos beneficiários, como no controlo social exercido através do 'habitat'"* (53).

A partir dos anos 40, os pequenos e tímidos avanços na industrialização lançam novas exigências na área da habitação, para além do facto de o regime das casas económicas deixar de assumir o papel preponderante que anteriormente detinha. Isso vai dar origem a um leque de iniciativas pouco criteriosas e desarticuladas (54). Entre elas, será de mencionar, por exemplo, a "promoção de bairros de renda limitada" em Lisboa e no Porto - nesta cidade são feitos bairros camarários entre 1956 e 1958. Estas medidas não resolvem, porém, a grande maioria dos problemas e

---

(51) *Idem*, p. 61. Acerca das consequências em travar a urbanização e procurar fixar as populações rurais (mantendo os seus níveis de subsistência), ver o artigo de Raúl da Silva Pereira, "Habitação e urbanismo em Portugal. Alguns aspectos actuais", *Análise Social*, nº14, 1966, especialmente p. 199. Do mesmo autor ver, também, "Problemática da Habitação em Portugal", Análise Social, nº 1e 2, 1963.

(52) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 61. Conferir, também, A. Alves Costa et al., "SAAL/NORTE - balanço de uma experiência", Revista *Cidade/Campo*, Cadernos da Habitação ao Território, nº2, 1979, p. 26 e Marielle C. Gros, *o. c.*, pp. 109 a 126.

(53) Marielle C. Gros, *o. c.*, p. 122.

(54) Marielle C. Gros, *o. c.*, p. 115.

nos inícios de 60 a população apresenta-se carente de cerca de 500 000 fogos e respectivas infra-estruturas, as más condições de habitabilidade no meio rural subsistem e a construção clandestina prolifera.

A. Fonseca Ferreira classifica o período que se estende desde 1965/68 até 1974, isto é, aquele que coincide sensivelmente com a era marcelista, de "fracasso da tecnocracia" ([55]). A produção de alojamento continuou a não contemplar as camadas mais carentes da população; os clandestinos proliferaram em consequência da impossibilidade de as famílias com pequenas poupanças construirem no mercado legal e da marginalização por parte das empresas mais débeis sem, por outro lado, existir qualquer tipo de sanção para as graves situações de especulação fundiária subjacentes.

Também no que concerne à legislação, esta manifestou-se inadequada, e a criação do Fundo de Fomento da Habitação - que surgiu como aposta de modernização do Sector e, por outro lado, como instrumento para uma maior intervenção do Estado na política e na promoção habitacionais - não realizou, até ao 25 de Abril de 1974, qualquer empreendimento digno de assinalar. J. Pinheiro Neves ([56]), relativamente ao Fundo de Fomento da Habitação, chama a atenção para a "*décalage*" e a desarticulação que sempre existiu entre o discurso, o diploma legal e as práticas do aparelho do Estado. Isto significa que os textos legislativos, apesar de contemplarem a criação de "agências de promoção habitacional" - e respectiva intervenção financeira do Estado - e considerarem a necessidade do enquadramento territorial nos processos de urbanização, não foram produzidos os meios que obviassem a exequibilidade das medidas práticas a tomar ([57]).

A partir de 1974, relativamente aos programas na área da Habitação, foram criadas diversas expectativas e efectivamente verificou-se um salto quantitativo (e qualitativo) relevante. Fonseca Ferreira ([58]) caracteriza o período de 74-76 nos seguintes termos:

([55]) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, pp. 62 a 67.

([56]) José Pinheiro Neves, "Contribuição para a análise do discurso estatal sobre a habitação (1965-1976)", *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso de Sociologia, vol. II, Lisboa, Associação Portuguesa de Socilogia e Editorial Fragmentos, 1990, pp. 491 e 493.

([57]) Sobre esta temática diz-nos A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 119, "Até 1974 a acção do organismo [FFH] limitou-se, praticamente, ao prosseguimento das obras e projectos dos serviços extintos". No mesmo sentido ver J. Pinheiro Neves, o. c., p. 495: "Só a partir de 1971 o FFH vê alargados os seus poderes de intervenção, nomeadamente financeiro, substituindo o papel até aí desempenhado pelas Caixas de Previdência".

([58]) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 68.

"grande reforço da intervenção do Estado, quer em termos do fomento directo da produção habitacional, quer nos domínios da política urbanística e de solos".

Todavia, a partir de 1976 começa a constatar-se uma neutralização das medidas anteriores e uma "progressiva liberalização da política habitacional e urbanística" - aspectos que nos propomos desenvolver no próximo capítulo.

2.2.1. Alguns dados sobre a habitação no Porto

Analisando a questão ao nível da cidade do Porto - em virtude do interesse especial que este centro urbano assume no nosso estudo - começaremos por proceder a uma sucinta retrospectiva de questões directa e indirectamente relacionadas com a habitação e respectiva crise (ou seus sintomas) nesta cidade.

O desenvolvimento industrial na cidade conheceu uma maior intensidade na segunda metade do século passado. A construção das primeiras fábricas (na sua maioria têxteis) provocou um crescimento populacional que entre 1864 e 1911 foi quase de 124%. Os trabalhadores que atraídos pelas indústrias acorriam à cidade, para além de desfrutarem de péssimas condições de trabalho, confrontavam-se com a precaridade das habitações e do consumo em geral ([59]). A industrialização é assim acompanhada de fracas condições de vida e de higiene (inexistência de água canalizada e de rede de saneamento básico) e, portanto, relacionada com doenças profissionais e com o aumento da mortalidade.

No sentido de evitar situações limite potenciais geradoras de uma crise de reprodução não só social mas principalmente económica do sistema, as classes dominantes procuram satisfazer os limiares mínimos de alojamento para os trabalhadores. No Porto não é tanto a burguesia industrial que investe

---

([59]) Marielle C. Gros, *o. c.*, pp. 54 a 59 e A. Alves Costa et al., *o. c.*, pp. 19. Em vários pontos deste trabalho tem sido referida a tardia ou a débil e inconsistente industrialização do país. Julgamos conveniente clarificar que tais asserções (por vezes citações) não correspondem à rejeição ou ignorância dos surtos e processos de industrialização que, apesar de frequentemente inconsequentes, a sociedade portuguesa (e o Porto em particular) conheceu. Neste sentido, diz-nos Marielle Gros, *o. c.*, p. 61: "Se é verdade que o capitalismo industrial não avançou em Portugal, com o mesmo vigor que noutros países europeus, a cidade do Porto foi, sem dúvida alguma, no século XIX, um dos grandes pontos do seu desenvolvimento".

no alojamento dos seus operários (60) mas a pequena e a média burguesias detentoras de pequenas poupanças que aproveitam o quintal das suas moradias "ou terrenos nas traseiras", para construir casas minúsculas posteriormente arrendadas a preço elevado (61). Assim, na viragem do século, cerca de metade da população vive em ilhas (Fontaínhas, S. Vítor, Fontinha, Montebelo, Antas, Campo Pequeno, Carvalhido) localizadas perto dos principais núcleos industriais.

O problema das ilhas, levantado bem cedo por Ricardo Jorge (62), vai ficando sempre por resolver até porque, como já atrás foi dito, o tipo de população prioritariamente almejada pelo salazarismo era aquela correspondente aos estratos da classe média. No Porto e dentro da política das "casas económicas" são construidas 1562 habitações; constituem exemplo de tal tipo de iniciativa bairros, como o de Marechal Gomes da Costa, Ilhéu, Condominhas, Amial e Ramalde.

Mas voltemos ao caso das ilhas. O Plano de Salubrização das Ilhas, instituído em 1956, falhou porque não havia condições de realojamento das pessoas a deslocar. Entretanto, a construção dos Bairros Camarários levada a cabo pela respectiva entidade, permitiu a destruição de ilhas insalubres e o envio dessas populações para a periferia. Não bastasse a deslocação e o desenraizamento, as populações foram ainda completamente divididas por diferentes bairros e submetidas a um regulamento que controlava inclusivamente o seu "comportamento moral" (63). Para além de isoladas, viviam sob o permanente medo da transgressão do regulamento, às vezes denúncia infundada, correndo o risco de perderem o direito `a casa.

Como estes bairros são insuficientes perante o conjunto das necessidades e uma vez que as ilhas deixam de ser solução, agudizam-se outros fenómenos como o das casas sobreocupadas, as barracas, os clandestinos (concelhos limítrofes do Porto: Maia, Gaia, Matosinhos, Valongo, Gondomar), a ocupação de casas devolutas e a sublocação. Este último tipo de recurso, não raras vezes chamado de "colmeias humanas", era gerido pela figura do já mencionado intermediário, designado de "subaluga".

---

(60) Chegaram a verificar-se alguns casos de industriais, movidos ora por ideais filantrópicos (como é o caso da Fábrica da Areosa) ou por fins especulativos, que construiram casas para os seus operários.

(61) Marielle C. Gros, *o. c.*, pp. 57 a 59. A. Alves Costa et al., *o. c.*, pp. 19 a 21.

(62) Sobre a insalubridade das ilhas do Porto e as "moléstias infecciosas" respectivas, ver Ricardo Jorge, *Demografia e Higiene na Cidade do Porto*, Porto, 1899.

(63) A. Alves Costa, *o. c.*, p. 29.

Quando se dá o 25 de Abril, os movimentos sociais urbanos, voltados obviamente para a questão da habitação, têm origem no Porto nos bairros camarários e nas casas subarrendadas - enquanto em Lisboa as lutas desencadeadas partem dos clandestinos e das barracas. Relativamente à cidade do Porto, é naqueles lugares que nascem a maior parte das comissões de moradores , muito embora com lutas distintas: enquanto os moradores dos bairros sociais pretendiam prioritariamente a extinção do regulamento a que estavam sujeitos, os habitantes das zonas degradadas reivindicavam o direito à habitação e o *direito ao local* .

Logo no 1º de Maio de 1974 é entregue no Quartel General o primeiro documento reivindicativo pela comissão *ad-hoc* do Bairro S. João de Deus, bairro que se tornou num dos grandes impulsionadores do processo e que assim assinalou o início da onda de movimentações populares que durante largos meses iria dominar a cidade.

CAPÍTULO III

O PERCURSO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: DO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO À CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO

1. O PROCESSO SAAL E AS COMISSÕES DE MORADORES NA CIDADE DO PORTO

A referência e a análise do processo SAAL (Serviço de Apoio Ambulatório Local) sugere-nos que retomemos uma questão levantada no anterior capítulo, a do Fundo de Fomento da Habitação, organismo dentro do qual o SAAL tomou forma e desenvolveu a sua acção.

Até 1974 o Fundo de Fomento da Habitação tinha em funcionamento três programas em termos de habitação: "promoção directa, obras comparticipadas e auto-construção". Mas depois dessa data passou a considerar mais sete programas para além do apoio à constituição dos Serviços Municipais de Habitação. Estas medidas são significativas do crescente envolvimento estatal na promoção habitacional ([1]):

> *"Da promoção anual média anual inferior a 1 000 fogos antes de 1974, passou-se para o lançamento de cerca de 9 000 fogos em 1975 e mais 14000 no ano seguinte. Entre 1975 e a extinção do organismo em 1982, o FFH* [Fundo de Fomento da Habitação] *promoveu cerca de 72 000 fogos, a um ritmo médio*

([1]) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, pp. 119 e 120.

anual de 9000 habitações, sem contar com o PRID [Programa de Recuperação de Imóveis Degradados]".

De acordo com Pinheiro Neves, com o 25 de Abril o discurso político na área da habitação abarca três grandes temas: "a intervenção institucional", a intervenção no território" e "a intervenção financeira" (2).

Melhor concretizando, em termos institucionais poucas alterações se verificaram no pós 25 de Abril. Como mudança mais significativa será de mencionar o facto de as instituições de Previdência deixarem de financiar o sector habitacional. Na sequência disso, e concretamente a nível financeiro, o sistema bancário substituiu aquelas instituições de Previdência. A Banca nacionalizada passou a financiar tanto particulares como o próprio Fundo de Fomento da Habitação. Em termos territoriais assistimos a uma concentração e centralização das instituições do Estado - "único agente de promoção pública e privada de habitação".

Essa intervenção estatal, directa e indirecta verificada entre 74 e 76, foi visível, segundo Pinheiro Neves (3), nos seguintes campos: sector público de construção de habitação social (onde se observou um aumento da promoção directa); "apoio à iniciativa privada através dos contratos de desenvolvimento de habitação"; concessão de empréstimos às autarquias locais; programa SAAL. Para este autor trata-se, no entanto, de medidas eminentemente conjunturais, e como tal, pouco coerentes e inconsequentes quanto às grandes amplitudes dos objectivos.

Depois de 1976 a situação foi-se progressivamente alterando, passando a fomentar-se uma maior intervenção da promoção privada. Deste modo, foi também incentivada a aquisição de habitação própria (4) verificando-se, para o efeito, uma maior intervenção do Estado neste sector através do incentivo do livre mercado.

Lentamente, os programas de financiamento de promoção pública ficaram desprovidos de apoio - o que veremos de seguida a propósito do

---

(2) J. Pinheiro Neves, *o. c.*, p. 496.

(3) *Idem*, p. 496.

(4) Sobre a política de aquisição de casa própria consultar o artigo de Raul da Silva Pereira, "A habitação própria - solução do problema habitacional?", *Análise Social*, vol. XIX, 1983. Baseado num inquérito efectuado em finais de 70 aos indivíduos que contraiam empréstimos de habitação na Caixa Geral de Depósitos, o autor procura demonstrar que esta solução se reduz a uma fracção reduzida da população, relativamente homogénea em termos de categoria socio-profissional, idade e agregado familiar - ficando por contemplar os estratos mais carenciados.

SAAL - e uma vez mais se acentuou a desarticulação entre os diferentes programas e serviços, bem como uma concentração de competências, para já não falar da inadequação de alguns daqueles programas à realidade do país e dos reflexos das mudanças de conjuntura financeira verificadas em 1978-79 e em 1982-85 (5). Estima-se que, dos 40 000 fogos previstos em 1974-75, se construiram 7 000.

1.1. O princípio e o fim do SAAL

Numa situação de mobilização generalizada da sociedade civil - como aquela que se verificou nos meses seguintes a Abril de 1974 - que não se limitava ao meio urbano nem às áreas de contestação em torno da habitação, lembramos, como mais um exemplo, os problemas no mundo do trabalho - o Estado procurou adaptar-se à conjuntura revolucionária, mas carecendo sempre de orgãos de mediação que objectivassem a sua relação com a sociedade civil. Entre as tentativas de mudança efectuadas, uma das mais marcantes é a da criação do Serviço de Apoio Ambulatório Local, corpo técnico especializado com vista a apoiar, através das autarquias, as iniciativas populares a nível da habitação.

O discurso que subjaz ao SAAL data, no entanto, de um período anterior. As suas origens podem ser localizadas no "Colóquio sobre Habitação" promovido em 1969 pela Associação de Inquilinos Lisbonenses. Mais tarde, em 1974, os técnicos (na sua maioria arquitectos), ligados à habitação, defendiam uma "transformação das práticas estatais", consideradas demasiado burocratizadas. Como veremos de seguida, o SAAL nasce, assim, neste contexto como caso paradigmático, uma vez que se afigura bem representativo das contradições do sistema (6).

O SAAL, criado em 6 de Agosto de 1974 na sequência de um despacho assinado em 31 de Julho desse mesmo ano pelo Ministro da Administração Interna e do Equipamento Social e do Ambiente e do

---

(5) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, pp. 77 e 78. Este autor refere, entretanto, a excepção do Governo de Mª de Lurdes Pintasilgo onde se constatou um relançamento de 2000 fogos. *Idem*, pp. 86 e 87.

(6) J. Pinheiro Neves, *o. c.*, p. 497. Nessa mesma página diz Pinheiro Neves: "Embora tivesse sido marcado pela conjuntura política, nomeadamente através da intensificação da retórica política no discurso dos técnicos, parece-me que constitui um caso exemplar da desadequação do discurso técnico ou tecnocrata, tanto em relação aos agentes e participantes directos (aparelho de Estado burocratizado), como aos grupos sociais relevantes presentes nesse discurso".

Secretário de Estado da Habitação e Urbanismo - respectivamente, Manuel Costa Brás e Nuno Portas -, destinava-se prioritariamente a apoiar e dinamizar populações mal alojadas (7). Noutro sentido, este organismo seria uma potencial alternativa aos tradicionais serviços burocráticos, procurando assim ultrapassar a morosidade de processos inadequados a situações que exigiam soluções de curto-prazo.

Verifica-se, desta forma, uma reorientação das actividades do Fundo de Fomento da Habitação expressa no "Programa de Acções Prioritárias" para a Habitação e do qual consta, para além da criação do SAAL, a reabilitação dos bairros degradados. O SAAL surgia, assim, vocacionado para apoiar "os estratos mais insolventes", todavia, detentores de capacidade organizativa e motivados para a procura, ou pelo menos para a colaboração na resolução dos seus próprios problemas - resolução essa que passaria inevitavelmente e em primeira mão por um apoio estatal "em terrenos, infra-estruturas técnicas e financiamento" (8).

Estas medidas operaram-se numa vaga de contestação popular, onde foram primeira linha as comissões e as associações de moradores, reivindicando melhor habitação, novos bairros, infra-estruturas, creches e infantários, saneamento básico, antecipando certas soluções através, por exemplo, da vaga de ocupações de casas.

Genericamente, os habitantes dos bairros degradados, exigiam: novos bairros no local - usando como principal argumento a proximidade do emprego e o custo dos transportes - dispondo-se a colaborar na sua construção, oferecendo para isso o seu próprio trabalho e comprometendo-se a pagar rendas compatíveis com os seus rendimentos. Desta forma, as suas expectativas relativamente ao Estado se pautava por parâmetros técnicos e financeiros (9). Essas iniciativas dos moradores seriam apoidas pelo SAAL que, em colaboração com as Câmaras, trabalharia e apoiaria a transformação e construção dos bairros. Esperava-se um papel extremamente activo dos moradores em todas as fases da operação, inclusivamente ao nível da discussão da forma e utilização dos espaços privados e comuns. Tal como o

---

(7) O Despacho publicado na 1ª Série do Diário do Governo de 6 de Agosto de 1974 referia que o *FFH se incumbia de organizar "um corpo técnico especializado designado de Serviço* de Apoio Ambulatório Local (SAAL), para apoiar, através das Câmaras Municipais, as *iniciativas de populações mal alojadas no sentido de colaborarem na transformação dos* próprios bairros, investindo os próprios recursos latentes e, eventualmente, monetários".

(8) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 83. Cfr., de igual modo, Mário Brochado Coelho, "Um processo organizativo de moradores (SAAL/NORTE)", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº18, 19 e 20, Coimbra, CES, 1986, pp. 647 a 649.

(9) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 83.

afirma A. Fonseca Ferreira, o trabalho dos técnicos deveria estar assim subordinado à vontade dos moradores ([10]):

> *"Embora não explicitamente referido no diploma fundador, à metodologia proposta estava subjacente um dos atributos posteriormente reivindicado para o SAAL: uma forma inovadora de intervir na cidade através do controlo popular de todo o processo - escolha do local dos novos bairros; discussão e aprovação do plano urbanístico, dos equipamentos, das tipologias e dos padrões construtivos; adjudicação e controlo das obras; e atribuição e gestão do património habitacional".*

No que respeita às Câmaras seriam responsáveis eminentemente pelo "controlo urbanístico da localização e cedência do solo", sendo ainda designadas como "interlocutores directos da organização dos interessados". Por outras palavras, esperava-se que funcionassem também como orgãos de mediação; depreendendo-se, ainda, do Despacho da criação do SAAL que as suas brigadas teriam por objectivo colmatar as insuficiências das Câmaras.

O SAAL foi-se transformando através da profunda articulação e implicação com o movimento popular, adaptando-se à diversidade de situações. Em termos sistemáticos, o SAAL regia-se pelos seguintes princípios básicos ([11]):

- intervenção em termos de apoio à organização e às iniciativas dos moradores pobres;
- controlo sobre a localização dos núcleos habitacionais;
- controlo sobre o trabalho e prestação de apoio técnico;
- gestão da obra;
- controlo sobre o processo de financiamento;
- gestão social das casa e dos bairros.

Não obstante os objectivos do SAAL não estarem à partida bem definidos, esses objectivos foram sendo reformulados a partir dos próprios contactos com os moradores, orientando-se assim por procedimentos pouco convencionais e em paralelo questões cada vez mais controversas foram-se avolumando, seja em relação aos terrenos, financiamentos, auto-construção, articulação entre os serviços, etc. ([12]). Surgiram dificuldades diversas na

---

([10]) *Idem*, p. 85.

([11]) A. Alves Costa et al., *o. c.*, p. 55.

([12]) Sobre toda essa controvérsia ver A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, pp. 87 a 91. Cfr. também J. Pinheiro Neves, *o. c.*, pp. 498 a 500. Ainda acerca desta questão diz M. Brochado

aquisição dos terrenos, os processos de expropriação tornaram-se morosos ou foram simplesmente bloqueados. Não foram também tomadas as medidas legais necessárias à apropriação pública daqueles terrenos e "a sua posterior transferência para as associações de moradores" ([13]). O que efectivamente aconteceu foi que as simplificações legislativas introduzidas no processo de expropriação não foram suficientes e surgiram tarde demais.

Relativamente ao financiamento, este assenta basicamente na concessão de determinados montantes a fundo perdido e em empréstimos a uma baixa taxa de juro. "Entretanto, concederam-se subsídios a fundo perdido às associações sem que este tipo de apoio tenha sido globalmente regulamentado" e, neste caso, uma vez esgotado o fundo perdido não se concretizaram empréstimos, ficando as obras paradas. Não será demais sublinhar a grande indefinição que sempre se constatou a este nível ([14]).

Como já foi dito, a ideia básica era a de a população se organizar e participar no processo de transformação do bairro, construindo as suas próprias casas. Mais tarde, essa metodologia deixou de ser consensual, pois a maior parte dos moradores passaram a entender a auto-construção como um fenómeno de "dupla exploração":

> *"Com o desenvolvimento e a politização do processo começaram a surgir posições de recusa de autoconstrução por parte das organizações de moradores e das brigadas. Argumentava-se como facto de se tratar de populações pobres para as quais a auto-construção significaria uma dupla exploração, socialmente injusta: exploração no mercado de trabalho e exploração através da participação na construção das casas"* ([15]).

Fonseca Ferreira atesta que a auto-construção é uma via que não se coaduna com o modo de vida urbana, funcionando melhor em contextos rurais, em virtude da tipologia de construção e das formas de organização que esta modalidade exige.

Coelho, *o. c.*, p. 650, "...só em Outubro de 74 surgiram os dois primeiros projectos de diplomas legais contendo matéria específica para o arranque da actividade do SAAL e elaboradas pelos seus serviços centrais:
- expropriação de terrenos;
- financiamento das operações".

([13]) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 87 e M. Brochado Coelho, *o. c.*, p. 657.

([14]) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 88.

([15]) *Idem*, p. 89.

Também a nível dos serviços nem sempre as coisas funcionaram bem. Apesar de estar prevista uma colaboração estreita entre as brigadas do SAAL e as Câmaras Municipais, o facto é que nunca chegaram a ser definidas, em termos normativos, as funções e competências respectivas, provocando assim disfunções de vária ordem, mesmo (e principalmente) nas relações estabelecidas com as comissões de moradores, acabando as Câmaras por desempenhar um papel bastante secundarizado. As diversas indefinições empurraram as brigadas do SAAL para situações ambíguas entre o Fundo de Fomento da Habitação e os moradores.

Sempre à margem do próprio organismo que o criou e apesar de dependente dele, o SAAL, ao invés de propagar a sua dinâmica e a sua lógica de funcionamento aos restantes serviços - convencionais e burocratizados - do Fundo de Fomento da Habitação, acabou por ser progressivamente marginalizado, acabando finalmente por sucumbir ([16]).

Passados pouco mais de dois anos sobre o Decreto-Lei que o instituiu, mais propriamente no dia 28 de Outubro de 1976, saiu em Diário da República um despacho do Ministério da Habitação, Urbanismo e Construção (MHUC) e do Ministério da Administração Interna (MAI) que veio pôr fim ao SAAL, acusado de actuar à margem do Fundo de Fomento da Habitação e das câmaras municipais, chegando a sugerir-se que o SAAL contribuiu para o proliferar da construção clandestina e dos bairros degradados. Na óptica de Fonseca Ferreira ([17]), tratou-se de uma forma de alimentar uma opinião pública desfavorável àquele organismo. No entanto - e de forma algo contraditória - não foram efectuadas ao longo dos dois anos de existência do SAAL quaisquer medidas correctivas e de reorientação relativamente à actuação daqueles serviços. A partir desse momento, as câmaras ficariam encarregadas pelas operações em curso, sem todavia estas serem apetrechadas dos meios financeiros necessários.

Enfim, pode dizer-se que o Estado nunca muniu o SAAL de instrumentos legais adequados. Após os já referidos ataques às associações de moradores (e às brigadas), a tónica é posta nos seus carácter e actuação ilegais e o processo SAAL é bloqueado. Os técnicos deste organismo são

---

([16]) *Idem*, pp. 90 e 91. Acerca do conjunto de indefinições que desde o início marcou a actuação do governo relativamente ao SAAL cfr., também, M. Brochado Coelho, *o. c.*, p. 657.

([17]) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, pp. 91 e 92. M. Brochado Coelho, *o. c.*, pp. 661 e 662, procuram enumerar os principais agentes e grupos envolvidos na oposição às operações SAAL/Norte, antes da declarada oposição política do governo. Será de destacar funcionários da autarquia e do FFH, técnicos ligados a partidos políticos e ao poder central que se sentiram marginalizados pelo processo e ainda proprietários cujos terrenos efectiva ou virtualmente seriam submetidos a expropriações.

acusados de responsáveis por iniciativas de anarquia urbanística e as associações de moradores são acusadas de manipulações partidárias.

Apesar dos responsáveis dos Serviços de Habitação declararem que a extinção do SAAL não significava a suspensão do programa, antes a sua recondução, o certo é que "dos cerca de 4 000 fogos potencialmente adjudicáveis, em 1977 e 1978 somente foram iniciados 293 e 374, respectivamente" ([18]).

Em 1976, o Estado, ao procurar reafirmar a sua autoridade, procede à marginalização do movimento social, desmobilizando-o, bem como às forças políticas que o apoiavam /manipulavam ([19]), extinguindo o SAAL, órgão que anteriormente se pretendia de mediação, mas que acabou por permanecer periférico em relação ao aparelho do Estado.

É difícil determinar com exactidão o trabalho produzido pelo SAAL e particularmente o número de fogos. Fonseca Ferreira ([20]) apresenta o seguinte balanço à data da sua extinção:

. associações legalizadas - 131
. operações - 174
. famílias envolvidas - 40 000 (aproximadamente)
. terrenos adquiridos - 40 ha
. projectos concluídos - 4 000 fogos (aproximadamente)
. fogos iniciados - 2 259

Conclui-se ainda que o "principal estrangulamento" se situou ao nível da indisponibilidade de terrenos, uma vez que no início dos empreendimentos muitos dos terrenos se encontravam em situação irregular.

([18]) *Idem*, pp. 86 e 87.

([19]) B. de Sousa Santos, *o. c.*, pp. 31 e 32. Pinheiro Neves diz que o Estado relativamente ao SAAL passa de uma atitude de "*resistência passiva* através da morosidade de aprovação de projectos" para uma "*estratégia activa* de marginalização institucional da estrutura orgânica do SAAL", *o. c.*, p. 500 (sublinhado nosso).

([20]) A. Fonseca Ferreira, *o. c.*, p. 86.

1.2. A constituição das comissões de moradores e respectiva passagem a associações

No Porto é mobilizada principalmente a população das ilhas - quase todas localizadas na periferia do núcleo central - com origem no proletariado industrial e urbanizado, como vimos de origem recente (cerca de 100 anos). Entretanto, quando ocorre o 25 de Abril, essa população era constituída por operariado e trabalhadores do terciário, tratando-se frequentemente de populações que tinham reagido mal ao seu realojamento noutras partes da cidade. Mas a origem das comissões de moradores é bem diversa e a sua base social muito heterogénea - não só em termos de classe como ao nível de outras variáveis ([21]).

De acordo com Sérgio Lopes, onde existiam associações, grupos e centros culturais e recreativos, as associações de moradores tinham dificuldade em se implementar, devido a clientelismos e às tradicionais redes de poder local que aqui e ali subsistiam. É que antes do 25 de Abril só havia (uma certa) tradição de luta nos bairros camarários e tradição organizativa nos bairros de origem operária ([22]).

No final do anterior capítulo referimos que escassos dias após o 25 de Abril - mais propriamente no Dia do Trabalhador de 1974 - foi entregue no Quartel General o primeiro documento reivindicativo por uma comissão *ad-hoc* de um bairrro camarário: o Bairro S. João de Deus. Novos processos reivindicativos foram desencadeados a partir dessa data e, concomitantemente, foi aumentando a expressão do movimento popular pela melhoria da habitação: Bairro de Previdência da Pasteleira, Bairros camarários de S. Vicente de Paulo, da Pasteleira e de S. Roque, "ilha do Acácio".

Em 15 de Julho de 1974, numa sessão plenária de comissões de moradores dos bairros camarários, seria aprovada a revogação do

---

([21]) Ver sobre este assunto a "Análise de Casos" feita por Sérgio Lopes, *État et "moradores" - le SAAL et les comissions de quartier à Porto (25 avril 1974 - 30 août 1976)*, Paris, ed. do autor, s. d., cap. III, pp. 27 a 137.

([22]) *Idem*, pp. 128 e 129. Exemplificativo das dificuldades de instauração da associação de moradores enquanto única entidade representativa dos moradores junto do SAAL foi o caso da Sé - bairro marcado por fortes redes de clientelismo e por associações e colectividades concorrenciais entre si. *Idem*, pp. 72 e 73.

regulamento em vigor para os respectivos bairros ([23]). Brochado Coelho descreve-nos este processo de nos seguintes termos:

> *"Lentamente mas de modo muito claro, o movimento de moradores começou a sedimentar-se e a cristalizar sob cinco formas distintas:*
> *- o dos bairros camarários do Porto;*
> *- o das casas-colmeia;*
> *- o das operações SAAL/Norte;*
> *- o das casas ocupadas;*
> *- o das situações restantes"* ([24]).

A pouco e pouco toda a força da movimentação dos bairros camarários se foi transferindo para as operações SAAL/Norte. Mais tarde, o poder central acabou por criar um gabinete coordenador dos bairros camarários e o movimento dos bairros foi, assim, votado a um certo isolamento por via da sua dependência relativamente à Câmara Municipal ([25]).

Relativamente às restantes situações, elas assumiram um elevado grau de complexidade: o movimento popular criou formas organizativas próprias ("comissões *ad-hoc* ", "comissões instaladoras" e "comissões de moradores") pautadas todas elas pela informalidade e por um modo de organização espontâneo, sem qualquer estrutura formalizada em termos legais. No entanto, o SAAL impunha aos moradores a sua organização formal em cooperativas de habitação económica ou associações de moradores ([26]).

([23]) Esse regulamento denominava-se "Princípios Fundamentais Reguladores dos Bairros Camarários da Cidade do Porto".

([24]) Cfr. Mário Brochado Coelho, *o. c.*, p. 651. Mais adiante, na p. 656, o autor procede à descrição de todas estas situações e respectivas lutas: bairros camarários, casa-colmeia (luta contra a "sub-aluga"), ocupação de casas devolutas e bairros de lata (caso de "Xangai").

([25]) Conselho Nacional do SAAL, *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, 1976. Para uma resenha factual e cronológica deste período e no que concerne às CMs e ao próprio SAAL, este documento afigura-se-nos essencial. No mesmo âmbito encontra-se o artigo já citado de Mário Brochado Coelho.

([26]) Mário Brochado Coelho, *o. c.*, p. 651. Na página anterior o autor diz o seguinte: "utilizou-se a expressão *recuperação e renovação urbanas de zonas de habitação degradada e de bairros de barracas* como sendo esse o objecto de intervenção do SAAL e apontaram-se as duas formas admissíveis de organização dos moradores interessados em tais operações: *cooperativas de habitação económica* e *associações de moradores*". Brochado Coelho refere ainda o comunicado nº13 do SAAL/Norte, documento em que são sintetizados os diferentes tipos de organização dos moradores. *Idem*, p. 655.

Os moradores do SAAL/Norte acabaram por ceder à pressão da legalização, optando pela modalidade de associação de moradores em detrimento da cooperativa de habitação económica. Diga-se, entretanto, que em fase posterior - isto é, anos mais tarde - algumas associações de moradores transformaram-se em cooperativas, no intuito de facilitarem a viabilidade ou a conclusão dos processos de construção em curso.

A opção unânime inicialmente tomada, de os moradores optarem pela forma associativa ao invés da cooperativa, representa

> *"um dos momentos centrais do processo SAAL e toca uma das pedras-base desta experiência: pela primeira vez o Estado criara um sistema de financiamento de operações habitacionais destinadas a estratos da população insolventes cuja organização só poderia ser organizativa ou executiva"* ([27]).

Contrariamente, as cooperativas são um modelo associativo adequado a populações solventes, o que significa estratos da população que no campo habitacional possuem 'recursos latentes', pequenas poupanças que irão permitir a participação dos sócios ao nível do próprio financiamento. Estamos, assim, perante populações bem diferenciadas.

No que respeita às comissões de moradores, a fase de 74-75 corresponde à sua institucionalização e passagem a associações de moradores. Especialmente as populações da área de intervenção do SAAL/Norte manifestaram-se sensíveis à necessidade de legalização, tendo optado pela, já mencionada, forma jurídica "associação de moradores". Só no Porto, constituiram-se como tal cerca de 35.

Deste período de institucionalização constou também, obrigatoriamente, a elaboração de estatutos onde apareciam formulados os fins a que se propunham as associações. Apesar de algumas variantes ao nível de uma ou outra alínea, quase todos os estatutos partilham quatro objectivos principais que transcrevemos de seguida:

a) melhoria das condições de habitação dos seus associados;

b) defesa dos interesses dos associados perante as autarquias locais (Câmara Municipal e Junta de Freguesia), os diversos orgãos do governo e todas as demais entidades públicas e privadas;

([27]) *Idem*, p. 669.

c) desenvolvimento do espírito associativo dos associados através de actividades de índole cultural, recreativa, social, sanitária, económica e de apoio à infância;

d) criação de uma cooperativa de consumo aberta a não associados.

Parece claro o facto de a habitação figurar como primeiro objectivo, apresentando-se ainda, pelo menos nesta fase inicial e para a quase totalidade das associações de moradores, como questão prioritária. Embora não sendo expresso de forma explícita, a prossecução desse objectivo tinha como consequência generalizada o realojamento dos associados, uma vez que a "melhoria das condições de habitação" não poderia ser viabilizada por outro meio que o da construção de novas casas.

Toda a acção do movimento popular foi inegavelmente um processo significativo: as comissões de moradores, depois transformadas em associações de moradores, foram autênticos órgãos de decisão local. Em 5 de Abril de 1975 (em Plenário das comissões de moradores e das brigadas do SAAL/NORTE realizado no Palácio de Cristal) é mesmo exigida "a nacionalização dos solos urbanos e urbanizáveis" ([28]) e a gestão popular dos mesmos - projecto que iria bem mais longe dos formulados nos estatutos das associações. Ainda que a sua importância interventiva se afigure temporalmente delimitada, há objectivos e "conquistas" que na altura foram conseguidos. Para exemplificar os mais elucidativos, podemos citar:

a) a suspensão das acções de despejo dos senhorios em casas em regime de sublocação;

b) a abolição do regulamento anterior a 74 em vigor nos bairros camarários;

c) a confirmação da promessa por parte do Secretário de Estado da Habitação - o Arqt° Nuno Portas - de aumento de concessão de verbas a "fundo perdido";

d) o funcionamento (temporário) de um Conselho Municipal, "órgão popular de discussão" de carácter anti-burocrático com o objectivo de supervisionar e criticar a autarquia ([29]).

([28]) Conselho Nacional do SAAL, *o. c.*, p. 17 e A. Alves Costa et al., *o. c.*, p. 50.

([29]) Relativamente a este Conselho Municipal convirá acrescentar que o mesmo foi criado depois do 11 de Março de 1975. O comandante Corvacho, da Região Militar Norte,

Tudo isto acarretava implicações de outra ordem. Estavam em discussão outros problemas para além da habitação: o desporto, a saúde, o ensino, a cultura... enfim, estas e muitas outras componentes que envolvem um modo de intervir e as próprias relações sociais e de sociabilidade no espaço urbano. A ambição por parte dos actores implicados era grande: visava a introdução de uma nova metodologia de intervenção na cidade. Do direito à habitação procurava-se passar à conquista do direito à cidade ([30]). Nas palavras de Brochado Coelho:

> "[...] *tais comissões e associações são* [foram] *organizações de moradores e de zona, bairro, rua, quarteirão ou edifício que têm como objectivo nuclear a melhoria das suas condições de habitação (em sentido lato), do seu equipamento social e do seu ambiente. Partem, portanto, de uma dada comunidade humana (delimitada espacialmente em termos não formais nem administrativos) e de problemas concretos a todos os seus membros*" ([31]).

A extinção do SAAL, as alterações legislativas, o fim da concessão de verbas às associações de moradores em 1977, inviabilizaram muitos projectos ou não permitiram a completa exequibilidade de outros.

Algumas associações de moradores desapareceram, outras cumpriram parte da sua missão, construindo casas para a população local (geralmente não conseguindo abranger a totalidade); outras transformaram-se em cooperativas e anularam o sentido inicial da representatividade do bairro; em alguns casos foi abandonada, definitivamente, a questão da habitação passando-se à direcção, promoção ou gestão de actividades de carácter social (equipamentos colectivos de assistência à infância e ao idoso), cultural-recreativo ou desportivo. Em termos gerais, e concretamente no que respeita ao SAAL/Norte, o balanço é o seguinte ([32]):

---

substituiu a Comissão Administrativa da Câmara (constituída pelos partidos da coligação governamental) por uma Comissão Militar. Esta decisão foi sintomática da aceitação das reivindicações dos organismos de base, os quais passaram a pertencer ao Conselho Municipal: delegados das comissões de moradores dos bairros camarários, delegados das comissões de moradores do "processo SAAL", comités sindicais dos diversos serviços municipais, cooperativas, juntas de freguesia, delegados dos bombeiros e da polícia, etc.. Cfr. Sérgio Lopes, *o. c.*, pp. 108 e 109.

([30]) A. Alves Costa et al., *o. c.*, p. 55.

([31]) M. Brochado Coelho, *o. c.*, p. 666.

([32]) *Idem*, p. 658.

"Havia 45 associações de moradores legalizadas e 16 comissões de moradores interessadas em 65 operações do SAAL/Norte em curso nos concelhos do Porto, Vila Nova de Gaia, Matosinhos, Gondomar, Valongo, Maia, Marco de Canaveses, Espinho e Ovar, correspondendo a 16 855 famílias envolvidas num total de mais de 60 000 pessoas carenciadas de habitação. Havia ainda mais 47 pedidos de intervenção aguardando início de resposta. Estavam em construção, apesar de tudo, 374 fogos e prontos para arranque até ao fim de 1977 um total de outros 1 973 fogos..."

Um aspecto que não poderíamos deixar de abordar aqui é o da "discutível" ligação e intersecção das comissões de moradores e associações de moradores aos aparelhos político-partidários. Vários autores, enfatizando o carácter espontâneo do movimento de moradores na sua fase da arranque, afirmam o distanciamento partidário até uma fase avançada do processo, verificando-se uma certa resistência à instrumentalização político-partidária do seu movimento (33). Mesmo que essa instrumentalização e um certo discurso político-ideológico se tenham parcialmente verificado e dado virtualmente alguma força ao movimento, longe estão de abranger e de justificar toda a vaga de mobilização e organização popular gerada em torno da esfera de um bem de consumo essencial: a habitação.

Todavia, o processo SAAL, que mediatizava a concretização de muitos dos projectos dos moradores, teve pouca durabilidade. O desfecho é já bem conhecido: o processo é paralisado, estando associada a dissolução do SAAL ao fim de um determinado tipo de organização popular e, no fundo, ao apagamento da utopia de uma "nova lógica de produção e de intervenção no espaço urbano".

A cidade foi efectivamente um campo de conflitos porque também eram propícias as condições para escolhas múltiplas. As reivindicações não foram um produto linear de necessidades e carências, mais sendo o resultado da tomada de consciência dos direitos humanos e das possibilidades de expressão tão diversificadas que o regime democrático proporcionava. Os

---

(33) *Idem*, pp. 659 e 660. Especificamente na p. 660 o autor afirma: "Em geral, dir-se-á que nenhum partido político teve uma posição de compreensão face ao processo SAAL, preocupando-se mais com a criação de situações de domínio e manipulação da força de luta organizada dos moradores. O fenómeno partidário foi exterior ao movimento dos moradores e não teve a sensibilidade suficiente para o entender, respeitar e apoiar". Sérgio Lopes, que estudou o movimento de moradores no Porto, justifica a sua opção argumentando, para além de outros motivos, que é também no Porto que se encontra "uma maior variedade de 'casos', uma maior quantidade de experiências" onde o processo SAAL parece ter sido mais significativo. Foi também no Porto que o movimento melhor resistiu à interferência dos partidos políticos. *O. c.*, p. 8.

processos inerentes aos movimentos sociais urbanos e mais propriamente a "apropriação colectiva" levada a cabo foram, segundo Matias Ferreira ([34]), o esboço de um projecto sócio-cultural - não só de um lugar, mas de uma nova condição, ainda que muito efémera - ver no ANEXO I algumas das temáticas dos boletins das associações, o que é bem revelador da sua ambição e da sua utopia de transformação da cidade, numa fase em que o sustentáculo político-ideológico é já bem claro e útil porque legitimador das suas condutas.

Será também importante referir aqui o ponto de vista de Sérgio Lopes relativamente a estas lutas ([35]). Segundo este autor, trata-se de lutas "a propósito" do alojamento, que podem não situar-se num contexto estritamente urbano. Uma vez que podem centrar-se tanto nos transportes colectivos como na cultura ou na educação das crianças, estas lutas podem também ter lugar no meio rural. O denominador comum de todas essas reivindicações será o espaço de reprodução da força de trabalho e a sua relação ao consumo.

Apesar de estas lutas se travarem na esfera da reprodução social, com um conteúdo de classe diluído e de nessa medida lhes ser atribuído um carácter secundário - por oposição às lutas efectuadas a nível da produção, essas chamadas primárias porque mais importantes e decisivas - os seus efeitos não deixam de ser consideráveis. Citando Sousa Santos ([36]):

> *"As lutas secundárias têm uma grande capacidade de mobilização e de agudização, forçando à deslocação (recuo) dos limites de compatibilidade funcional impostos pela dominação política às classes subalternas e até afrontando ocasionalmente o Estado mais decisiva e globalmente que as próprias lutas primárias".*

([34]) V. Matias Ferreira, *o. c.*, p. 557.

([35]) Sérgio Lopes, *o. c.*, pp. 115 e 116.

([36]) Cfr. B. de Sousa Santos, "Estado, Direito e Questão Urbana", *o. c.*, p. 79.

2. RECENSEAMENTO DAS ACTUAIS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES NA CIDADE DO PORTO

No presente capítulo não temos tratado (nem passaremos a fazê-lo) o assunto SAAL ou o movimento urbano conduzido pelas comissões e associações de moradores em termos globalizantes, ou seja abarcando as diversidades e particularidades que assumiram nos principais centros urbanos em que o mesmo se manifestou - e foram eles Lisboa, Porto, Setúbal e na região do Algarve; tão só nos centraremos na cidade do Porto, pois trata-se do local que, para além de bem representativo dos processos em questão, foi campo de análise do nosso objecto empírico.

Pese embora o indispensável percurso efectuado pelas associações de moradores nos primeiros anos da sua existência, o nosso objecto de interesse e de análise é o do seu actual funcionamento. O levantamento das actuais associações de moradores foi algo moroso, coberto de dificuldades múltiplas, próprias a qualquer trabalho de investigação, particularmente a pesquisa empírica. Disto são exemplo a falta de fontes documentais primárias, como os jornais, as actas e os ficheiros das associações.

Depois do Livro Branco do SAAL em 76, não foi produzida qualquer documentação que desse conta da localização e do percurso efectuado por cada uma daquelas comissões/associações e, como tal, não foi fácil partir à descoberta das associações de moradores que ali aparecem mencionadas, ainda que nos restringíssemos exclusivamente ao concelho do Porto.

Deste modo, para realizar o referido levantamento, recorremos às seguintes fontes:

- Livro Branco do SAAL;
- Listagem (à data desactualizada) facultada pelo Pelouro da Habitação da Câmara Municipal do Porto;
- Respostas a um inquérito às associações da cidade promovido pelo Pelouro da Animação Cultural da Câmara Municipal do Porto;
- Juntas de Freguesia;
- Federação Nacional de Cooperativas de Habitação Económica (FENACHE);
- Contactos com informantes privilegiados ligados ao processo SAAL/Norte.

QUADRO I

ORGANIZAÇÃO DE MORADORES NO CONCELHO DO PORTO

Concelho Porto	Aprovação Estatutos	Escritura Notarial	Public. D.R. nº	Estatutos Data
A. M. do Bairro Da Maceda	1/2/75	22/5/75	219	22/9/75
A. M. das Antas	21/2/75	28/5/75	201	1/9/75
A. M. de Chaves de Oliveira	14/4/75	3/7/75	218	20/9/75
A. M. de S. Victor	30/1/75	14/5/75	201	1/9/75
A. M. da Bela Vista (D. João IV)	5/75	-	201	1/9/75
A. M. do Bairro do Leal	7/2/75	-	223	26/9/75
A. M. da Zona da Lapa	21/2/75	7/5/75	201	1/9/75
A. M. da Zona da Sé	25/10/75	25/2/76	204	31/8/76
A. M. da Travessa da Prelada	14/8/75	25/10/75	11	14/1/76
A. M. do Bairro Parceria/Antunes	14/5/75	24/1/76	143	21/6/76
A. M. de Massarelos	11/4/75	20/4/76	204	31/8/76
A. M. da Zona da Arada	-	13/1/76	78	1/4/76
A. M. da Maceda/Cartes/Pº Grande	-	24/7/76	238	8/10/76
A. M. da Póvoa	8/5/75	6/6/75	219	22/9/76
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	3/10/75	8/5/75	210	7/9/76
A. M. do Bairro do Vilar	7/3/75	18/6/75	218	20/9/75
A. M. de Contumil	-	25/5/76	161	12/7/76
A. M. de Francos	11/3/75	31/3/75	216	18/9/75
C. M. da Rua do Heroísmo	-	-	-	-
A. M. da Bouça	23/3/75	4/7/75	218	20/9/75
A. M. da Boavista	4/4/75	6/12/75	32	7/2/75
A. M. de Miragaia	-	30/3/76	164	15/7/76
A. M. da Zona das Fontaínhas	10/4/76	4/5/76	139	15/6/76
C. M. da Zona da Lomba	-	-	-	-
C. M. da Preza Velha/Formiga/China	-	-	-	-
A. M. do Campo 24 Agosto e Eirinhas	-	15/9/76	-	-
A. M. de Serralves	-	8/4/76	140	16/6/76
A. M. de Justino Teixeira	-	16/7/76	223	22/9/76
C. M. dos Combatentes	-	-	-	-
Assoc. Revolucionária de Moradores do Carvalhido	-	25/3/76	135	9/6/76
C. M. de S. Pedro e Azevedo Campanhã	-	-	-	-
C. M. de Cedofeita	-	-	-	-
A. M. de Pêgo Negro	-	5/6/76	184	7/8/76
A. M. da Zona de Tirares	-	22/5/76	161	12/7/76

Fonte: *Livro Branco do Saal*

Tomando como ponto de partida o Livro Branco do SAAL, constatamos que existiam à época 34 associações de moradores/comissões de moradores - ver Quadro I sobre a Organização dos Moradores ([37]) - inseridas no âmbito das operações das Brigadas do SAAL. A este número acrescentamos duas associações de moradores não directamente ligadas ao SAAL mas contemporâneas do mesmo e movidas por dinâmicas semelhantes: a Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre e a Associação de Moradores da Ex-Escola Académica ([38]).

Justificamos esta inclusão, relativamente ao primeiro caso, porque para além dos contactos que chegaram a ser estabelecidos com o SAAL, teve origem nos moradores de uma zona degradada: o Bom Sucesso - mas o processo de construção do bairro esse foi conduzido pela Câmara Municipal. Quanto à Associação de Moradores da Ex-Escola Académica, tratou-se de um processo um pouco mais confuso na sua génese mas que também resultou de um processo de mobilização de moradores do período revolucionário, apesar de a habitação ser uma questão que desde cedo foi posta de parte.

Se considerarmos - ainda que em termos marginais para o nosso objecto de observação - as comissões de moradores/associações de moradores de bairros camarários que obtivémos através da listagem e/ou inquéritos facultados pela Câmara Municipal do Porto (CMP), ficamos com um total de 42. Das 6 comissões de moradores/associações de moradores dos bairros camarários a situação é a seguinte: 4 funcionam enquanto tal; 2 extinguiram-se ou, pelo menos deixaram de funcionar como associação de moradores, tendo podido transformar-se ou não em colectividades locais - fenómeno que carece de averiguação.

Embora marginais ao nosso objecto de estudo, acabámos por realizar entrevistas em 3 das 4 associações de moradores em funcionamento nestes bairros, pois a sua origem está, como vimos, fortemente imbricada com o gérmen organizativo dos moradores que foram abarcados pelo SAAL.

Mas a nossa análise irá centrar-se fundamentalmente no universo das associações de moradores propriamente ditas que surgiram mais ou menos directamente, com maior ou menor autonomia no âmbito do projecto SAAL.

([37]) O Quadro I é uma reprodução quase integral do quadro sobre essa temática presente no *Livro Branco do SAAL*, do ponto "Comissão Regional do Norte (SAAL/Norte)", p. VI.

([38]) Poderiam, dentro de uma lógica semelhante, ser aqui incluídas as AMs da Fonte Taurina e da Reboleira. Não foi pertinente fazê-lo porque, para além do facto de não estarem ligadas ao SAAL, mas sim ao CRUARB (Comissariado para a Renovação Urbana da Área Ribeira-Barredo), essas associações acabaram por desaparecer.

QUADRO II

DATA DE PASSAGEM A ASSOCIAÇÃO

Associações de Moradores	1975/76	Depois de 1976
Antas	X	
Bairro do Leal	X	
Bairro da Maceda	X	
Bairro do Vilar	X	
Bouça	X	
Contumil	X	
Ex-Escola Académica	X	
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	X	
Justino Teixeira	X	
Massarelos	X	
Pêgo Negro	X	
Zona do Campo Alegre		X
Zona de Francos	X	
Zona da Lapa	X	
Zona da Lomba		X
Zona de Tirares	X	

Assim, relativamente às 36 associações de moradores sem relação com os bairros camarários e todas formadas no período pós 25 de Abril, temos o seguinte quadro:

- 9 foram extintas;
- 6 suspeitamos que também tenham desaparecido ([39]);
- 2 transformaram-se em cooperativa (a Assoc. Revolucionária de Moradores do Carvalhido e Associação de Moradores da Boavista);
- 19 encontram-se em funcionamento.

Nestas 19 foi possível - no sentido em que se verificou receptividade - realizar entrevistas semi-directivas aos seus dirigentes em 16. O quadro seguinte (Quadro II) dá conta das associações de moradores em questão, bem como da sua data de passagem a associação.

Por último, concluiríamos apresentando a sua distribuição pelas freguesias da cidade:

- Bonfim: 2 (Associação de Moradores de Justino Teixeira e Associação de Moradores da Zona da Lomba);

- Campanhã: 5 (Associação de Moradores das Antas, Associação de Moradores do Bairro da Maceda, Associação de Moradores de Contumil, Associação de Moradores de Pêgo Negro e Associação de Moradores da Zona de Tirares);

- Cedofeita: 3 (Associação de Moradores da Bouça, Associação de Moradores da Ex- Escola Académica e Associação de Moradores da Zona da Lapa);

- Lordelo do Ouro: 1 (Grupo Dramático e de Moradores Mocidade de Arrábida);

- Massarelos: 3 (Associação de Moradores do Bairro do Vilar, Associação de Moradores de Massarelos e Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre);

([39]) Apesar do recurso a fontes múltiplas, não conseguimos confirmar a existência nem a localização com a devida exactidão. As moradas de que dispúnhamos, no mínimo estavam desactualizadas, pois vários foram os casos em que nos foram devolvidas as cartas remetidas. Contudo, na ausência de uma confirmação fidedigna, deixamos algumas interrogações sem resposta.

- Santo Ildefonso: 1 (Associação de Moradores do Bairro do Leal);

- Ramalde: 1 (Associação de Moradores da Zona de Francos).

As 3 por entrevistar localizam-se nas freguesias do Bonfim (Associação de Moradores de S. Vítor), de Campanhã (Associação de Moradores de Chaves Oliveira) e de Paranhos (Associação de Moradores dos Combatentes).

O mapa do concelho do Porto que colocámos na página seguinte, permite visualizar melhor o enquadramento geográfico das associações na malha urbana.

Localização actual das associações de moradores no concelho do Porto, por freguesias

Legenda:

1- A.M. S. Vítor
2- A.M. Antas
3- A.M. Zona de Tirares
4- A.M. Pêgo Negro
5- A.M. Bairro da Maceda
6- A.M. Chaves Oliveira
7- A.M. Contumil
8- A.M. Zona da Lomba
9- A.M. Justino Teixeira
10- A.M. Combatentes
11- A.M. Bairro do Leal
12- A.M. Ex-escola Académica
13- A.M. Zona da Lapa
14- A.M. Bouça
15- A.M. Massarelos
16- A.M. Bairro do Vilar
17- A.M. Zona do Campo Alegre
18- A.M. Zona deFrancos
19- Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida

CAPÍTULO IV

AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES ENQUANTO ASPECTO PARTICULAR DO ASSOCIATIVISMO URBANO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

1. ESBOÇO TIPOLÓGICO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

1.1. Considerações prévias de carácter metodológico

Depois de um percurso tangencial por questões merecedoras de um desenvolvimento mais aprofundado, mas impossibilitadas de terem aqui lugar por condicionalismos que antes do mais se prendem com a centralidade do próprio tema, estamos agora em condições de voltar à questão inicial que é a de analisar o associativismo urbano enquanto elemento de participação e de dinamismo na cidade.

O objectivo que pretendíamos atingir, visando alcançar a completa exaustividade em termos de contactos e entrevistas das actuais associações, teve - pela eventualidade com um conjunto de obstáculos instransponíveis e já atrás referidos - de contentar-se com a diversidade de experiências que procurou descrever e analisar.

Perante estes condicionalismos circunstanciais, realizámos dezasseis entrevistas em associações de moradores com a duração média de duas horas

e meia (1) e duas entrevistas a informantes privilegiados envolvidos directamente no SAAL/Norte, seja como técnicos ou como dirigentes. No caso destas entrevistas a sua duração média foi de duas horas.

Semelhantemente ao ocorrido anteriormente num outro tipo de trabalho sobre associações e grupos organizados, no caso, na área do artesanato (2), a informação foi obtida através de entrevistas semi-directivas a dirigentes associativos e, à excepção de um único caso, foram administradas nas sedes das respectivas associações - ver no ANEXO II uma sistematização do guião da entrevista.

Certamente que a análise teria sido enriquecida por uma pesquisa de terreno que permitisse uma presença prolongada do investigador "nos contextos sociais em estudo" facultando o contacto directo com pessoas e situações (3); na sua impossibilidade ou na sua pouca significância, optámos então por outras estratégias metodológicas fundamentais: as entrevistas e as fontes documentais diversas.

A presença prolongada poderia ter complementado a nossa investigação pela observação directa de pessoas, de actividades, de comportamentos quotidianos e de interacções verbais, permitindo ainda maior nitidez na identificação de símbolos (4). Estamos certos de que um tal procedimento iria virtualmente suprir algumas das muitas lacunas da entrevista - não obstante o facto de estarmos cientes de que, como reverso, o envolvimento produzido pela observação participante é a técnica de captação de dados menos estruturada em Ciências Sociais.

De igual modo, os documentos que foram facultados ou que tivémos de procurar noutro lugar, mais propriamente fora das sedes das associações

---

(1) Por razões atrás já explicitadas, não incluímos aqui nem contabilizámos as entrevistas realizadas a três associações de moradores de bairros camarários.

(2) Refiro-me concretamente ao estudo sobre os grupos, associações e centros de artesanato nortenhos realizado por Augusto Santos Silva e Helena Vilaça, *As Searas de Jeremias*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1990.

(2) Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1987. Acerca de "A pesquisa do terreno em sociologia", ver o cap. V da autoria de António Firmino da Costa, pp. 129 e segs.

(4) Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *o. c.*, p. 129. Maria Frota Haguette, in *Metodologias qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Vozes, 1987, p. 77, diz, pela sua vez, relativamente à observação participante, que a Sociologia recorre a tal método "porque acredita que toda a organização societal está assentada nos 'sentidos' nas 'definições' e nas 'acções' que indivíduos e grupos elaboram ao longo do processo de 'interacção' simbólica do dia-a-dia", p. 59.

de moradores, como foi o caso dos jornais publicados pelas associações e artigos de imprensa sobre as mesmas, constituem fontes valiosas de análise com vista à produção de mais informação (5).

Também teremos de referir a importância que tiveram no nosso trabalho os informantes privilegiados - indivíduos e ex-técnicos ligados ao SAAL e alguns intelectuais que observaram/participaram, bem de perto, o processo. No que respeita aos dirigentes associativos entrevistados o contacto e a proximidade que se gerou nem sempre tornaram fácil a tarefa de considerar as suas declarações como

> *"matéria-prima informativa sobre as respectivas representações, opiniões, julgamentos de valor, visões do mundo, em suma, sobre as respectivas configurações culturais - importante dimensão constitutiva de qualquer realidade social"* (6).

Por outro lado é, sem dúvida fundamental, para nós, o registo desses mesmos estados emocionais, e apreender essas formas de percepcionar o mundo tal qual elas são transformadas em conhecimento e verbalizáveis.

Optamos, efectivamente, por entrevistas mais estruturadas, cujo tipo obedece a um modelo híbrido entre a entrevista directiva ou padronizada - o que se identifica praticamente com o inquérito por questionário, com uma maioria de perguntas fechadas e sem nenhum papel activo do entrevistador - e a entrevista semi-estruturada aplicada a partir de um pequeno número de perguntas abertas (7). Sempre que possível e em função das perguntas abertas, de certo modo com proximidade de verdadeiras "histórias orais", recorremos à gravação magnética (8).

---

(5) Em anexo damos conta de algumas cópias desse tipo de documentação.

(6) Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *o. c.*, p. 139.

(7) Maria Frota Haguette, *o. c.*, p.77. A entrevista não deixa de ser um "processo de interacção social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objectivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado". *Idem*, p. 75. Ver ainda pp. 76 e 77.

(8) O guião de entrevista por nós utilizado encontra-se, igualmente, em anexo.

1.2. Grelha metodológica: os principais eixos analíticos

Com base no trabalho de investigação que temos vindo a desenvolver, tentaremos avaliar e tipificar - com as devidas precauções - as associações de moradores de acordo com as seguintes linhas analíticas: cumprimento dos principais objectivos contemplados nos estatutos (onde a habitação ocupa, sem dúvida, o primeiro lugar); capacidade e dinamismo dos dirigentes; mobilização e adesão da população às iniciativas; relação com o poder; concepção do papel da instituição; e, por último, o grau de satisfação que os dirigentes revelam face ao trabalho desenvolvido.

Conscientes de que ficam por explorar e aprofundar vectores importantes, como as características da base social de suporte e relação que mantêm com os dirigentes ou, ainda, a delimitação e percepção do território e respectiva dimensão simbólica, será atribuída especial relevância à relação que as associações mantêm com o poder, a qual é protagonizada pelos seus dirigentes, e à concepção do papel que esses mesmos actores sociais manifestam.

1.2.1. Os objectivos de ontem e os objectivos de hoje

No capítulo anterior foram mencionados como quatro grandes objectivos presentes em quase todas as associações os seguintes:

a) melhoria das condições de habitação dos seus associados;

b) defesa dos interesses dos associados perante as autarquias locais (Câmara Municipal e Junta de Freguesia), os diversos órgãos do governo e todas as demais entidades públicas e privadas;

c) desenvolvimento do espírito associativo dos associados através de actividades de índole cultural, recreativa, social, sanitária, económica e de apoio à infância;

d) criação de uma cooperativa de consumo aberta a não associados.

Nem todas as associações nos facultaram cópia dos estatutos, mas Mário Brochado Coelho - advogado que, para além de ser um dos

responsáveis do SAAL/Norte, colaborou na elaboração da quase totalidade desses estatutos - confirmou estes objectivos.

Certamente que existiram particularidades. E nós, detectámos algumas. Por exemplo, a Associação de Moradores da Zona de Francos contém um parágrafo único que revela a presença mais explícita de uma componente político-ideológica:

> *"A actividade da Associação deve servir de facto os interesses dos moradores, a luta pelo direito à habitação para o povo trabalhador e de uma maneira geral a luta de todos os trabalhadores pela sua emancipação completa".*

No caso do Grupo Dramático e de Moradores da Mocidade de Arrábida, os seus estatutos contemplam as alíneas **a)**, **b)** e **c)** - sendo nesta última particularizada a juventude -; todavia, estas três alíneas são antecedidas por outras duas em que é enfatizada uma dimensão mais estritamente cultural:

> . proporcionar aos seus associados espectáculos, saraus musicais, de dança e quaisquer outros divertimentos, como jogos lícitos, para os quais haverá uma tabela de preços constante do respectivo regulamento;
>
> . organizar conferências.

Estes três pontos são elucidativos de um passado eminentemente cultural, principalmente assinalado pelo teatro.

Na sua maioria, as associações de moradores admitem a necessidade de revisão e de reformulação dos seus estatutos. Particularmente no caso da Ex-Escola Académica os objectivos foram alterados, sendo de assinalar o facto de neste momento não contemplarem - e como tal não estarem vinculados - uma zona específica da cidade:

> **artº 2º** "A Associação de Moradores da Ex-Escola Académica do Porto tem por objectivo contribuir para a promoção social e cultural da área geográfica de Freguesia de Cedofeita **e outras,** e o seu âmbito de acção abrange as referidas áreas;"

Mostra-se também vocacionada para objectivos muito específicos, enquanto Instituição Privada de Solidariedade Social:

artº 3º "Para a realização dos seus objectivos, a instituição propõe-se criar e manter as seguintes actividades:

a) como actividade principal, acções de segurança social, tais como protecção à Infância, Juventude e Terceira Idade, nomeadamente, criação de e manutenção de Jardins infantis, Infantários, ATL, Lar e Centro de Dia da Terceira Idade;

b) como actividades secundárias, desenvolvimento do espírito associativo através de acções desportivas, culturais , defesa da qualidade de vida, melhoria das condições de habitação condigna e outras da mesma índole".

De referir ainda o caso da Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre, que não foi conduzido pelo processo SAAL e cujos objectivos apresentam uma formulação e redacção diferentes, apesar das afinidades - próprias da contemporaneidade - e dos pontos comuns com os objectivos dos estatutos das associações do processo Saal:

1) Promover, através da construção ou por outros meios, a melhoria das condições de habitação dos seus associados.

2) Promover a construção e administrar os serviços de equipamentos sociais, tais como creches, postos médicos, jardins infantis e outros, que serão postos ao serviço dos seus associados, mediante regulamentação a estudar.

3) Organizar iniciativas culturais, recreativas e desportivas.

4) Prosseguir todas as actividades de que resulta benefício para os associados.

5) Difundir entre as populações com idênticas condições de vida as vantagens da vida associativa e da cooperação.

6) Criar uma cooperativa de consumo aberta a associados e não associados mediante regulamentação a estudar.

7) Contribuir, através de todos os meios possíveis, para acabar com o analfabetismo promovendo, por exemplo, cursos de alfabetização.

De assinalar que esta associação, outrora com preocupações muito centradas na alfabetização pretende, há já alguns anos, a alteração dos estatutos, adequada à actual realidade.

Em termos conclusivos podemos afirmar que a habitação é para a quase totalidade objectivo prioritário. Através do Quadro III podemos visualizar as associações de moradores que construiram ou não bairros habitacionais.

1.2.2. O papel dos dirigentes nas associações de moradores: lideranças e empenhamentos

A capacidade e dinamismo dos dirigentes tem de ser seguramente avaliada com bastantes reservas uma vez que está condicionada por um conjunto de factores que escapavam aos meios de observação de que dispúnhamos, pois estavam dependentes da fase organizacinal, do tipo de direcção (recentemente eleita com novos elementos, nomeadamente jovens ou, ao contrário, uma vez mais reeleita ao fim de *n* mandatos e como tal afectadas por um enorme desgaste). Também a capacidade de recriar actividades mais adequadas às novas realidades deve ser aqui levada em conta.

Assim, encontramos associações de moradores reveladoras de falta de entusiasmo, como é o caso das Antas, Grupo Dramático e Moradores Mocidade de Arrábida, de Pêgo Negro, de Francos, da Lapa, da Lomba e de Tirares. O desencanto deve-se na maior parte das vezes ao desinteresse a que progressivamente se votou a população - aspecto que analisaremos no quadro seguinte - e ao forte activismo do tempo passado que entretanto se esfumou.

Quanto ao Bairro do Leal, pura e simplesmente não tem qualquer tipo de actividades como Associação de Moradores. Na época de fundação centraram-se muito na questão da habitação; consequentemente, hoje existe uma direcção com o único propósito de receber e canalisar para as instituições próprias as amortizações mensais das casas.

Mas em contrapartida, é curioso que um antigo e muito activo dirigente, como é o caso do entrevistado, dirigiu o seu empenhamento para uma associação cultural-recreativa e desportiva com tradição na zona (Rua do Bonjardim).

Refira-se ainda que no caso de Justino Teixeira, o entusiasmo existente, ou, mais correctamente, as expectativas dizem respeito

QUADRO III

AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E A CONSTRUÇÃO HABITACIONAL (9)

Associações de Moradores	Não construiu	Construiu / nº de fogos
Antas		32
Bairro do Leal		16
Bairro da Maceda		33
Bairro do Vilar		144
Bouça		58
Contumil		62
Ex-Escola Académica	X	
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	X	
Justino Teixeira	X	
Massarelos		66
Pêgo Negro		96
Zona do Campo Alegre		56
Zona de Francos		44
Zona da Lapa		74
Zona da Lomba	X	
Zona de Tirares		40

(9) Apesar da impossibilidade de as entrevistarmos, tanto a Associação de Moradores de Chaves Oliveira como a dos Combatentes construiram casas, sendo o nº de fogos da primeira destas de 24. Quanto à outra associação (Combatentes) não conseguimos saber com exactidão o seu número, apesar de termos recorrido a várias fontes e informantes privilegiados.

exclusivamente aos funcionários e membros da direcção do Jardim Infantil, o qual desde há sete anos de associação de moradores só tem o nome.

Contumil refere saudosamente as actividades do passado, onde as mulheres assumiam um papel fulcral, e projecta as suas expectativas num futuro próximo, esperando que a autarquia lhes conceda um espaço junto ao bairro para construção de uma nova sede e possível infantário. As actuais instalações, ainda que reunam excelentes condições, em virtude do isolamento e distância do bairro foram alvo de vários assaltos e actos de vandalismo.

Por último, diga-se que tanto a Bouça como a Maceda viviam à data da entrevista o entusiasmo próprio de uma direcção recentemente eleita, com "algum sangue novo" dispostas a levar a cabo iniciativas várias. Vilar, Massarelos e Campo Alegre apresentam uma estrutura organizacional mais firme e consolidada com actividades mais viradas para a zona alargada da freguesia (Massarelos) ou exclusivamente o bairro (Vilar e Campo Alegre), mas com uma relativa continuidade ou renovação.

1.2.3. Como participa a população...

Este é um dos principais problemas com que se debatem as associações, independentemente do grau de empenhamento dos seus dirigentes. Regra geral, o nível de participação dos associados e da população é muito reduzido. Os dirigentes queixam-se das dificuldades que têm em mobilizar os moradores para as assembleias gerais, festas e outras iniciativas, sendo em alguns casos as dificuldades maiores do que noutros. Daí que não faça sentido classificar de "elevada" a adesão da população a iniciativas e actividades colectivas - ver QUADRO V.

Na Associação de Moradores da Lomba, em 1991, a sua última Assembleia Geral - isto à data da entrevista - teve de ser adiada, uma vez que não apareceu ninguém. Também desde 1990 que não realizam festa de Natal.

As Antas, embora com um passado bastante activo "nestas andanças" que foram "as lutas dos moradores" - que o entrevistado todavia não valorizou ou pelo menos se indisponibilzou a relatar - estão mobilizados, no momento, para as actividades que não têm relação directa com os moradores do Bairro: "estes só se interessam no caso de se dar uma casa de vago" ([10]). Fechou o Bar de convívio dos moradores e deixaram de festejar o aniversário da associação. No entanto, estão empenhados na gestão e continuidade do infantário e em algumas actividades desportivas.

([10]) Frase semelhante foi proferida por um dos dirigentes da associação de moradores da Bouça.

QUADRO IV

CAPACIDADE E DINAMISMO DOS DIRIGENTES

Associações de Moradores	desencanto e/ou cansaço	entusiasmo e empenhamento	ausência de empenhamento no âmbito da assoc.
Antas	X		
Bairro do Leal			X
Bairro da Maceda		X	
Bairro do Vilar		X	
Bouça		X	
Contumil		X	
Ex-Escola Académica		X	
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	X		
Justino Teixeira			X
Massarelos		X	
Pêgo Negro	X		
Zona do Campo Alegre		X	
Zona de Francos	X		
Zona da Lapa	X		
Zona da Lomba	X		
Zona de Tirares	X		

Na Maceda "também" afirmaram ter sido da vanguarda do SAAL. Deslocavam-se para reuniões nas Belas Artes, atribuindo a arquitectos e estudantes o principal mérito pelo processo que se iniciou. Quanto à associação, propriamente dita, *" de início começou a funcionar bem... depois houve aí uns seis anos em que esteve praticamente parada. A partir de 1989, e uma vez eleita a nova direcção, as coisas começaram a correr melhor: há festa de Natal e festeja-se o aniversário da Associação de Moradores com uma sardinhada"* ([11]).

Diferentemente na Associação de Moradores de Tirares, queixam-se que alguns depois de terem casa se desinteressaram:

> *"O principal fundador foi um rapaz muito activo que está agora em Angola. Foi pena ter desanimado tão depressa."*

Em Pêgo Negro, apesar de desenvolverem um conjunto de actividades - de que destacamos o infantário, a cooperativa de consumo e o desporto - a distância da população parece ser grande: nem o café e bar de convívio parecem resolver esse hiato. Em tempos - o tempo do SAAL - tiveram actividades que seriam mais mobilizadoras: grupo de teatro, passagem de filmes com discussão final, desporto.

Na Ex-Escola Académica a falta de participação deve-se à descoincidência entre sócios e moradores (e à grande distância dos próprios sócios entre si). Não há uma identificação mínima com um território e um espaço geográfico.

1.2.4. As associações de moradores e os órgãos de poder

Foi nítida a situação embaraçosa provocada pela questão concernente à relação com os órgãos do poder, provocando um certo fechamento e respostas ora ambíguas, ora evasivas e reticentes. Talvez devido a um passado político-ideológico demasiadamente marcante.

Na Associação de Moradores da Lomba, o entrevistado, embora fosse sócio havia alguns anos, não soube dizer muito sobre o passado. Aceitou o mandato com o objectivo de "tirar o mau ambiente" do café, organizar o ficheiro e actualizar cotas. Ao longo da entrevista foi visível uma certa indiferença ou alheamento relativamente ao poder autárquico.

([11]) Afirmação proferida por um dos moradores do Bairro da Maceda.

QUADRO V

MOBILIZAÇÃO E ADESÃO DA POPULAÇÃO

Associações de Moradores	Média	Fraca ou nula
Antas		X
Bairro do Leal		X
Bairro da Maceda	X	
Bairro do Vilar	X	
Bouça	X	
Contumil		X
Ex-Escola Académica		X
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida		X
Justino Teixeira		X
Massarelos	X	
Pêgo Negro		X
Zona do Campo Alegre	X	
Zona de Francos		X
Zona da Lapa		X
Zona da Lomba		X
Zona de Tirares		X

Em Justino Teixeira, a entrevistada afirma que a Associação de Moradores tinha uma imagem muito má perante os órgãos da autarquia devido à "prepotência" da pessoa que estava à frente dela. Hoje é diferente: verificam-se boas relações com a Junta de Freguesia. Não são vistos como uma Associação de Moradores mas como a Direcção de um Jardim Infantil que serve a zona. Esperam vir a ser completamente apoiados desde que consigam resolver o problema da casa, que foi cedida.

Nas Antas, o discurso sobre o poder político é bastante ambíguo. Por um lado, fica subjacente uma presença forte dos partidos no passado (soubemos que o parque infantil, por exemplo, foi oferecido por partido político), apesar de explicitamente serem muito fracas as referências ao passado, aos movimentos de moradores ([12]), às dinâmicas internas, surgem frases como esta:

> *"Agora mandámos os partidos embora, isto é para trabalhar não é para partidos!"*

Genericamente procuram referir de forma praticamente geral uma relação imparcial com os órgãos de poder autárquico: no que respeita à Câmara Municipal do Porto, é a questão da resolução do problema do direito de superfície e dos subsídios especialmente para iniciativas desportivas; quanto às juntas de freguesia, referem os apoios para a realização de festas de Natal ou para colónias balneares das crianças, para além de outras ajudas pontuais.

1.2.5. Concepção do papel da instituição

As associações de moradores continuam - resolvendo ou não as suas contradições -, na sua quase totalidade, a ser portadoras de projectos, isto é, a defender a missão de um novo papel, de novas vocações, sejam elas de apoio à infância com creches, jardins infantis e Actividades de Tempos Livres (ATLs), colónias balneares, festas de Natal, ou de apoio à Terceira Idade com Centros de Dia e organização de passeios. Podem ainda oferecer noutros casos as suas instalações para balneários públicos ou servir refeições económicas para os mais carenciados no seu bar ou café.

([12]) O entrevistado estava com muita pressa e alguns problemas pessoais, pelo que não percebeu muito bem a intenção da entrevista nem viabilizou um segundo contacto em data a combinar.

QUADRO VI

RELAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COM OS ÓRGÃOS DE PODER

Associações de Moradores	de colaboração	ambiguidade ou crítica	indiferença ou escassez de contactos
Antas		X	
Bairro do Leal			X
Bairro da Maceda		X	
Bairro do Vilar	X		
Bouça	X		
Contumil	X		
Ex-Escola Académica	X		
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida		X	
Justino Teixeira	X		
Massarelos		X	
Pêgo Negro		X	
Zona do Campo Alegre	X		
Zona de Francos		X	
Zona da Lapa		X	
Zona da Lomba			X
Zona de Tirares	X		

Outras associações procuram novos fôlegos para as actividades desportivas ou, no mínimo, assegurar a continuidade das que já têm. Mais recentemente temos assistido a associações também vocacionados para espaços de cultura popular onde se realizam noites de fado vadio, bailes e espectáculos musicais ou teatrais diversos - estes últimos em consonância com a Câmara Municipal do Porto ([13]).

1.2.6. Grau de satisfação e de realização dos dirigentes

Justino Teixeira, como já o referimos, é um caso à parte, cuja avaliação não tem cabimento neste tipo de parâmetros, uma vez que não existe qualquer ligação ao passado. O pessoal do projecto inicial foi-se desligando a pouco e pouco.

A entrevistada (educadora de infância e dirigente) está ligada à associação apenas desde 1984, possuindo, como tal, escassos conhecimentos sobre o processo anterior, principalmente sobre o período de fundação. No fundo, o que existe é um infantário que foi criado por uma associação de moradores que entretanto se extinguiu.

Em 1989 o Bar fechou e tal facto representa o golpe fatal que assinala o fim da associação. Esse encerramento é bem elucidativo do esvaziamento de conteúdo da associação. Não existe ninguém para assegurar o seu funcionamento.

Em Tirares, o entrevistado sente-se cansado e desiludido em relação aos membros da Direcção e aos sócios (moradores) em geral, que considera desinteressados e acomodados. Sente tristeza ao ver tanto espaço (instalações da Associação de Moradores) subaproveitado. Tudo é feito "por favor" sem vontade, nem ânimo.

Sentimentos semelhantes foram expressos pelos dirigentes das associações de moradores da zona da Lapa e da zona de Francos. Este último dirige a associação desde o seu início; quanto ao primeiro desde 1977, tendo sido já anteriormente colaborador (de 1974 a 1975).

De todo o modo, vemos que o grau de satisfação é independente do facto de os agentes sociais, em questão, atribuirem ou não um sentido, uma razão de ser à associação.

([13]) Após a realização destas entrevistas e em fase bem mais recente, constatámos um intercâmbio e uma colaboração mais estreita, estabelecida em termos mais efectivos, entre o Pelouro de Animação da Câmara Municipal do Porto e algumas das associações por nós contactadas. Referimos particularmente a associação de moradores de Massarelos.

QUADRO VII

CONCEPÇÃO DO PAPEL DA INSTITUIÇÃO

Associações de Moradores	Tem sentido	Não tem sentido	
Antas	X		
Bairro do Leal		X *	
Bairro da Maceda	X		
Bairro do Vilar	X		
Bouça	X		
Contumil	X		
Ex-Escola Académica	X		
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida	X		
Justino Teixeira	X		
Massarelos	X		
Pêgo Negro	X		
Zona do Campo Alegre	X		
Zona de Francos	X		
Zona da Lapa	X		
Zona da Lomba		X **	
Zona de Tirares	X		

* A actual conjuntura político-social e económica não se coaduna com uma lógica própria ao funcionamento de associações de moradores.

** O desinteresse dos sócios não justifica a sua existência.

1.3. Esboço de uma possível tipologia

Deste modo, e apesar da insuficiência de informação já referida, julgamos ser possível - assumindo riscos como os de uma agregação exagerada - construir três tipos de situações ao nível das associações de moradores que subsistiram ao longo destes quase vinte anos e que, de acordo com as linhas de análise enunciadas, classificaremos como situações de insucesso, situações de sucesso relativo e, por último, situações de sucesso propriamente dito ([14]).

1.3.1. As situações de insucesso

Trata-se de comissões de moradores que se instuticionalizaram em associações de moradores mas que não construíram casas para os moradores nem conseguiram criar qualquer actividade cultural ou social de continuidade. Quando muito, têm em funcionamento uma pequena sede com um bar. Consideram os objectivos, a que inicialmente se propunham, utópicos e inatingíveis. Todavia, e até ao momento, ainda não os alteraram ou reconverteram. Acusam a antiga base social de apoio de desinteressada ou simplesmente deixaram de ter contacto com ela. Como as iniciativas são reduzidas ou nulas, também são praticamente inexistentes os contactos com a autarquia local. Os dirigentes lamentam a forte interferência partidária sofrida pela associação na sua fase inicial, fase da qual não participaram - o que significa que os dirigentes de então se afastaram.

Diga-se, no entanto, que podem ter sido politicamente muito activos no período pós 25 de Abril, o que é bem visível no conteúdo ideológico dos seus jornais ([15]).

1.3.2. As situações de sucesso relativo

Nesta situação estão as associações que conseguiram atingir o seu principal objectivo, a construção de casas para realojar os moradores mas que, na actual situação, vão unicamente gerindo a sua sobrevivência.

([14]) Uma primeira tentativa de tipologia aparece esboçada no nosso artigo "Associativismo urbano e participação na cidade", Revista da Faculdade de Letras, Série de Sociologia, vol.I, Porto, 1991.

([15]) Consultar os boletins das associações que constam do ANEXO I.

QUADRO VIII

GRAU DE SATISFAÇÃO DOS DIRIGENTES

Associações de Moradores	Positivo	Negativo	Resposta ambígua
Antas			X
Bairro do Leal		X	
Bairro da Maceda	X		
Bairro do Vilar	X		
Bouça	X		
Contumil	X		
Ex-Escola Académica	X		
Grupo Dramático e de Moradores Mocidade da Arrábida			X
Justino Teixeira		X *	
Massarelos	X		
Pêgo Negro			X
Zona do Campo Alegre	X		
Zona de Francos		X	
Zona da Lapa			X
Zona da Lomba		X	
Zona de Tirares		X	

* Insatisfação face às indefinições da instituição.

Apenas um ou dois elementos, geralmente ligados ao período de fundação, asseguram o seu funcionamento, tendo a seu cargo, para além do serviço do bar instalado na sede, a recepção das rendas das casas - o que corresponde às amortizações mensais enviadas ao Instituto Nacional de Habitação (INH) - e a contabilidade geral da Associação de Moradores. Referem o desinteresse e a fraca mobilização da população. Esta questão remete-nos, por paralelismo, para a explicação aventada por Olson ([16]) de o número dos filiados nos partidos políticos ser muito menor que o dos seus eleitores, isto é, o dos votantes. Segundo este autor, um partido é uma forma de acesso a bens colectivos e como a militância implica custos (tempo e dinheiro) é natural que assim seja - situação que aliás se repete com a filiação sindical e nas associações voluntárias em geral.

Por outro lado, este tipo de associações evidenciam uma ligação nostálgica ao passado e uma visão fatalista e concorrencial do poder. Consideram-se órgãos marginais, enfatizando a crença de que só o Estado detém o poder, excluindo dele os seus cidadãos ([17]). Por esta razão não acreditam num papel, ou numa missão, no futuro a ser desempenhado pelas associações.

1.3.3. As situações de sucesso

Encontramos aqui as associações de moradores que conseguiram a prossecução dos seus principais objectivos: a construção de casas. Estão igualmente aqui aquelas que, não enveredando pela habitação, alteraram os seus estatutos tornando-os adequados ao seu campo de possibilidades - é o caso das associações que não se dedicaram à habitação, mas criaram um trabalho de carácter social ao serviço dos moradores da sua área de intervenção. A maioria, porém, conseguiu realojar, em parte significativa, as suas populações em bairros novos e, paralelamente, desenvolveu um conjunto de actividades: algumas, com carácter permanente - actividades sociais (centro de dia para a terceira idade, creche, infantário), desportivas, cooperativas de consumo, entre outras; outras, de tipo pontual, com um âmbito essencialmente cultural-recreativo, como as festas de aniversário da

---

([16]) Mancur Olson, *Logique de l'action collective*, Paris, PUF, 1978, pp. 14 e 15. Estas páginas fazem parte do Prefácio de Raymond Boudon à obra de Olson. Mais adiante, nesse mesmo prefácio (p.19), podemos ler: "Ora, a tradição sociológica tem identificado numerosas situações ou axiomas, parâmetros ambos em que os custos são negativos, casos em que um ambiente de lealdade, ou melhor, uma cultura de solidariedade pode formar-se".

([17]) Luis Capucha, "Associativismo e modos de vida", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 8, 1990, p. 32.

associação, Natal, Carnaval, os espectáculos com grupos de baile, as noites de fado vadio, ...

Nestes casos de sucesso, aparecem dois tipos de direcções. No primeiro, designado de continuidade em relação ao passado, há uma rotatividade de elementos com a preocupação subjacente de integrar, nos corpos directivos, um ou dois indivíduos minimamente envolvidos no período de fundação. No segundo tipo, as direcções são formadas por dirigentes novos, na sua dupla acepção: idade e ausência de ligação a anteriores mandatos.

Apesar das diferenças constatadas em termos da lógica de constituição das direcções, tal facto parece irrelevante ao nível das práticas e atitudes correspondentes a cada tipo de direcção.

De uma forma geral, os dirigentes manifestam distanciamento relativamente ao passado - período de 74-76 - facto que se traduz na frequência com que asseveram a despartidarização da Associação.

As actividades que organizam mobilizam a maior parte da população. Com um contacto que continua a ser forte, afirmam constantemente a ideia de que são todos vizinhos de longa data e se conhecem uns aos outros, desde a infância. Esta proximidade, por outro lado, é geradora de conflitos e mesmo de fracções dentro do grupo de moradores.

2. O PAPEL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES E A SUA CAPACIDADE DE EXERCER INFLUÊNCIA SOCIAL

Depois deste esforço de tipificação, escolhemos aquelas que são mais exemplificativas de participação social.

Apesar do esquecimento a que foram votadas as associações de moradores, remetidas para um período que dificilmente sai de 74-76, em nossa opinião são merecedoras de um outro tratamento, não tão reducionista. Será, assim, pertinente e fulcral - apesar de tal procedimento extravasar os nossos objectivos - proceder à:

> *"...tentativa de uma abordagem mais globalizante,* ***compreensiva*** *(na acepção deste conceito na sociologia pós--weberiana), ou seja, centrada na* ***acção*** *social dos actores (mais) implicados nos processos estudados, e procurando restituir, organizada e analiticamente, os sentidos por eles àquela atribuídos"* ([18]).

Esta vertente compreensiva, que apesar de tudo não negligenciámos de todo, permite sempre dar uma visão mais global sobre os trabalhos, atitudes e motivações, enfim, o sentido que os actores envolvidos no associativimo de bairro atribuíram e atribuem hoje às suas acções ([19]).

Desta forma, focaremos de seguida o último tipo exposto, salvaguardando, desde já, que este sucesso deverá ser correlacionado com o próprio ciclo de vida da organização. É óbvio que as associações de moradores aqui consideradas se encontram ainda numa fase de institucionalização ou num momento de renascimento depois de um período de decadência ou quase extinção e, por tudo isso, também este "sucesso" pode ser considerado "relativo".

Se vamos evidenciar as associações bem sucedidas, não é por qualquer atitude de subavaliação de todas as outras, mas porque convém distinguir entre as que vão gerindo a sua sobrevivência e aquelas, com características organizacionais reforçadas, que asseguram uma maior capacidade de

---

([18]) Augusto Santos Silva e Helena Vilaça, *o. c.*, pp. 8 e 9.

([19]) Todo o material que consta do ANEXO I é elucidativo de alguns dos muitos documentos que carecem de tratamento e cujos conteúdos certamente bem ricos ficaram por analisar. A esse material deveríamos ainda acrescentar todos os artigos da imprensa e os próprios estatutos das associações.

representação dos seus moradores, o que constitui, pelo menos virtualmente, um requisito a um maior grau de participação. Segundo Michel Crozier ([20]):

> *"Nós sobreavaliamos demasiado a racionalidade do funcionamento das organizações. Tal conduz-nos, por um lado a admirar inconsideravelmente a sua eficácia ou, pelo menos, a crer que ela caminhe por si própria, e, por outro lado, a manifestar crenças, completamente exageradas perante a ameaça que elas fariam sobre os homens".*

Para Crozier mesmo nas situações mais extremas o homem guarda uma possibilidade mínima de liberdade para bater-se no sistema.

Em certa medida, a questão das virtuais capacidades de mobilidade dos actores no sistema relaciona-se com a sua concepção de legitimidade. As bases de legitimidade de um grupo ou movimento podem ser várias e apelar para mecanismos diferentes, será o caso por exemplo da referência à data e aos princípios que regeram a constituição (e instuticionalização) das associações - pensamos concretamente no 25 de Abril e no subsequente apelo à população, isto é, a uma democracia directa e participativa.

Num segundo momento, fará mais sentido apelar ainda para a população, mas sob o aspecto da sua constituição e capacidade organizativa.

Por último, num terceiro, faz jus falar mais em termos de eficácia, sem esquecer a data da constituição - fase já distanciada da legitimidade revolucionária e de "plena" legalidade democrática. Continua a ser importante a ligação à população e a referência ao seu tipo de participação nas associações. Verifica-se, regra geral, uma trajectória onde é visível uma transferência progressiva de fontes de legitimação.

Retomando (e no intuito de os desenvolver) os eixos analíticos, já apontados como os mais pertinentes: a concepção do seu papel e a relação com o poder político, considerando os dirigentes como actores privilegiados, poderemos começar (e uma vez mais) por sistematizar a questão da legitimidade para os agentes, em causa.

Estes agentes, ao referirem a importância que as suas acções têm no bairro e na cidade, apelam, antes de mais, para a sua legitimidade, afirmada mais pelo conteúdo das suas práticas, ou seja, pela funcionalidade - é a ideia de que "mostram trabalho", "fazem coisas" - , do que por critérios de

---

([20]) Michel Crozier e Erhard Friedberg, *L'acteur et le système*, Paris, Seuil, 1977, p. 41.

representatividade, que remeteriam para a base social que os elegeu ([21]). Recorrem ainda a um tipo de legitimidade institucional, alegando que as associações de moradores são contempladas na Constituição da República e afirmando que mesmo no caso de haver revisões constitucionais confiam que não serão afectadas, pois consideram-se uma clientela importante para o poder.

Relativamente à concepção do seu papel, os dirigentes sustentam que continuam a ter uma missão a desempenhar no bairro ou mesmo na cidade - advirta-se que a representação e território varia de associação para associação - , missão essa que terá de ser reconvertida. A este propósito, voltamos a lembrar que a maior parte dos estatutos, no tocante aos objectivos, não foram alterados, embora muitos os considerem inadequados ou até utópicos.

A necessidade de reconversão está presente na frase de um dirigente: "As associações de moradores tiveram um papel importante para a construção de casas e têm agora para a educação cultural dos moradores"; ou ainda na de outro: "Nós soubemos adaptarmo-nos às mudanças", o que significa perpetuarem-se para além do período de 74-76. A perspectiva de Mancur Olson ([22]) - segundo a qual um *"estudo sistemático das organizações deve logicamente começar pelo estudo do seu objectivo"* - adapta-se bem a esta realidade em questão, pois o que move a associação continua a ser a presença viva de um ou mais objectivos, ainda que não total ou parcialmente coincidentes com os de origem.

Este tipo de atitude é indissociável da sua concepção de poder político e da relação com ele estabelecida. Unanimemente afirmam que hoje não existe qualquer interferência partidária dentro da Associação de Moradores, "isso é coisa do passado". Se, por um lado, se queixam de exagerado envolvimento e manipulação política, relativamente a esse período, por outro, dizem "se calhar sem isso hoje não tínhamos casas".

Mesmo aqueles elementos que estiveram fortemente implicados no movimento de 74-75 não se referem a esse período de uma forma saudosista - trata-se de algo que se foi sedimentando na memória colectiva e que hoje é relembrado com um sorriso -, consequentemente também não manifestam desencanto em relação ao presente, nem uma visão fatalista do poder; possuem, antes, uma concepção "teatral" do poder político. No fundo, é um jogo em que eles também entram, acabando por considerar-se - apesar da sua escassez de recursos - como um grupo de pressão.

([21]) Juan Mozzicafredo et al., "Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 6, 1989.

([22]) Mancur Olson, *o.c.*, pp. 25 e 26.

A acção colectiva é hoje caracterizada não pela reivindicação aberta mas pelo estabelecimento de múltiplas estratégias, que passam pela filiação partidária de um ou outro dirigente, pela insistência permanente, mas táctica, junto dos órgãos do poder autárquico, pelo convite ou simples aceitação de políticos de vários quadrantes no bairro ou nas instalações da Associação de Moradores em períodos de campanha eleitoral, ou então pela apresentação de uma boa imagem perante o exterior, traduzida, por exemplo, na limpeza do bairro e no impedimento - nem sempre conseguido - aos moradores de fazerem, por sua conta, grandes alterações nas fachadas das suas casas. Em todos estes casos, estamos perante situações onde são exploradas as respectivas contrapartidas, ou seja, estabelecidas as estratégias - por vezes bastante criativas - de alargamento ou de conquista do poder negocial das associações.

Adaptadas a um novo contexto social e político, as associações de moradores reconverteram as suas iniciais reivindicações defendendo hoje aquilo que consideram ser os seus novos direitos. O direito à privacidade, presente na valorização da casa de cada um, mas simultaneamente um mínimo de organização, como forma de representação dos interesses gerais da população perante o exterior. Outra vertente ainda a referir é a do papel de serviço que pretendem assumir na comunidade. Não reunindo, por exemplo, os meios para a criação de determinados equipamentos sociais, estão dispostos a ceder espaço - no caso de o possuirem - à autarquia ou ao Centro Regional de Segurança Social (CRSS), responsabilizando-se eles pela gestão desses equipamentos. Outra forma de abertura é visível na intenção de disponibilizarem as suas instalações para uso público em termos de espectáculos culturais. E, efectivamente, nalguns casos têm vindo a constatar-se formas várias de colaboração com o Pelouro de Animação Cultural da Câmara Municipal do Porto.

3. ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: A OPERATORIEDADE RELATIVA DO CONCEITO DE MOVIMENTO SOCIAL

Chegou talvez o momento de retomarmos as questões e validarmos ou não as hipóteses levantadas na última parte do Capítulo I. Formuladas mais ou menos nestes termos, questionávamos, entre outras, se as associações de moradores foram movimentos sociais. Novos movimentos sociais? Velhos movimentos sociais? Estas duas últimas terão evidentemente um carácter não prioritário e consequencial.

A nossa reflexão conduz-nos a concluir que foram efectivamente movimentos sociais. Tiveram traços de novos movimentos sociais ao nível da base social e da pluralidade de temas. Foram velhos movimentos sociais ao nível do discurso político e ideológico e da maioria dos líderes.

Como vimos, muitas das interpretações apontam para a falta de unidade do movimento operário (o que corresponderia à unificação de várias lutas); mas apesar da conjuntura e isolamento da sociedade portuguesa - em relação ao resto do mundo, mormente a vizinha Europa - ser favorável e fortemente marcada por discursos ideológicos, o que parece ter havido efectivamente foi uma mobilização generalizada da sociedade civil de forma interclassista com características dos novos movimentos sociais.

Um dos contributos mais significativos nesta matéria - como atrás já o dissémos - é a de J. Habermas no sentido em que concebe os novos movimentos sociais como reacções defensivas relativamente à penetração do Estado e do mercado na vida social, situação que ele descreve recorrendo à expressão "colonização do mundo da vida". Simplesmente, estas formas de resistência e conflito não são vistas como um regresso ao passado do tradicional mundo sócio-cultural, antes correspondem a uma vida modernizada que busca ser diferente - o que passa por exemplo pela adesão a diversas formas de associativismo e o empenhamento orientado pela busca de um lugar para a diferença ([23]). Os novos movimentos sociais esboçaram uma "nova política" protagonizada por novas fracções da classe média, escolarmente qualificadas, e distanciadas dos agentes envolvidos nos "velhos" movimentos sociais, isto é, os empresários, os operários e a classe média tradicional ligada ao comércio e ao artesanato.

Todavia, será necessário tomar algumas precauções relativamente à "nova política", descrita por Habermas - fujamos do risco de ir longe demais incorrendo na tentação de lhe atribuirmos um âmbito demasiado alargado -, e de que os novos movimentos sociais são protagonistas. É preciso levar em conta que estes grupos correspondentes aos novos movimentos sociais actuam e partilham o mesmo espaço político convencional, marcado por uma teia de clientelismos e jogos eleitoralistas.

Neste encadeamento lógico, e retomando uma vez mais toda a problemática dos movimentos sociais ou dos novos movimentos sociais,

---

([23]) J. Cohen, *o. c.*, pp. 705 e 710. J. Habermas, *Théorie de l'agir communicationnel*, p. 432. Este autor afirma que se assiste a uma "mudança de problemática" e a uma "mudança política"; deixam de ser centrais os "problemas de segurança económica e social, interior e militar", passando a falar-se de "qualidade de vida, de igualdade de direitos, de realização individual, de participação e de direitos do homem".

perfilhamos o ponto de vista de Alan Scott ([24]), segundo o qual os novos movimentos sociais não têm que ser apreendidos nem explicados no contexto das crises gerais do sistema ou na transformação histórica de longa duração da sociedade capitalista. Este autor vê o reaparecimento dos movimentos de protesto nas nossas sociedades (ocidentais) como sintoma do mau funcionamento e da inadequação dos orgãos de mediação e das instituições intermédias responsáveis pela busca de soluções para as exigências feitas pela sociedade civil.

Um dos problemas que se coloca é o de saber se a institucionalização do movimento sob a modalidade de associação, nalguns casos assinalou ou contribuiu para a sua própria morte.

No que concerne às associações de moradores que evidenciámos - e que nos atrevemos a designar como "casos de sucesso" - enquanto formas dinâmicas de participação, tais podem em certo sentido ser inseridas na temática geral dos novos movimentos sociais: na conjuntura do 25 de Abril como "movimento ofensivo" passando depois a "movimento defensivo" no sentido em que passa a valorizar as questões da autonomia, da territorialidade, do privado e de um novo tipo de sociabilidades.

Quanto à caracterização social dos dirigentes associativos constatámos que na sua maioria pertence ao operariado e não às novas fracções da classe média como o atestam recentes teorias e pesquisas no campo do novo associativismo. Tal facto não se nos afigura surpreendente se considerarmos que o actual operariado - para além de assumir uma trajectória muito específica em Portugal - não reune as características que essa classe possuía no tempo da revolução industrial, que como sabemos era identificado com os principais núcleos de pobreza. Em síntese, julgamos pertinente relembrar as duas hipóteses por nós formuladas cuja adequação parece ser admissível ao nosso caso em estudo:

> . apesar de temporalmente contemporâneos da fase de afirmação dos novos movimentos sociais nas sociedades ocidentais, os movimentos sociais em Portugal foram e ainda são conjunturalmente condicionados por factores de ordem político-institucional da sociedade portuguesa, concretamente pela consolidação da democracia representativa, pelo que esses movimentos surgiram em alguns casos como um fenómeno híbrido com traços quer dos tradicionais quer dos novos movimentos sociais.

([24]) Alan Scott, *Ideology and the new social movements*, London, Unwin Hyman, 1990, pp. 9 e 10.

. há um certo paralelismo entre o processo de institucionalização dos movimentos sociais - que temporariamente se manifestaram em Abril de 74 -, traduzido na sua reconversão em associações e a assimilação de novos valores e produção de novas representações da vida social com consequências ao nível das práticas culturais, das formas de estar, de agir e de participar socialmente.

Os novos movimentos sociais de que falámos e de que fazem parte todos os grupos, com maior ou menor nível de formalização e de organização, que actuam numa base local e territorial (e não são apenas as associações de moradores e clubes de bairro, centros culturais e recreativos, movimentos de moradores com reivindicações em torno da habitação e respectivas infra-estruturas, movimentos para autonomias concelhias ou regionais, etc.) são bem a prova de que o sistema político vigente e as instituições que lhe são inerentes não têm contemplado os temas mais prementes para a sociedade que representam.

Baseados em Olson e em Crozier podemos afirmar que possam surgir associações sem que exista na sua origem um movimento social. Todavia, as associações de moradores em Portugal tiveram uma forte mobilização na sua origem. Houve efectivamente uma mobilização generalizada da sociedade. Um forte envolvimento dos actores sociais com vista a um objectivo.

O insucesso destes movimentos, ou pelo menos das suas associações, resultou do facto de as alterações na sociedade global pressuporem a morte do movimento social. Só a conversão em associações permitiu a prossecução dos objectivos, cujo custo de legalização e de virtual burocratização foi traduzido no decréscimo da mobilização dos actores e, por outro lado, a busca de satisfação de um único objectivo, relacionado este com o individualismo e a privacidade, o que se materializa na construção de habitações.

Embora os moradores dos bairros das associações de moradores continuem a defender a sua existência como tal e considerem positivas certas iniciativas da direcção como, por exemplo, o arranjo de um espaço para estendal de roupa, ou então, a criação de actividades de índole cultural e desportiva, pode acontecer - e acontece na grande maioria das vezes - que a população não participe, reduzindo-se a feitura das iniciativas ao "núcleo duro" da direcção. Fundamentamos a ocorrência destes fenómenos através do que nos diz R. Boudon a propósito de Olson:

> *"a questão de Olson é a seguinte, um grupo supunhamos um grupo imaginário de pessoas, tendo todas um interesse comum, conscientes desse interesse e podendo cada um*

contribuir à realização desse interesse: vão elas efectivamente agir no sentido deste interesse comum?" (25)

Finalmente propomos que toda esta reflexão circunscrita às associações de moradores emergentes no pós 25 de Abril e que comporta uma fracção microscópica da realidade portuguesa, tenha seguimento no âmbito da temática geral dos novos movimentos sociais e das novas formas de participação social. São infindáveis os campos susceptíveis de pesquisa teórica e empírica, desde que nunca sejam negligenciados pressupostos tão importantes como estes (26):

> *"Afirmar, a propósito das exigências da pesquisa empírica que a teoria é um ponto de partida insubstituível e o elemento que comanda os seus momentos e opções fundamentais, não pode querer significar, entretanto, que a análise de situações concretas se circunscreva necessariamente no interior de um círculo traçado de antemão, em forma definitiva, pelo conjunto de hipóteses pertinentes incluídas na matriz teórica da disciplina".*

Pela nossa parte, consideramos da maior importância, ainda que com carácter virtual e sujeitas à necessidade de uma formulação mais precisa, ir aventando/retomando as seguintes hipóteses de trabalho (27):

> **a)** apesar de temporalmente contemporâneos da fase de afirmação dos novos movimentos sociais nas sociedades ocidentais, os movimentos sociais em Portugal - nomeadamente os que levantam questões relacionadas com identidade, espaço vivido e território - foram e ainda são conjunturalmente condicionados por factores de ordem político-institucional da sociedade portuguesa, concretamente pela consolidação da democracia representativa, pelo que esses movimentos surgiram em alguns casos como um fenómeno híbrido com traços quer dos tradicionais movimentos (marcados por um forte conteúdo político-ideológico) quer dos novos movimentos sociais;

---

(25) Prefácio de Raymond Boudon in Mancur Olson, *o. c.*, p. 9.

(26) Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *o. c.*, cap. II da autoria de João Ferreira de Almeida e de José Madureira Pinto "Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais", p. 57.

(27) Estas hipóteses foram parcialmente formuladas no nosso artigo "Território e identidades na problemática dosmovimentos sociais: algumas propostas de pesquisa" ", Revista da Faculdade de Letras, Série de Sociologia, vol. III, Porto, 1991.

b) há um certo paralelismo entre o processo de institucionalização dos movimentos sociais - que temporariamente se manifestaram em Abril de 74 -, traduzido na sua reconversão em associações e a assimilação de novos valores e produção de novas representações da vida social com consequências ao nível das práticas culturais, das formas de estar, de agir e de participar socialmente;

c) não obstante o enunciado na anterior hipótese, é fundamental ter em conta que os movimentos sociais continuam a ser um fenómeno político e que nessa medida se torna premente analisar o contexto político - sem negligenciar outras dimensões como a cultural e económica - em que as suas questões emergem. Somente dessa forma poderão ser combatidos alguns efeitos de ocultação a que nos induzem certas características dos novos movimentos sociais, nomeadamente as que se prendem com a questão das identidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Julgamos ser, neste momento, clara a impossibilidade de procedermos a um ou mais "estudos de caso". Não dispusémos de meios para o efeito. A nossa principal fonte foram os dirigentes e a importância, o sentido que os mesmos dão às suas acções. Outra linha de investigação exigiria um contacto com a população, mediatizado provavelmente por um inquérito, consulta de ficheiros na sede da associação (nalguns casos desactualizados), consulta de actas, e documentação diversa como folhas informativas e boletins, cujo principal espólio se encontra disponível - ainda que muito reduzido - na Biblioteca Municipal, porque nas associações muita "memória" desapareceu.

Iniciámos este trabalho reflectindo, a breves traços, a crise do Estado, o "desencanto" do Estado, pelo menos num contexto de democracia liberal, perfilhando da opinião de autores que não vislumbram, apesar disso, uma retracção da esfera do poder do Estado (1). Efectivamente, parece-nos que esse mesmo Estado se redefine num processo de recomposição das relações Estado/Sociedade civil, o que em democracia se opera num terreno de grande fragilidade.

A crise parece estar, assim relacionada com um domínio da democracia representativa enquanto método. Daí que seja lógico falar-se na passagem da soberania popular ao princípio de soberania nacional, funcionando a democracia directa como "má consciência" da democracia representativa - os partidos, por exemplo, podem fomentar, como vimos, a apatia das pessoas.

---

(1) A. Teixeira Fernandes, "A crise do Estado nas sociedades contemporâneas", *Conferências da Faculdade de Letras do Porto IV*, Porto, Edição do Conselho Directivo, 1993, p. 6.

É neste sentido que os novos movimentos sociais são menos directamente políticos do que os antigos. O que se explica pela existência de de problemas de redefinição na democracia representativa. Neste sentido, diz-nos Alan Scott, autor que tivémos já oportunidade de citar:

> *"O reaparecimento de protestos e de movimentos sociais nas sociedades ocidentais desde os últimos 25 anos tem de ser explicada pela falha e inadequações das instituições de importância intermediária... Movimentos de protesto e neo-populistas são um sintoma dessa falha"*(2).

Os novos movimentos sociais são aparentemente apolíticos porque reivindicam novos espaços públicos de liberdade, opostos à lógica da ordem vigente. Desenvolveram formas reivindicativas que escapam ao Estado. É nesse sentido que escreve Teixeira Fernandes (3):

> *"[...] estes novos movimentos sociais tendem a desenvolver formas reivindicativas que escapam ao político institucional e nomeadamente ao Estado. Através deles são procuradas outras expressões de democraticidade, e neles se consubstancia a luta contra a normalização [...] As suas práticas conflituais obrigam a rever a relação entre o Estado e a sociedade civil."*

A crise do Estado é, portanto, a crise endémica da democracia. A crise do Estado Providência corresponde à crise da própria política, do vazio social, da ausência de solidariedades.

De acordo com alguns autores - cito novamente Alain Touraine (4) - as novas representações da vida social passam, entre outras coisas pela valorização da privacidade e de identidades potencialmente geradoras tanto de condutas individuais como de acções colectivas. São acções colectivas no sentido em que são capazes de mobilizar recursos teleologicamente orientados, assumindo, como pressuposto, que o poder tem um carácter

---

(2) Alan Scott, *o. c.*, pp. 9 e 10.

(3) A. Teixeira Fernandes, "A crise do Estado nas sociedades contemporâneas", *o. c.*, p. 13.

(4) Alain Touraine, *Le retour de L'acteur*, p. 44.

difuso e, como tal, está sempre presente em todas as esferas da vida social, não se restringindo à dimensão da ordem política ([5]).

Apesar da desigual distribuição do poder, ele é inerente aos vários agentes, o que permite alguma margem de manobra às colectividades no sentido de "agirem sobre si próprias" ([6]). Remetemos concretamente para as situações expostas no anterior capítulo.

Ao nível das associações de moradores, pelo menos das que alcançaram uma certa maturidade organizacional ([7]) - e asssociações que, segundo o nosso ponto de vista, emergiram como movimentos sociais - demonstram um esforço de intervenção/participação e uma procura de negociação, apesar de um posicionamento desigual ([8]), que passa pela maximização dos seus escassos recursos. E se é assim, parece haver todas as vantagens, por parte do poder (local), em não as marginalizar, apoiando as suas iniciativas, que devem ser entendidas como uma complementaridade e não como actividades concorrenciais.

As suas acções devem ser, neste sentido, legitimadas enquanto provenientes de "organizações de base territorial"; o que se cruza com uma outra questão - já abordada - que é a da descentralização no sentido de heterogeneização e, mais do que isso, no debate mais lato da reconfiguração da própria democracia ([9]).

Em suma, pretende-se demonstrar aqui que as associações de moradores, e também as colectividades culturais, recreativas, desportivas, entre outras, são dos poucos sectores de participação na cidade, embora a sua acção se possa desenvolver fora de uma lógica de movimento social. Além disso, o associativismo urbano surge como uma forma de organizar as populações e melhorar as suas condições de vida, tornando-as ao mesmo

---

([5]) A propósito do carácter difuso do poder e da sua distribuição pelos vários agentes, ver A. Teixeira Fernandes, *Os fenómenos políticos*, pp. 44-58 e Luís Capucha, *o. c.*, pp. 31 e 32.

([6]) Alain Touraine, *Le retour de l'acteur*, pp. 66 e 67.

([7]) Certamente seria necessário promover as condições para que todas as outras associações também conseguissem alcançar essa maturidade organizacional.

([8]) Richard Balme, *o. c.*. Nesse artigo, o autor procura avaliar a capacidade de acção e formas de participação das associações locais em França, analisando o seu poder de negociação perante as autarquias.

([9]) A. Teixeira Fernandes, "Democracia e Direitos Humanos", *Revista da Faculdade de Letras*, série de Filosofia, nº4, 2ª série, Porto, 1987, pp. 10 e 11.

tempo autónomas e passíveis de representação perante o Estado e a autarquia (10).

Através do associativismo, as populações conseguem fazer representar-se junto das organizações do poder, promovendo assim a democracia participativa e preenchendo algumas das lacunas do actual sistema político, demasiado dependente da democracia representativa.

(10) Luís Capucha, *o. c.*, p. 33.

ANEXOS

ANEXO I

CÓPIAS DE BOLETINS DE ASSOCIAÇÕES DE MORADORES

BOLETIM 4

Comissão de Moradores de MASSARELOS

Por a ocupação do Frígorifico, ser da maior importância para todos nós, r implicado um avanço na luta por melhores condições de vida, dedicamos o ente Boletim especialmente à ocupação e aos problemas que daí derivaram.

Fomos nós moradores, que tomámos ao nosso cargo todo o caminho que da- para a frente se irá traçar. Portanto, se sentes que é importante o tra- a que metemos ombros, colabora e dá o teu apoio, pois todos precisamos e.

———— x x ————

Transcrevemos em seguida excertos do comunicado distribuido à impren- no dia da ocupação.

COMUNICADO AOS ORGÃOS DE INFORMAÇÃO

uta por melhores condições de habitação, não póde ser reduzida à conquis- de casas onde as pessoas se alojem. Essa luta passa pela exigencia de es- ços e equipamentos que permitam às populações trabalhar para viver e não, ver para trabalhar.

sim, enquanto os filhos dos ricos frequentam jardins infantis deixando tem- às mães para jogar a canasta, as mães trabalhadoras de Massarelos são obri- das a fechar os filhos em casa, enquanto trabalham o dia inteiro.

sim, enquanto aqueles que nada produzem, mas de tudo se apropriam, frequen- m as clínicas privadas, de luxo, e os consultórios alcatifados dos "especia- stas", os trabalhadores são obrigados a esperar em longas bichas nas Cai- s de Previdência, para consultas relâmpago de médicos que dispõem de 5 mi- tos para atender cada doente.

sim, enquanto aqueles que nada fazem se divertem nos cinemas e clubes, o po- trabalhador, ao fim de um dia de trabalho, não tem dinheiro para transfor- ar os seus tempos de não trabalho em tempos de convívio e lazer.

ssim, enquanto os clubes dos patrões têm belas sedes, pagas com o suor dos rabalhadores, o povo de Massarelos não tem um local seu onde se reunir para ecidir os seus problemas.

oi tomando consciência que estes problemas apenas poderão ser resolvidos com sua organização e acção conjunta, que a população de Massarelos reunida em ssembleia Geral de Moradores em 17/2/75, resolveu sobre a necessidade da ex- ropriação do edifício conhecido como "Frigorífico do Peixe", pertença do Sr. hampalimaud.

ão o podia a população de Massarelos consentir que enquanto luta com as maio- es carências para a instalação de uma creche, de uma sede para a sua Associa- ão, de um posto médico condigno, estivesse desocupado na sua quase totalida- e um prédio que por si só responderia às necessidades de espaço para insta- ar esse equipamento.

Certa no entanto, que os entraves burocráticos que se levantam em processos de expropriação, são apenas uma das armas de que a burguesia se serve para

ntravar a luta das populações por melhores condições de vida, decidiu-se no esmo dia em que o processo de expropriação fosse entregue, que a população omasse conta do que legitimamente lhe pertence.
ertos ainda, que o que a todos pertence, não deve ser usado em benefício de lguns, em manobras individualistas ou de grupo, desligadas das necessidades olectivas, mas sim na concretização dos anseios da maioria, a Comissão de oradores de Massarelos eleita democráticamente pelo povo de Massarelos, co- oca desde já o "Frigorífico do Peixe" agora ocupado ao serviço da população e Massarelos.

AS CASAS CONSTRUIDAS À CUSTA DO POVO DEVEM PERTENCER AO POVO

A Comissão de Moradores de Massarelos

Nota: A não ocupação total do edifício foi exclusivamente para salvaguardar o trabalho dos operários dos Cimentos Leiria.

Seguidamente transcreve-se uma comunicação feita por um dos membros da Comissão de Moradores na 1ª Reunião Geral de Moradores feita na nova Sede.

SENHORES E SENHORAS MORADORES DE MASSARELOS

O momento que vivemos é particularmente importante para o futuro de todos nó e, mais justificadamente para o dos nossos filhos. É para eles e, não só, qu actualmente lutamos e continuaremos a lutar por uma causa mais do que justa. A tomada do Frigorífico do Peixe, no passado dia 25 de Março, foi um 1º pass A decisão efectuou-se, sabendo-se das intensões de grupos que não fazem parte da população de Massarelos.
O representante da Administração da Empresa, em contacto com a Comissão de Moradores, não pôs entraves ao processo, ficando assegurado o funcionamento d Armazém do cimento.
Mas o que representa para nós, Moradores de Massarelos, o Frigorífico do Peix Muito simples, O Frigorífico , todos sabem é um grandioso imóvel com requesit mais do que suficientes, para o que se pretende fazer.
Alguns que não têm acompanhado as reuniões da Comissão de Moradores pergunta rão: Mas o que é que se pretende fazer? - Nem mais nem menos o que nunca no deram e, que nós queremos dar aos nossos filhos.

- UMA CRECHE - onde possam ficar em segurança.
- SALAS DE CONVÍVIO - onde todos nós possamos conversar, dialogar, para que nos sintamos como uma verdadeira família.
- SALAS DE REUNIÃO - onde possamos ventilar e tomar decisões.
- SALAS PARA CINEMA E TEATRO - para adquirirmos maior cultura, através de f mes e peças que nos elucidem e sejam para nós motivo de exemplo.
- BIBLIOTECA - também para tirarmos lucros culturais e intelectuais.
- UM GINÁSIO - onde os nossos filhos possam praticar desporto, pôssam assim pandir toda a sua força física; para que a sua juventude seja mais a

somos beneficiados: homens e mulheres de Massarelos podem praticar desporto a partir de agora!

Tudo isto, embora justo, nos foi sempre retirado por aqueles que antes do 25 de Abril faziam de Portugal uma Pátria só para alguns. Mas para isto temos de acabar com os ódios e desprezos. Teremos de ser todos iguais, e sempre unidos, lutaremos por aquilo a que temos direito.

Nem tudo tem sido rosas p ra a Comissão de Moradores. Além do esforço de todos que a compõem; que por vezes nem vão à cama, aparecem sempre aqueles, que mal intencionados e injectados por outros que nem sequer vivem em Massarelos, procuram boicotar aquilo a que o povo tem direito. Quero-me referir aos trabalhadores da empresa deste edifício, e em particular aos que moram em Massarelos. No meu ponto de vista andam mal informados mas, acabarão um dia por nos dar razão. Nós também precisamos da sua ajuda. Isto também é para os seus filhos. Isto também é deles. Eles também fazem parte da nossa família. Façam um apelo à sua consciência e logo verão que estão errados. Aqueles que se lembrar , inconscientemente, que o edifício serviria para habitação, só lhes posso dizer que os seus interesses (o problema da habitação) estão em andamento, tendo é certo, emperrado nas altas esferas governamentais e não só, mas espera-se que seja resolvido no mais curto espaço de tempo.

(.....).

Jorge F. Silva

SECÇÃO DESPORTIVA

A ÂNSIA DE FAZER DESPORTO

Realizou-se no passado dia 30, na sede da Associação de Moradores, uma tarde desportiva, que deixou bem vincada a vontade que temos de praticar desporto, pelo entusiasmo com que assistimos (uns) e participamos (outros). Este festival desportivo documenta bem a ânsia que todos nós sentimos de fazer desporto, e o carinho que podemos dedicar a modalidades até agora pouco acessíveis à nossa Comunidade.

Quer por falta de meios, quer por falta de divulgação, o desporto nunca foi além das já características pelejas futebolísticas, nas tardes de sábado e domingo, foi bom viver aqueles momentos de entusiasmo dentro e fora do rectângulo, durante o tempo que se defrontaram, primeiro duas equipes de miúdos, mas de boa fibra num jogo de futebol de salão (aonde até não faltou um árbitro partidário), e depois já mais a sério com o mesmo entusiasmo, se bateram as equipes seniores do Invicta e do Desportivo de Massarelos. Finalmente a novidade: Duas equipes de hoquei em patins, formadas por jogadores seniores, juniores, juvenis e iniciados que demonstraram a toda a gente que enchia por completo o recinto, a sua categoria e a beleza da modalidade.

(Continua na pag. 6)

BOUÇA
BURGÃES
PENEDA

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DA BOUÇA

MARQUES
MARINHO
E M. CATIVO

O ALERTA

BOLETIM MENSAL DA ASSOCIAÇÃO

COMPOSTO E IMPRESSO PELOS TRABALHADORES GRÁFICOS DA ZONA — ANO 1 — JULHO 1975 — N.º 5

EDITORIAL

O início da construção e a vigilância sobre a reacção

A grande arrancada do SAAL/Norte-Comissões de Moradores, que ninguém fará parar, foi no passado dia 30 de Junho, iniciando-se as obras que levarão à primeira fase de construção de casas decentes na Associação de Moradores de S. Victor.

Realmente, foi lançada a primeira pedra da grande operação, que levará à grande vitória de todos aqueles que lutam por uma habitação condigna. Desta vez foi S. Victor, dia 7 e 14 de Julho, serão respectivamente os bairros das Antas e Chaves de Oliveira, daqui a algum tempo será a Bouça.

Mas camaradas, se a grande arrancada se concretizou não foi sem luta, pois que, como todos sabemos não foram fáceis os caminhos que até hoje já percorremos, porque de facto há muita gente que não está interessada que isto vá para a frente, e tenta de todas as maneiras e feitios entravar o avanço das conquistas, daqueles que de há muito tempo lutam pelo direito de terem uma casa decente, e já temos muitos exemplos desde tentativas de boicote e sabotagem por parte das autarquias locais, certos sectores do Governo até à resistência dos senhorios. chegando mesmo às ameaças de morte a elementos das Comissões de Moradores.

Se até aqui tivemos muitos obstáculos, agora com as expropriações de terrenos nas diversas zonas, e o início das obras em vários locais, os reaccionários, os capitalistas todos aqueles que sempre viveram da opressão e exploração dos trabalhadores, começam a sentir que está a chegar o dia em que lhes hão-de acabar os privilégios, não desarmam e passam ao ataque.

Continua na página 7

Legalização da nossa Associação

Por escritura lavrada em 4 de Julho de 1975 no 4.º Cartório Notarial do Porto, foi legalizada a Associação de Moradores da Bouça, tendo comparecido como sócios fundadores os corpos gerentes da Associação.

Sanear a Câmara Municipal do Porto

Na sequência das reivindicações das Comissões e Associações de Moradores, integradas no processo SAAL/Norte, que de à muito exigiam o saneamento de todos os elementos reaccionários da Câmara Municipal do Porto (Directores de Serviços, Chefes de Repartição e outros), para que esta jamais entravasse o avanço da luta dos moradores, e que seja uma Câmara ao serviço dos trabalhadores, foi já substituída a antiga Comissão Administrativa e substituída por outra composta por 5 militares.

Se efectivamente já se conseguiu a substituição da antiga Comissão Administrativa que nunca funcionou, e que pela sua própria constituição nunca seria capaz de servir os interesses das classes mais desfavorecidas, pois nem sequer, foi capaz de levar a cabo, a tarefa de sanear todos os reaccionários da Câmara, se repararmos que a segunda Câmara do País, que tem cerca de 3300 funcionários, ainda não houve nenhum saneamento!

Será que numa das estruturas Administrativas mais importantes, do aparelho de Estado fascista não existiam fascistas?

Será que, não havia lá, nenhum PIDE ou bufo?

Será que nenhum dos Directores de Serviços, que eram nomeados pelo Ministro do Interior que até era PIDE, não existia nenhum que era da Legião ou da ANP?

Realmente a Câmara apesar de já ter a dirigi-la uma Comissão Administrativa Militar, continua a ser um antro de fascistas, que tentam a todo o momento destruir a força das Comissões de Moradores e da própria Comissão Militar.

Se por um lado, já foi criada uma Comissão de Saneamento, para proceder ao saneamento, que se efectiva por processos administrativos o que é certo, é que na sequência do seu trabalho já foram suspensos 5 funcionários sobre os quais existe um inquérito, mas estes reaccionários agora suspensos continuam a manobrar e a tentar minar o trabalho da Comissão Administrativa, continuando a entrarem na Câmara, o que é um autêntico atentado fascista, senão vejamos, o Eng. Silva Fernandes, um reconhecido reaccionário que está com um inquérito de saneamento às costas, e que até pertencia à Comissão de trabalhadores da Câmara durante o período da greve, consegue nas eleições para a nova Comissão de Trabalhadores, aparecer nas duas únicas listas, o que forçosamente teve de ser eleito.

À que pôr termo, ao atrevimento dos reaccionários de porem a cabeça de fora, mas se a comissão de saneamento não for capaz de faze o saneamento profundo, teremos de nos prepa rarmos para que o mesmo seja feito por nós pois não podemos permitir que a Câmara con tinue a ser um antro de fascistas, temos que exigir que ela esteja ao serviço das classes mais desfavorecidas e não ao serviço dos explo radores e daqueles que sempre se governaram à custa do dinheiro daqueles que trabalham À que estarmos vigilantes e preparados para c conquista daquilo que é nosso, daquilo a que temos direito.

Uma Câmara ao serviço dos explorados.

ABAIXO A REACÇÃO CAPITALISTA!

FASCISTA ESCUTA, OS MORADORES ESTÃO EM LUTA!

A CÂMARA É DO POVO!

A nossa assembleia de Maio

Continuação da página 3

Depois foi discutida a planta de terrenos a expropriar, que já em reuniões por sectores havia sido apresentada aos moradores, tendo sido aprovada

Na sequência da discussão do 3.º ponto, e segundo proposta do Dr. Mário Brochado Coelho (jurista do SAAL-Norte) em reunião com a Direcção, foram rectificados alguns pontos dos nossos estatutos, que se baseavam principalmente na anulação de algumas repetições, e no alargamento de 4 para 5 elementos que compõem o Conselho Fiscal, o que foi aprovado.

Passou-se depois à eleição do novo elemento para o Conselho Fiscal, tendo sido eleito por maioria o Sr. José Teixeira.

Concluído o último ponto da ordem de trabalhos, a Direcção pôs-se à disposição dos presentes para todos os esclarecimentos que achassem necessários, após os quais foi encerrada esta Assembleia.

Instantâneos do ALERTA

POESIA

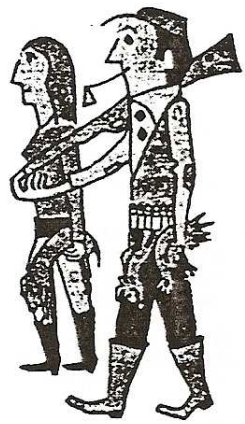
Moradores da zona da Bouça
Se uma casa quereis ter certa,
Ide menos vezes ao café
Lutai pelo Bairro do Alerta.

Alerta moradores alerta
Eu vos digo sem presunção,
O que a organização do Alerta precisa
É da vossa colaboração.

A vós moradores eu garanto
Se uma casa quereis só vossa
Vamos todos lutar pelo Alerta
E a vitória será nossa.

Todos juntos e bem unidos
Deixando cinema, café e televisores
Vamos para o Alerta ajudar
Os nossos dedicados organizadores.

M. C.



Elementos da Associação de Moradores numa das suas rondas de vigilância

Já disse e volto a dizer, aqui ninguém toca. Este terreno é meu e foi herança do meu avô.

Socialismo e Nacionalizações

De 25 de Abril para cá, a movimentação operária tem sido intensa. Nas fábricas, nos campos e nos bairros, os trabalhadores afirmaram as suas necessidades, bateram-se para que fossem satisfeitas, lutaram mesmo quando lhes chamaram reaccionários. Começaram a organizar-se em comissões de fábrica e de moradores, a fim de serem eles próprios, organizados democraticamente, a responderem às suas necessidades. Conseguiram assim, aqui e além resolver alguns dos seus problemas em matéria de trabalho, salário, ensino, habitação, etc., e podemos afirmar que foram dados os primeiros passos para o Socialismo.

O Socialismo é a gestão da sociedade feita em conjunto pelos trabalhadores organizados. Só assim o trabalho vivo (os trabalhadores) deixará de estar sujeito ao trabalho morto (capital). Só assim é que a economia (o que se produz e como se produz) estará subordinada à vida quotidiana dos trabalhadores e não o contrário. Por isso não se caminha para o Socialismo, só porque o Estado nacionalizou, mas porque os trabalhadores aos mais diferentes níveis tomam o poder.

As afirmações oficiais e dos partidos dizem que é isto que se pretende, todavia uma coisa é certo; as nacionalizações impunham-se e podem facilitar o caminho para o Socialismo. Este porém só será construido pelos trabalhadores que para isso, têm que continuar a organizar-se, como o têm feito, cada vez de maneira mais perfeita.

As nacionalizações apareceram porque o processo de tomada de poder pelos trabalhadores está em curso. Se ele parar, não haverá Socialismo, por muitas nacionalizações que se façam.

— Pelo controle efectivo das empresas, pelos trabalhadores como caminhada consciente para o Socialismo.

— Pelo avanço dos trabalhadores na luta contra o capitalismo explorador.

— Pela construção de uma sociedade onde não haja qualquer tipo de exploração.

SÓ OS TRABALHADORES LIBERTARÃO OS TRABALHADORES.

Errar é próprio de quem não tem experiência, e a crítica quando não é destrutiva é útil, por isso critica a direcção para ajudares a construir a nossa Associação.

Ocupar é fazer justiça

Continuação da página 2

dos trabalhadores também têm direito à educação, à cultura, às actividades recreativas, e à saúde, como têm os filhos dos capitalistas, que existindo instalações abandonadas, enquanto os nossos filhos têm que brincar nas ruas correndo os perigos do trânsito, nas lixeiras sugeitos a apanhar doenças gravíssimas, a única medida a adoptar é a ocupação das mesmas.

Que não haja casa vazia, enquanto houver uma família sem casa!

O filho do operário tem direito a um infantário!

As ocupações são justas!

Viva a justa luta dos moradores!

conselho revolucionario de moradores do porto

Realizou-se no passado dia 16 de Fevereiro na nossa sede, uma reunião entre as Associações do Leal, da Maceda e S. Victor.

Esta reunião veio no seguimento da proposta apresentada no Conselho Revoducionário de Moradores do Porto, já há uns tempos, para que as Associações que se encontrassem na mesma fase do processo e portanto com uma experiência prática de luta já longa, se reunissem para analisarem conjuntamente as dificuldades actuais e avançarem em propostas de luta concretas.

Nesta reunião, entre outros assuntos, foram levantadas críticas ao Conselho Revolucionário, considerando-se a sua capacidade de acção, na razão inversa das suas formulações teóricas, e à Coordenadora do SAAL, considerada responsável por algumas das situações difíceis em que se encontram algumas Associações. Assim verificou-se que estas últimas sentem dificuldades devido a uma falta de apoio técnico correcto e que muitos dos problemas havidos, talvez tivessem sido mais fàcilmente ultrapassados se tivesse havido uma mais perfeita ligação da Coordenadora com os outros organismos dos quais também depende o processo. Isto inclusivamente levou a que as Associações reunidas pensassem, que talvez os técnicos de servico não fossem os mais capazes tècnicamente de as apoiar.

Mas, desta reunião, não surgiram sòmente críticas. Trabalhou-se de forma a estudar um rpocesso de luta concreto e organizado, tàcticamente adaptado à actual situação política, em nada favorável à luta dos Moradores/Trabalhadores. Assim, concordaram estas Associações nos seguintes pontos:

1º Tentar que seja possível paralizar os processos em tribunal contra os inquilinos, até resolução do problema, a discutir em reunião futura, com o Governador Civil, Associações, Câmara e SAAL.

2º No caso do primeiro ponto não ser possível, tentar que os processos sejam movidos às Associações, uma vez que já têm poderes jurídicos, e não aos inquilinos.

3º Marcar uma reunião com a C.A. da Câmara, Governo Civil e Associações com tomadas de posse para apurar o porquê da situação criada, com a lentidão das tomadas de posse por parte da Câmara.

4º Foi por fim aprovada uma reunião com as Associações presentes, e fazer o convite à Lapa, com um encontro com a Coordenadora SAAL no próximo dia 21, às 15h nas Antas.

Após esta reunião, as conclusões foram apresentadas no Conselho Revolucionário de Moradores, onde foram convidadas novas Associações interessadas neste processo de luta.

No dia 21 realizou-se a reunião prevista, com a Coordenadora. Nesta reunião, a Coordenadora rebateu algumas das críticas que lhe foram feitas. Uma das razões apresentadas por esta, foi que o processo SAAL/NORTE envolve 120.000 pessoas, que

ANEXO II

GUIÃO DA ENTREVISTA (VERSÃO RESUMIDA)

GUIÃO DA ENTREVISTA (*) : CARACTERIZAÇÃO DAS ACTUAIS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES DO PORTO.

1. Localização.
2. Natureza Jurídica.
3. Data de passagem a associação.
4. Objectivos à data da fundação (ver estatutos).
5. Actividades realizadas nos primeiros anos.
6. Relações com as brigadas do SAAL, o MFA e os órgãos autárquicos.
7. Contactos com outras comissões e associações de moradores.
8. Objectivos actuais.
9. Motivos para a mudança dos objectivos.
10. Actuais actividades.
11. Delimitação da zona de intervenção.
12. Identificação dos principais problemas.
13. Participação dos sócios: assembleias gerais, reuniões para questões específicas, frequência do Bar, programas especiais (Natal, Carnaval, aniversário da associação, etc.), desporto, outras actividades.
14. Características da Direcção: trabalho de equipa, rotatividade de elementos, projectos, satisfação com o trabalho realizado.
15. Tipo de relação mantida actualmente com o poder local.
16. A actual vocação das associações de moradores e perspectivas para o futuro.

(*) Na elaboração deste guião de entrevista não podemos deixar de referir a experiência obtida anteriormente nas entrevistas realizadas às associações e grupos de artesanato, a qual influenciou a metodologia presentemente adoptada. Cfr. Augusto Santos Silva e Helena Vilaça, **Searas de Jeremias**, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1990.

BIBLIOGRAFIA

. **AGUIAR**, Joaquim, "Partidos, estruturas patrimonialistas e poder funcional: a crise da legitimidade", *Análise Social*, vol. XXI, Lisboa, 1985.

. **AZEVEDO**, José, *Perspectivas integradoras do desenvolvimento da identidade na adolescência*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Porto, Faculdade de Letras, 1989.

. **BALME**, Richard, "La participation aux associations et le pouvoir municipal", *Revue Française de Sociologie*, XXVIII, 1987.

. **BIROU**, Alain, *Dicionário de Ciências Sociais*, Lisboa, D.Quixote, 4ª edição, 1978.

. **BOUDON**, Raymond e **BOURRICAUD**, François, *Dictionnaire Critique de Sociologie*, Paris, Presses Universitaires de France, 1982.

. **BOYER**, Robert, "Alternativas ao Fordismo, uma análise provisória", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº35, Coimbra, CES, 1992.

. **BRAUDEL**, Fernand, *Gramática das Civilizações*, Lisboa, Teorema, 1989.

. **CAPUCHA**, Luís, "Associativismo e modos de vida", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº8, 1990.

. **CARDOSO**, Abílio, "Sobre o conceito de crise de habitação", Revista *Sociedade e Território*, nº2, 1985.

. **CASTELLS**, Manuel, *Crisis urbana y cambio sociale*, Madrid, Siglo XXI, 1981.

. **CASTORIADIS**, Cornelius, "Reflexões sobre o desenvolvimento e a racionalidade", Rev. *História e Ideias*, nº 2, Porto, Afrontamento, 1978.

. **COELHO**, Mário Brochado, "Um processo organizativo de moradores (SAAL/NORTE)", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº18, 19 e 20, Coimbra, CES, 1986.

. **COHEN**, Jean, "Strategy or identity: new theoretical paradigmas and contemporary social movements", *Social Change*, vol. 52, nº 4, 1985.

. **Conselho Nacional do SAAL**, *Livro Branco do SAAL 1974-1976*, 1976.

. **COSTA** Alexandre Alves et **al.**, "SAAL/NORTE - balanço de uma experiência", Revista *Cidade/Campo*, Cadernos da Habitação ao Território, nº2, 1979.

. **COSTA**, António Firmino da, "Alfama: entreposto de mobilidade social", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº2, Porto, Afrontamento, 1984.

. **CROZIER**, Michel e **FRIEDBERG**, Erhard, *L'acteur et le système*, Paris, Seuil, 1977.

. **FEATHERSTONE**, Mike, "Moderno e Pós-moderno: definições e interpretações sociológicas", *Sociologia - Problemas e Práticas*, CIES, nº 8, 1990.

. **FERNANDES**, António Teixeira, *Sociologia e Socio-lógica - sobre o fim do meta-social*, Porto, Brasília Editora, 1985.

. **FERNANDES**, António Teixeira, "Democracia e Direitos Humanos", *Revista da Faculdade de Letras*, série de Filosofia, nº4, 2ª série, Porto, 1987.

. **FERNANDES**, António Teixeira, *Os fenómenos políticos*, Porto, Afrontamento, 1988.

. **FERNANDES**, António Teixeira, "Descentralização e teoria do Estado", Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, Série de Filosofia, nº 5 e 6, 2ª série, 1988-1989.

. **FERNANDES**, António Teixeira, "Individualismo, subjectividade e relação social", Porto, Separata da *Revista da Faculdade de Letras*, série de Filosofia, nº7, 1990.

. **FERNANDES**, António Teixeira, "Sistema político e sociedade global em Portugal", Separata de *Arquipélago*, Revista da Universidade dos Açores, Série de Ciências Sociais, nº 5, 1990.

. **FERNANDES**, António Teixeira, "Formas e mecanismos de exclusão social", *Revista da Faculdade de Letras*, série de Sociologia, vol. I, Porto, 1991.

. **FERNANDES**, António Teixeira, "Modernidade e eutanásia", *Revista da Faculdade de Letras*, série de Sociologia, vol. I, Porto, 1991.

. **FERNANDES**, António Teixeira, "A crise do Estado nas sociedades contemporâneas", *Conferências da Faculdade de Letras do Porto IV*, Porto, Edição do Conselho Directivo, 1993.

. **FERREIRA**, António Fonseca , *Por uma nova política de habitação*, Porto, Afrontamento, 1987.

. **FERREIRA**, Vítor Matias , "A cidade e o campo - uma leitura comparada do movimento social 74-75", Coimbra, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, 1986.

. **GARCIA**, Orlando, "Animação cultural - do ousar exprimir-se ao modo de ser cultural-local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Coimbra, CES, 1986.

. **GIDDENS**, Anthony, "Dimensões da modernidade", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº4, 1988.

. **GIDDENS**, Anthony, *The Consequences of Modernity*, Cambridge, Polity Press, 1991.

. **GONÇALVES**, Carlos Manuel, *Construção social dos quadros: uma proposta para a sua análise*, Dissertação de Mestrado em Sociologia Aprofundada e Realidade Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Lisboa, 1990.

. **GRAHAM**, Lawrence S., "Administração pública central e local: continuidade e mudança", *Análise Social*, vol. XXI, Lisboa, 1985.

. **GROS**, Marielle C., *O alojamento social sob o fascismo*, Porto, Afrontamento, 1982.

. **GUERRA**, Isabel, "Poder local - reprodução ou inovação", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº9, Lisboa, CIES, 1991.

. **GURVITCH**, Georges, *A vocação actual da sociologia*, vol. I, Lisboa, Cosmos, 1979.

. **HABERMAS**, Jürgen, "Estado Providência e o esgotamento das energias utópicas", Rev. de *Comunicação e linguagens*, nº2, Porto, Afrontamento, 1985.

. **HABERMAS**, Jürgen, *Théorie de l'agir communicationnel*, vol. 2, Paris, Fayard, 1987.

. **HAGUETTE**, Maria Frota, *Metodologias qualitativas na Sociologia*, Petrópolis, Vozes, 1987.

. **HONNETH**, Axel et al., "Entrevista com Jürgen Habermas: a dialéctica da racionalização", Rev. de *Comunicação e linguagens*, nº2, Porto, Afrontamento, 1985.

. ***International Encyclopedia of the Social Sciences***, vol. 13 e 14, New York, The Macmillan Company and the Free Press, 1972.

. **JORGE**, Ricardo, *Demografia e Higiene na Cidade do Porto*, Porto, 1899.

. **LIPOVETSY**, Gilles, *A era do vazio. Ensaios sobre o individualismo contemporâneo*, Lisboa, Relógio d'Água, 1988.

. **LOPES**, Sérgio, *État et "moradores" - le SAAL et les comissions de quartier à Porto (25 avril 1974 - 30 août 1976)*, Paris, ed. do autor, s. d..

. **LUCENA**, Manuel de, "Transformações do Estado Português nas suas relações com a sociedade civil", *Análise Social*, vol. XVIII, nº 72/73/74, Lisboa, ICS, 1982.

. **MEHL**, Dominique, "Culture et action associatives", *Sociologie du Travail*, nº1, 1982.

. **MEISTER**, Albert, *Vers une sociologie des associations*, Paris, Éditions Ouvrières, 1972.

. **MEISTER**, Albert, *La participation dans les associations*, Paris, Les Éditions Ouvrières, 1974.

. **MOZZICAFREDO**, Juan, "A questão do Estado no processo político português, 1974-76", *Cadernos de Ciências Sociais*, nº 2, 1984.

. **MOZZICAFREDO**, Juan, "Pós-modernismo e Estado Providência", *Sociologia - Problemas e Práticas*,nº3, 1986.

. **MOZZICAFREDO**, Juan et **al.**, "Modelos de gestão e de legitimidade no sistema político local português", *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº 6, 1989.

. **MOZZICAFREDO**, Juan, et **al.**, *Gestão e legitimidade no sistema político local*, Lisboa, Escher, 1991.

. **NEVES**, José Pinheiro, "Contribuição para a análise do discurso estatal sobre a habitação (1965-1976)", *A Sociologia e a Sociedade Portuguesa na Viragem do Século*, Actas do I Congresso de Sociologia, vol. II, Lisboa, Associação Portuguesa de Socilogia e Editorial Fragmentos, 1990.

. **OFFE**, Claus, "New social Movements: challenging the boundaries of Institutional Politics", *Social Change*, vol. 52, nº 4, 1985.

. **OLSON**, Mancur, *Logique de l'action collective*, Paris, PUF, 1978.

. **PEREIRA**, Raúl da Silva, "Problemática da Habitação em Portugal", Análise Social, nº 1e 2, 1963.

. **PEREIRA**, Raúl da Silva, "Habitação e urbanismo em Portugal. Alguns aspectos actuais", *Análise Social*, nº14, 1966.

. **PEREIRA**, Raúl da Silva, "A habitação própria - solução do problema habitacional?", *Análise Social*, vol. XIX, 1983.

. **RUIVO**, Fernando e **VENEZA**, Ana, "Seis questões pelo poder local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 25/26, Coimbra, CES, 1988.

. **SANTOS**, Boaventura de Sousa, "Estado, Direito e Questão Urbana", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº9, Coimbra, CES, 1982.

. **SANTOS**, Boaventura de Sousa, "Os conflitos urbanos no Recife: o caso do ''Skylab'", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 11, Coimbra, CES, 1983.

. **SANTOS**, Boaventura de Sousa, "Quatro questões sobre a mudança de clima", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº24, 1988.

. **SANTOS**, Boaventura de Sousa, *Um discurso sobre as ciências*, Porto, Afrontamento, 1988.

. **SANTOS**, Boaventura de Sousa, *Introdução a uma Ciência Pós-moderna*, Porto, Afrontamento, 1989.

. **SANTOS**, Boaventura de Sousa, "O Estado e o direito na transição pós-moderna", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº30, Coimbra, CES, 1990.

. **SANTOS**, Boaventura de Sousa, *O Estado e a sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Edições Afrontamento, 1990.

. **SANTOS**, Boaventura de Sousa, "Subjectividade, cidadania e emancipação", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº32, Coimbra, CES, 1991.

. **SANTOS**, Helena, *Pensar o cultural: itinerário para uma reflexão*, Provas de aptidão pedagógica e capacidade científica, Porto, Faculdade de Economia, 1991.

. **SCOTT**, Alan, *Ideology and the new social movements*, London, Unwin Hyman, 1990.

. **SILVA**, Augusto Santos e **PINTO**, José Madureira (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto, Afrontamento, 1987.

. **SILVA**, Augusto Santos e **VILAÇA**, Helena, *As Searas de Jeremias*, Porto, Centro Regional de Artes Tradicionais, 1990.

. **TOURAINE**, Alain, *Production de la société*, Paris, Seuil, 1973.

. **TOURAINE**, Alain, "Théorie et pratique d'une Sociologie de l'action", *Sociologie et Société*, vol. X, nº 2, 1978.

. **TOURAINE**, Alain, *Le Retour de L'acteur*, Paris, Fayard, 1984.

. **VENEZA**, Ana, "O poder local 1976-1984: da indefinição à (des)centralização estatal", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 18/19/20, Coimbra, CES, 1986.

. **VIEGAS**, José Manuel, "Associativismo e dinâmica cultural", *Sociologia Problemas e Práticas*, nº1, 1986.

. **VILAÇA**, Helena, "Associativismo urbano e participação na cidade", Revista da Faculdade de Letras, Série de Sociologia, vol.I, Porto, 1991.

. **VILAÇA**, Helena, "Território e identidades na problemática dos movimentos sociais: algumas propostas de pesquisa" ", Revista da Faculdade de Letras, Série de Sociologia, vol. III, Porto, 1993.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO GERAL.....4

Cap. I - MOVIMENTOS SOCIAIS E ASSOCIATIVISMO: QUESTÕES TEÓRICAS E METODOLÓGICAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO SOCIAL 8

1. A crise da modernidade e as novas representações da vida social.....8
1.1. A questão do impasse do Estado Social.....8
1.2. Os limites da sociedade civil 12
1.3. "Pós-modernidade" e emergência de novos valores..... 15
2. Movimentos sociais 21
2.1. O conceito de movimento social na análise sociológica 22
2.2. A acepção clássica de movimento social..... 27
2.3. Os movimentos sociais contemporâneos 28
3. Associativismo e participação social 37
3.1. Delimitação e algumas considerações teóricas em torno do objecto..... 38
3.2. O associativismo enquanto via de participação social..... 42
4. Sistematização das propostas teórico-metodológicas 45

Cap. II - O 25 DE ABRIL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS. ..... .48

1. A revolução e as indefinições do novo regime 49
1.1. Bloqueios estruturais do antigo regime..... 53
2. Mobilização da sociedade civil 60
2.1. Características gerais do movimento popular e respectivas áreas de reinvindicação..... 60
2.2. A mobilização em torno da habitação: breves traços sobre a evolução do sector..... 66
2.2.1. Alguns dados sobre a habitação no Porto 73

Cap. III - O PERCURSO DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES: DO PERÍODO REVOLUCIONÁRIO À CONSOLIDAÇÃO DO REGIME DEMOCRÁTICO 76

1. Processo SAAL e comissões de moradores - a situação na cidade do Porto 76
1.1. O princípio e o fim do SAAL 78
1.2. A constituição das comissões de moradores e respectiva passagem a associações 84
2. Recenseamento das actuais Associações de Moradores na cidade do Porto 91

Cap. IV - AS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES ENQUANTO ASPECTO PARTICULAR DO ASSOCIATIVISMO URBANO E DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL 98

1. Esboço tipológico das Associações de Moradores 98
1.1. Considerações prévias de carácter técnico e metodológico ... 98
1.2. Grelha metodológica: os principais eixos analíticos 101
1.2.1. Os objectivos de ontem e os objectivos de hoje 101
1.2.2. O papel dos dirigentes nas Associações de Moradores: lideranças e empenhamentos 104
1.2.3. Como participa a população 106
1.2.4. As Associações de Moradores e os órgãos de poder 108
1.2.5. Concepção do papel da instituição 110
1.2.6. Grau de satisfação e de realização dos dirigentes 112
1.3. Esboço de uma tipologia possível 114
1.3.1. As situações de insucesso 114
1.3.2. As situações de sucesso relativo 114
1.3.3. As situações de sucesso 116
2. O papel das Associações de Moradores e a sua capacidade de exercer influência social 118
3. Associações de Moradores: a operatoriedade relativa do conceito de movimento social 121

CONSIDERAÇÕES FINAIS 127

ANEXOS 131
Anexo 1. Boletins das associações de moradores 132
Anexo 2. Guião da entrevista 133

BIBLIOGRAFIA 135